

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
INES MARIA AZVEDO DO NASCIMENTO

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ERA DO IMPÉRIO E SUAS TENTATIVAS DE
CONTROLE DA INFORMAÇÃO

Rio de Janeiro

2013

INES MARIA AZVEDO DO NASCIMENTO

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ERA DO IMPÉRIO E SUAS TENTATIVAS DE
CONTROLE DA INFORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Henrique Antoun

Rio de Janeiro

2013

N244

Nascimento, Ines Maria Azevedo do

ATUAÇÃO DO ESTADO NA ERA DO IMPÉRIO E SUAS
TENTATIVAS DE CONTROLE DA INFORMAÇÃO

/ Ines Maria Azevedo do Nascimento. – Rio de
Janeiro: UFRJ/ECO, 2013.

IX, 51 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Henrique Antoun

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio
de Janeiro/ Escola de Comunicação, 2013.

Referencias Bibliográficas: p. 97-99.

1. Império. 2. Internet. 3. Controle e Wikileaks. I.
Antoun, Henrique (Orient.) . II. Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Título.

CDD: 371.330981

INES MARIA AZVEDO DO NASCIMENTO

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ERA DO IMPÉRIO E SUAS TENTATIVAS DE
CONTROLE DA INFORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Antoun– Orientador

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dr. Suzy dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dr. Luiza Rosângela da Silva

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

A todos que se colocam a estudar os movimentos políticos e sociais que impactam em nossas vidas.

Especialmente à minha mãe fonte de inspiração para os estudos.

Especialmente ao meu orientador Henrique Antoun
pela paciência e credibilidade e por ser fonte de inspiração para o trabalho.

À amiga Luciane Rezende por nortear o meu caminho nos estudos de mestrado.

RESUMO

NASCIMENTO, Ines Maria Azevedo do. **A Atuação do Estado na era do Império e suas tentativas de controle da informação.** Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

O foco teórico deste trabalho centra-se no estudo da atuação do Império na era da comunicação distribuída. Iremos nos debruçar sobre as abordagens filosóficas e políticas a cerca da construção dos estados e do modelo de estado Império que hoje se estabelece. Para tal será necessário uma análise das transições políticas, sociais e culturais do modelo imperialista para o Império pós- moderno. Iremos analisar a relação desses estados com a informação sigilosa e os segredos de estado. Com isso, conseqüentemente abordaremos temas como transparência pública, informação, democracia e os direitos dos cidadãos. Faz-se também necessária a análise das novas tecnologias da comunicação e da informação as transformações que elas causaram na sociedade contemporânea. Por fim faremos uma análise de caso do movimento *WikiLeaks* que atua por meio das redes condenando a falta de transparência dos estados, divulgando informações que julga ser de pertinência pública.

Palavras chave: Internet, Império, Controle, Democracia, Redes sociais, *Wikileaks*.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Ines Maria Azevedo do. **Action of the state in the age of empire and its attempts to control the information.** Rio de Janeiro, 2013. Dissertation (Masters in Communication and Culture) - School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro, 2013.

The theoretical focus of this work focuses on the study of the performance of the empire in the age of distributed communication. We will dwell on the philosophical and political approaches to the construction of some states and the Empire state model that is established today. This will be necessary an analysis of the political transition, social and cultural imperialist model for the postmodern Empire. We will analyze the relationship of these states with confidential information and state secrets. With that, consequently discuss topics such as public transparency, information, democracy and citizens' rights. It is also necessary to analyze the new technologies of communication and information that they caused the transformations in contemporary society. Finally we will make a case analysis of the movement that *WikiLeaks* operates through networks condemning the lack of transparency of the states, disseminating information you think would be of public relevance.

Keywords: 1. Internet Empire, Control, Democracy, Social Networking,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2.1 Gênese do Estado Moderno.....	12
2.2 Nova Ordem mundial.....	18
2.3 BIOPODER E BIOPOLÍTICA NO IMPÉRIO.....	21
III Comunicação, Informação, liberdade e poder.....	29
3.1 AS TEORIAS SOBRE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	29
3.2 Sociedade da Informação.....	35
3.3 INFORMAÇÕES EM REDE.....	38
3.4 Estado e informação.....	40
3.5. Segredo de Estado.....	43
IV. INTERNET.....	47
4.1 APONTAMENTOS SOBRE A INTERNET.....	47
4.2 O CIBERESPAÇO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	49
4.3 COMUNIDADES VIRTUAIS.....	57
4.4 INTERNET E DEMOCRACIA.....	64
V. POLÍTICA E ATIVISMO NA REDE: INFORMAÇÕES E MOVIMENTOS.....	67
5.1 CIBERDEMOCRACIA E CIBERATIVISMO.....	67
5.2 ESTADO IMPERIAL E CONTROLE DE INFORMAÇÕES NA REDE.....	71
5.3 MOVIMENTOS EM REDE: O EXEMPLO DO OCCUPY WALL STREET.....	75
5.4 CASOS BRASILEIROS: TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO E O MARCO CIVIL.....	78
VI. O IMPÉRIO E O WIKILEAKS: UM EXEMPLO DE VAZAMENTO E CONTROLE.....	83
6. 1 O CASO WIKILEAKS.....	83
6.2 WIKILEAKS E SEUS VAZAMENTOS DE INFORMAÇÕES.....	89
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXO A – EXEMPLOS DO WIKILEAKS.....	100
CRIMES, MENTIRAS E TELEGRAMAS.....	100
LIGAÇÕES PERIGOSAS: A DEA E AS OPERAÇÕES ILEGAIS DA PF BRASILEIRA	105

INTRODUÇÃO

O ambiente complexo que é o ciberespaço é caracterizado pela produção, distribuição e compartilhamento de informações. Um espaço intermediário, conectado com a realidade e que faz parte da cultura atual. Nele todos são receptores e emissores de informação. As barreiras de entrada, disseminação e de controle da informações são quebradas. O livre e contínuo intercâmbio de informações possibilita o surgimento de comunidades virtuais focadas no estabelecimento de ordens a partir dos princípios de colaboração, participação e do convívio. Neste cenário há um novo paradigma que emerge com a Sociedade da Informação que é a questão da democracia em uma sociedade planetária¹. Nessa sociedade contemporânea o ciberativismo surge como alternativa ao controle de informações antes delegado aos meios de comunicação tradicionais e aos Estados imperialistas.

A construção da polis trouxe para a sociedade a construção do Estado, uma figura reguladora, mediadora e controladora das sociedades que se desenvolveram. Filósofos e sociólogos se debruçaram a compreender a atuação desse ator principal ao longo da história da Humanidade. Na primeira parte desta análise faremos uma gênese da atuação do Estado até sua transformação em Estado Império dos dias atuais.

Compreendendo historicamente a atuação do Estado passamos para entender como é estruturada sua relação de poder com os demais indivíduos da sociedade. Para tal analisaremos as proposições de Foucault sobre o biopoder, a biopolítica e as sociedades disciplinar e de controle.

Para Foucault, a estrutura histórica do Estado e suas instituições estão hoje fadadas ao fracasso. Passamos por uma nova ordem mundial onde o Estado não mais controla todas as relações que se estabelecem no seu território. Apontamos para uma nova era calcada na chegada das novas tecnologias de informação e comunicação que auxiliam na democratização das nações.

¹ Termo cunhado pelo autor Pierre Lévy no livro O futuro da Internet.

Há nesse novo momento uma aparente possibilidade de autorregulação advinda dos próprios atores que utilizam a rede das redes que é a Internet. Grupos se constituem neste meio e trocam experiências, criam vínculos e ganham forças indicando nova forma possível de organização em um ambiente onde a democracia é colocada em questão.

Analisamos então esse espaço que é constituído por grupos existentes dentro de comunidades virtuais que se organizam diferentemente da comunidade tradicional. São ciberativistas assim como o fundador do *Wikileaks*, o australiano Julian Assange, que tentam defender, por meio da Internet a democracia e ação política dos cidadãos. Parece haver uma democratização do acesso à informação e há uma tentativa de assegurar as práticas colaborativas extremamente importantes para a diversidade cultural.

Neste sentido, o caso do site *Wikileaks*, analisado no último capítulo coloca em cheque exatamente essas questões: Como governar agora? Como controlar o ciberativismo? Como reconfigurar a democracia na era da Internet?

Desta forma, analisaremos um novo léxico que está sendo constituído sobre o futuro do ciberespaço e das relações com o Estado; não só pela maneira como os indivíduos se organizam dentro desse espaço, mas também pela tentativa de regulação e controle que surgem neste e para este novo ambiente.

2.1 GENÊSIS DO ESTADO MODERNO

Imaginemos a fundação de um novo Estado num site de Internet (com ou sem as instâncias clássicas: constituição, voto, assembleia, poderes legislativos, executivos, judiciários independentes, etc. O que distinguiria então esse estado? (...) Um Estado cujos cidadãos fossem essencialmente intelectuais, intelectuais enquanto cidadãos? Uma questão de ficção científica? Não acredito de modo algum. (DERRIDA, 2004, p. 214)

O autor francês Jacques Derrida parece ultrapassar a tênue linha sobre as questões da democracia e da soberania ao pensar sobre uma nova possibilidade de Estado na Internet. O pensamento deste pós-estruturalista francês nos leva a questionar a atuação do Estado na contemporaneidade e a função da Internet na sociedade. Como esse novo meio de comunicação pode ser e é utilizado para o ativismo democrático? Como o Estado atua hoje diante das questões de democracia e de movimentos que surgem do ciberespaço?

Primeiramente é necessária uma retrospectiva do estudo sobre a atuação do Estado, elencando a definição do termo Estado e suas transformações ao longo da História. De qual Estado estaríamos falando? Que Estado é esse que sobrevive ao modelo da ordem mundial dos dias atuais?

Através do estudo do termo Estado e das ciências que desenvolveram abordagens pertinentes sobre o assunto podemos analisar as características e nuances importantes à nossa compreensão sobre a atuação do Estado no mundo contemporâneo.

O sociólogo, Norberto Bobbio (2011), afirma que a palavra Estado se difunde com o prestígio que lhe é dado a partir da obra do Príncipe de Maquiavel.² Mas a origem da palavra remete a um tempo anterior no qual houve a divisão do termo status de “situação firme”, que advém do *status rei publicae*; a ordenação máxima de um determinado grupo. A partir daí a palavra Estado passa a ser usada como sinônimo de uma cidade independente. No desenrolar da história das sociedades o termo Estado toma lugar de palavras como *Civitas* (polis) e *Res publica* (coisa pública) já utilizados pelos gregos e romanos.

² Logo no início da obra do Príncipe de Maquiavel aparece a palavra estados “ Todos os estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”. Apud BOBBIO, 2011, p 65.

No estudo da filosofia política as obras *Utopia de More* (1516), *Leviatã* de Hobbes (1651) e *O príncipe* de Maquiavel (1513) deixaram suas marcas sobre a política e conseqüentemente sobre a constituição do Estado enquanto delineavam a república ideal, a existência do Estado e seus poderes de comando e a propriedade da atividade política respectivamente. Mas não nos cabe aqui destrinchar tais obras.

Na visão filosófica de Cornelius Castoriadis há a defesa que é necessário separar a definição do termo Estado com o poder social enquanto tal. Para ele, Estado é uma forma específica de distribuir e condensar, enfim ordenar o poder social. “O Estado é uma entidade separada da coletividade e instituída de modo tal a garantir a permanência dessa separação.” (apud Bauman)

Deveríamos reservar o nome “Estado” para os casos em que ele é instituído na forma de Aparelho do Estado - o que implica uma burocracia separada, civil, clerical ou militar, ainda que rudimentar: Em outras palavras uma organização hierárquica com área de competência delimitada. (BAUMAN, 1999, p 69)

As teorias sociológicas que abordam a temática de Estado irão permear seus estudos baseadas em duas correntes: funcionalista e marxista. Consideradas em grande parte antagônicas a teoria funcionalista vai se basear no tema da ordem, no qual cada subsistema político desempenha uma função essencial no funcionamento social, enquanto que a marxista buscará elucidar a ruptura da ordem com a passagem de uma ordem a outra, considerando as contradições internas do sistema político e a oposição entre as forças políticas e as forças de produção.

A sociologia caracterizará o Estado também por meio da corrente sistêmica³. Nessa linha o Estado é analisado por meio da relação demanda-resposta entre o conjunto das instituições políticas e o sistema social, onde as instituições têm como função dar respostas as demandas do sistema.

Ainda no âmbito da sociologia com a *Doutrina Geral do Estado*, obra de Georg Jellinek (1910), o estudo do Estado, até então baseado nas doutrinas jurídicas, aparecerá como estudo da organização social, que como tal não poderia ser desvinculado da

³ Extraído da teoria dos sistemas (David Easton e Gabriel Almond) apud BOBBIO, 2011, p 60

sociedade e das relações sociais, daí a o nascimento da corrente de estudo do Estado por meio da recente sociologia, que vai tratar do Estado como instituição de organização social, e não doutrina jurídica, na qual o direito passa a ser um dos elementos constitutivos.

Jellinek afirmava que “A doutrina social do Estado “tem por conteúdo a existência objetiva, histórica ou natural do Estado”, enquanto a doutrina jurídica se ocupava das “ normas jurídicas que naquela existência real devem se manifestar.” (Apud Bobbio, 2011, p 57).

Historicamente na Idade Média havia o poder do soberano conquistado por meio da ordem divina, sobre seus súditos. Nos séculos XVI e XVII a caracterização do Estado aparece através da visão jurídica na qual o poder soberano do Estado advindo do direito natural, estabelece o contrato social.

Na história das nações a tradição anglo-saxônica⁴ definia o Estado como sinônimo de governo, e governo como a cúpula político-administrativa de um país. Na tradição europeia o Estado foi identificado como Estado-Nação, ou seja, o país com toda sua complexidade política, econômica e social. Nestes cenários, o Estado aparecia caracterizado como um aparelho burocrático e hierárquico que seria capaz de produzir a ordem. E para ordenar o Estado deveria ser dotado de soberania, ou seja, deveria se impor sobre os demais Estados e suas respectivas tentativas de ordenação. Para Max Weber (apud BAUMAN 1999) o Estado era um agente que possuía o monopólio dos meios de coerção e do uso deles em seu território soberano.

Na teoria marxista o aparelho do Estado compreende: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, etc. Enfim, Estado aparece como o conjunto de instituições permanente que possibilitam a ação do governo; e governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) e que propõe para a sociedade como um todo,

⁴ De acordo com Sabino Cassese (1986) em um estudo realizado em 1931 há 145 diferentes definições para o termo Estado, e a mais relevante seria que o “O Estado é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte.” Klaus Von Beyne afirma que os intelectuais americanos consideram o Estado ou uma noção legal ou uma noção marxista (1986: 115). “ Ao insistir na “governo” como substituta para “Estado”, esses intelectuais perdem a possibilidade de fazer a distinção crucial entre o próprio Estado e seu corpo dirigente: o governo.”

configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Na teoria da economia política o liberalismo anunciado por Adam Smith (1723-1790) aborda a questão do intervencionismo Estatal. Defendia a ideia de mercados livres, sem a interferência reguladora, pois nesse sistema é preciso que haja a liberdade de troca, a liberdade econômica e a não acumulação por meio do Estado (mercantilista). Desqualifica-se a necessidade da existência de um soberano econômico defendida até então pelos *Fisiocratas*. O Estado deveria governar o menos possível. Questionam-se os limites da intervenção do Estado:

Até que ponto o Estado pode e deve governar os homens? Até onde é justificável a intervenção do Estado na vida da população? Até onde a intervenção do Estado é útil, até onde ela contribui para sua própria existência e para a existência dos que lhe são subestimados? (NETO, p 162)

Na modernidade quando delineava-se o sistema capitalista de produção, o Estado tornou-se o agente que reivindicava o direito legítimo e que possuía recursos suficientes para estabelecer as regras e normas de um determinado território o que possibilitava transformar o caos em ordem:

Regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território; regras e normas que, esperava-se, transformassem a contingência em determinação, a ambivalência em Eindeutigkeit [clareza], o acaso em regularidade - em suma a floresta primeva em um jardim cuidadosamente planejado, o caos em ordem. (BAUMAN, 1999, p 68)

O Estado moderno funcionava como instrumento garantidor do regime de acumulação capitalista por meio da regulamentação da força de trabalho e do capital.

O modelo de produção capitalista dos séculos XIX e XX foi caracterizado pela mercantilização das diferentes atividades sociais. Fundamentado na intervenção dos meios de comunicação no processo de acumulação de capital, esse modelo permitiu que o valor de uso fosse transformado em valor de troca. As novas relações técnicas de produção explicitadas por Karl Marx em *O Capital*, surgiram com a revolução industrial e trouxeram para a sociedade a divisão do trabalho, a socialização da produção, a

constituição do universo fabril, e ainda mudanças profundas nas relações sociais que levariam a construção de uma relação salarial baseado no conceito de mais-valia⁵.

As relações de poder passaram a ser baseadas na propriedade privada de meios de produção e no tipo de superestruturas características do capitalismo. Segundo Marx haveria uma dialética entre valor de uso e valor de troca e o tempo de vida e de trabalho se tornou diferente.⁶

De acordo com Zygmunt Bauman (1999), a soberania do Estado moderno apoiava-se nos três eixos da soberania: militar, econômica e cultural. Desta forma, o Estado soberano controlava os recursos dos três âmbitos a fim de manter a ordem e proteger-se de outros modelos de ordem. Neste sentido o território aparecia com grande importância. Era necessário delimitar e vigiar fronteiras que separavam e encerravam o território e ter a soberania territorial. Cada espaço territorial era devidamente policiado por um único Estado. E cada Estado esperava que os demais concordassem com seu direito de policiamento territorial. Caso não fosse possível manter o território de forma pacífica entrava em ação a soberania militar e a força da violência para estabelecer os limites de atuação.

Partindo para a visão de Estado por meio dos estudos de Michel Foucault, encontramos o “Estado Governamentalizado”. Este se apresenta como um Estado que tem como objetivo a população e não o território, que governa por meio dos saberes. Na teoria Foucaultiana de poder disciplinar, o Estado aparece com a tutela da utilização de procedimentos disciplinares que fazem a gestão da higiene, da saúde e da sexualidade da população.

Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos, e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e - ou exclusão por meio de instituições disciplinares

⁵ A mais valia de acordo com a teoria de Karl Marx era a disparidade entre o salário pago e o trabalho produzido. Há uma relação desigual entre capital e proletário, e nessa relação os donos dos meios de produção possuem uma lucratividade maior em detrimento do percentual recebido pelo trabalhador.

⁶ Segundo Marx o valor de uso representa o conjunto de valores de natureza física, cultural e psicológica das coisas. É sinônimo de qualidade, e através desse valor é possível estabelecer a equivalência entre coisas similares e determinar o valor de troca.

(a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante). (NETO, p 165)

A população surge como objeto de uma prática de governo na qual não se sustentava mais o modelo-família baseado no *Oikos*, governo de casa do século XVI. Há a estatização do poder pastoral, caracterizado por um soberano que assume a função de pastor e governa o que se chamou de população, o que será uma das forças constituintes do Estado.

Foucault vai chamar de regime governamental ao tipo de relações de poder estabelecido entre Estado e população, baseado no Liberalismo, o que levará a definição de *Governamentalidade*. Definição que transbordará para além da relação de poder entre população e Estado, abrangendo a “relação de governo dos homens, o governo das almas, o governo dos loucos e o governo de si”. Desta forma, Foucault aponta que não podemos reduzir as relações de poder ao funcionamento do Estado. As relações de poder apresentam características que coincidirão com a formação do que ele chamou de *Biopoder* e *Biopolítica*, termos que analisaremos mais a frente.

Destarte vimos surgir um modelo de Estado que se tornou no século XX a forma de ordem dominante. São Estados tecnicamente independentes, que após diversas guerras tornam-se livres do colonialismo das potências estrangeiras.

No transcorrer do século XX o Estado torna-se a unidade política e institucional na qual viviam cidadãos. São Estados que se tornam repúblicas democrática, constitucional, representativa e moderna. São unidades que aparecem como instituição de controle com função política e econômica e se encontram acima das demais instituições. São as autoridades centrais de países e do mundo que exerciam controle crescente por meio do poder de coerção e das guerras. Entretanto, esse modelo de Estado que perdurou por quase duzentos anos, inicia seu declínio com as mudanças geradas pela corrida capitalista do último século e que chega ao século XXI transformado por uma nova ordem mundial.

É na contemporaneidade que podemos perceber que o Estado moderno aparece como uma instituição que teve sua soberania abalada e perdeu parte do poder político de atuação. O que vai configurar o aparecimento de uma nova forma de Estado. O que

não significa o fim do Estado, mas uma mudança de função gerada pela nova ordem econômica mundial. E é esse Estado de novos traços que será o interesse de nosso estudo, pois será esse modelo de Estado que terá que conviver com as políticas e os movimentos do mundo contemporâneo.

2.2 NOVA ORDEM MUNDIAL

Para análise da transformação que possibilitou o aparecimento desse novo modelo de Estado podemos remontar ao século passado com a desintegração da ordem mundial bipolar. Após as duas grandes guerras mundiais os Estados, mesmo os mais fortes, perderam o monopólio absoluto da utilização da força coercitiva. Depois da segunda guerra mundial, por quase meio século o mundo se dividiu em dois blocos de poder que fora a base da guerra fria. Estados Unidos e União Soviética coordenavam a ordem mundial baseados numa corrida armamentista e de poder soberano. Segundo Antonio Negri e Michael Hardt “ o efeito mais importante da guerra fria foi reorganizar as linhas de hegemonia dentro do mundo imperialista, acelerando o declínio das antigas potências e levando a iniciativa americana de constituição de uma ordem imperial” (NEGRI , p 198).

Nesse momento, ocorreu uma fissão nas duas fontes de poder militar e financeiro mundial. Com o fim da guerra fria coube aos EUA concentrar o poder da violência militar, desencadeando a sua liderança nas guerras “não frias” que se seguiam. Agindo como a polícia mundial os EUA definiu-se como o único poder capaz de administrar a justiça internacional e neste cenário surgem guerras como a do Golfo, ataque ao Iraque, Afeganistão, etc. Por outro lado, o poder financeiro começou a dispersar-se pelos múltiplos locais do globo, concentrado nas mãos de agentes empresariais transnacionais. A partir da década de 1970, políticos e ideólogos, passam a defender a redução do papel do Estado na sociedade. Tal defesa, em conjunto com a divisão entre poder militar e financeiro tornaram-se uma das causas do enfraquecimento da capacidade dos Estados de controlar o processo de acumulação de capital.

Para preservar sua capacidade de policiar a lei e a ordem, os Estados tiveram que buscar alianças e entregar voluntariamente pedaços cada vez maiores de sua soberania. E quando a cortina afinal foi descerrada, descobriu-se um

cenário desconhecido, povoado por estranhas personagens. (BAUMAN, 1999, p 72)

Deparamos-nos então com uma ordem mundial em que mercados financeiros globais impõem suas leis e preceitos ao planeta. Economia e política se separam e esta última perde sua força de intervir na economia. Há uma autonomia política dos espaços.

Desde o século passado, Marx defendia que o capital não funcionava dentro dos limites do território e de uma população fixa. Ele extrapola um sistema imanente que não para de se expandir. O capital será o que delimita os limites do sistema capitalista. O capital hoje torna-se extraterritorial. A chamada globalização traz a tona a porosidade das economias nacionais, mas também a interdependência das mesmas.

A globalização nada mais é que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspectos da vida”. Estados não têm recursos suficientes nem liberdade de manobra para suportar a pressão – pela simples razão de que “alguns minutos bastam para que empresas e até Estados entrem em colapso”.

No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão (BAUMAN, 1999, p 73)

Estados passaram então a abrir mão do seu poder de soberano, e se encaminham para a dissolução da soberania. No cenário mundial surgiam “novas nações” libertas do poder das superpotências mundiais agora enfraquecidas na nova ordem mundial. Bauman (1999) afirma que não se espera que os Estados contemporâneos exerçam muitas das funções que antes eram consideradas inerentes a um Estado soberano. O Sociólogo alega que a função principal abandonada por esses Estados seria a de manutenção do “Equilíbrio dinâmico”. O equilíbrio seria a intervenção para se tentar a igualdade entre os ritmos de crescimento do consumo e de elevação da produtividade.

O Estado atua em função da segurança das megaempresas, que não precisam governar diretamente. O Estado deve cuidar do que restou da vida política, e assumir a única tarefa econômica que lhe é permitida que é garantir um “orçamento equilibrado” policiando as pressões locais.

Neste sentido, o sistema intitulado como Neoliberal apresenta-se como o “novo regime”, que em suma se torna o discurso de outro capitalismo, agora, includente. Esse sistema inclui todos no processo de globalização, ao mesmo tempo em que exclui,

fluidifica e segmenta, exclui os indivíduos de seus direitos tornando a inclusão paradoxal.

A ideia de “globalização” refere-se explicitamente as “forças anônimas” de Von Wright operando na vasta “terra de ninguém” – nebulosa e lamacenta, intransitável e indomável – que se estende para além do alcance da capacidade de desígnio e ação de quem quer que seja em particular. (BAUMAN, 1999, p 73)

Há quem defenda que através do processo de globalização as relações econômicas tornaram-se mais independentes de controle político. Há quem visualize essa era como fim das distorções e restrições que a política capitalista impunha a economia. Em sintonia com o processo de globalização a soberania do Estado-nação tem gradualmente diminuído.

As trocas sejam de bens, dinheiro ou pessoas, têm se comportado cada vez mais independente num mundo além das fronteiras nacionais. Ou seja, cada vez menos poder tem o Estado-nação de controlar a economia. Entretanto, de acordo com os autores Michael Hardt e Antonio Negri o declínio do Estado-Nação não significa que a soberania esteja em caducidade. O que ocorre é a transformação da soberania que adquire novas formas. “Há uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única essa nova forma global de economia é o que será chamada de Império” (HARDT E NEGRI, 2010).

Império seria um poder único que se coloca acima de todas as potências imperialistas, uma “nova noção de direito, um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos”(Idem). No Império, as relações de poder operariam por meio do que Foucault chamou de Biopolítica.

Destarte, para compreendermos o Estado no mundo contemporâneo até chegarmos a sua relação com os movimentos atuais do ciberespaço será profícuo a análise do Estado e as forças bioplíticas e de biopoder traçadas por Foucault além da visão de Negri e Hardt, por meio do modelo que eles chamaram de Império e a compreensão das relações de poder que nele se estabelecem.

2.3 BIOPODER E BIOPOLÍTICA NO IMPÉRIO

Na política clássica Hobbes, Locke e Rousseau imprimem ao Estado o poder de preservar a organização da sociedade por meio do contrato social. Rousseau fora influenciado pelo jurista alemão Samuel Pufendorf, e por Johannes Althusius e *Hugo Grotius*, juristas do Direito Natural. *Grotius* defendia que homens livres e iguais no estado de natureza devem estabelecer um contrato de ordenamento social que poderia ser baseado em duas condições: ou pelo direito de conquista ou pela alienação voluntária de liberdade do povo, para ele a origem da soberania residia no povo. *Pufendorf* por sua vez, defendia que o poder deve ser confiado pelo povo a um soberano, a vontade do Estado deve ser a soma das vontades individuais. Para Hobbes o Estado deveria ter o poder absoluto de controlar a sociedade. Já Rousseau, defendia que o governo republicano deveria estar sobre o controle do povo. Locke opõe-se a teoria de Hobbes e as teorias absolutistas. Locke defenderá o liberalismo burguês. Para ele, em seu estado de natureza, os homens sentiriam benevolência uns pelos outros, a tendência era seguirem a vida pela lei natural e se unirem em sociedade como forma de defesa. Sendo assim, o Estado se reduziria a polícia e a Justiça

Em uma teoria individualista que pensa num Estado que dê a seus membros a maior liberdade possível, o contrato pode ser estabelecido, nas mais diversas bases e os cidadãos são livres para julgar quais de seus direitos concederão, isto é, um posicionamento que responde de modo absolutamente satisfatório às necessidades da burguesia em ascensão. (HARDT; NEGRI, 2010).

Essa função de policiamento é característica essencial do Estado em seu modelo Neoliberal. Ao Estado pós-moderno fora delegado o poder de policiar e manter a organização social. Mas, é preciso compreender que poder estabelecido seria esse, quais relações sociais seriam estabelecidas e como se desencadearia a atuação do Estado, a partir deste poder, nos dias atuais.

O primeiro questionamento que devemos buscar resposta seria: O que viria a ser o poder? Segundo Foucault, o poder é antes de tudo uma forma de relação. Foucault apropria e utiliza o conceito de poder pastoral, isto é as formas de poder que surgiram com o cristianismo, para dar conta das técnicas de individualização. Ao levar esse conceito para a era moderna, Foucault aborda a integração do poder pastoral na forma

jurídica do Estado moderno. As formas de exercícios de poder do Estado moderno são baseadas em técnicas de individualização.

Na visão de Foucault as relações de poder se estendem para além dos limites do Estado. Mesmo com todo seu aparato o Estado não consegue ocupar o espaço de todas as relações de poder. Isso porque o Estado atua com base nas relações de poder já existentes. Ele afirma que o poder não está em um único local, ou instituição, o poder é relacional e está presente em toda a estrutura social. “o poder é uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividades”, não sendo portanto, propriedade, essência ou privilégio de ninguém, de nenhuma classe.”(NETO, 2010, p 25)

A sociedade moderna foi marcada por uma vigilância individualizada, semelhante ao que acontecia com o “sistema panóptico” de Jeremy Bentham, abordado por Michel Foucault(1997)

Na perspectiva Foucaultiana busca-se dar a um pequeno grupo ou a uma só pessoa a visão de muitas outras pessoas. O panóptico era o dispositivo do poder disciplinar, como sistema arquitetural constituído de torre central e anel periférico, pelo qual a visibilidade/separação dos submetidos permite o funcionamento automático do poder: a consciência da vigilância gera a necessidade objetiva de vigilância. O panóptico seria o princípio de nova anatomia política, como mecanismo de disciplina aplicado na construção de um novo tipo de sociedade permitindo a ordenação das multiplicidades humanas conforme táticas de poder, com redução da força política (corpos dóceis) e ampliação da força útil (corpos úteis) dos sujeitos submetidos.

Foucault analisou o funcionamento do poder na sociedade por meio do que ele chamou de “*Filosofia analítica do poder*”

Os fenômenos políticos da modernidade (o Estado centralizado, a burocracia, os campos de concentração, as políticas de saúde, etc) nos colocam diante do problema da relação entre o processo de racionalização da modernidade e as formas de exercício de poder. (CASTRO, 2009, p 323)

A análise foucaultiana de poder foca-se nas “lutas que se opõem a tudo o que liga o indivíduo a si mesmo e asseguram assim a submissão aos outros” Edgardo Castro (2009). Refletir sobre o poder era uma forma de refletir sobre o sujeito, por meio dos

modos de subjetivação na cultura. Para tal análise, Foucault delimita três modos de subjetivação que são os saberes, as práticas e a sexualidade. Para Foucault, as construções marxista e liberal de poder pensam a partir da economia, o poder ou é um bem e um objeto de posse, sujeito a um contrato e característica da alienação, ou como defendem os marxistas, é instrumento para manter as relações de produção. Foucault prefere definir o poder como algo que se exerce, como relações de forças criadoras do sujeito e não deformadoras, o poder é produtor de individualidade assim como o poder pastoral.

Os mecanismos de poder vão sofrer transformações desde a era clássica. O poder, a partir do século XVII organiza-se ao redor da vida. É o paradigma do poder disciplinar que prescreve comportamentos que se estabeleceu juntamente com a formação do processo capitalista de produção.

“Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 42).

A disciplina aparece como forma de exercício de poder que distribui os indivíduos no espaço e conduz a uma vigilância constante sobre os mesmos. Esse mecanismo tem como objeto o corpo individual que deve ser controlado e dócil. Para tal controle as sociedades contavam com instituições panópticas como o hospital, a escola, a fábrica e as prisões. Era preciso adestrar e vigiar os corpos.

A disciplina permite a aplicação das normas que garantem os mecanismos contínuos reguladores e corretivos do Estado. Norma para Foucault não é sinônimo de lei. As normas não são imperativos jurídicos emanados da autoridade legislativa do Estado. Ela significaria o estabelecimento de um padrão de rendimento, de um padrão de funcionamento, ou seja, de uma unidade de medida para um processo qualquer. A partir desta ideia ele entende a “regra natural”, ou seja, regras empregadas dentro de uma atividade para se conhecer o que pode ser considerado normal e o que deve ser considerado anormal.

São várias as relações de poder e de dominação e cada relação de poder é determinada pelos múltiplos pontos de confronto. É a microfísica de poder que ordena os corpos, comportamentos e os gestos. Segundo Foucault, não é poder de controle do Estado e sim uma trama de poderes onde ocorrem os combates de forças. Sendo assim, o poder não deve ser compreendido como emanado de um determinado ponto, que no caso seria o poder centralizador do Estado. Para ele há uma dinâmica das relações de poder. E é essa dinâmica que caracteriza as relações do Império.” O Império está surgindo hoje como o centro que sustenta a globalização de malhas de produção e atira sua rede de amplo alcance para tentar envolver todas as relações de poder dentro de uma ordem mundial” (HARDT; NEGRI, 2010).

No cenário contemporâneo do Império devemos ver o paradigma do poder por meio do panorama do biopoder. O biopoder, definido por Foucault se apresenta como o poder sobre a vida e como o poder sobre a morte. Seria a estatização da vida do homem a partir das técnicas e das tecnologias de poder.

Somente a sociedade de controle estaria apta a recriar o contexto biopolítico. Na sociedade disciplinar, consciência e corpo do indivíduo não foram completamente disciplinados e envolvidos. Na sociedade de controle todo o corpo social é envolto nas relações de poder, estendendo o controle pelos corpos da população e na totalidade das relações sociais. O poder unifica e envolve todos os elementos da vida social.

Devemos entender a sociedade de controle... na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais “democráticos”, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos.(...) O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação, etc) e os corpos (em sistemas de bem estar, atividades monitoradas, etc) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade. (HARDT; NEGRI, 2010)

Na biopolítica o objetivo é o corpo múltiplo, o homem como ser vivente e pertencente a uma espécie biológica e o equilíbrio da população que compõe a sociedade. “Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando” (HARDT; NEGRI 2010). O poder agora envolve a vida totalmente e a administra. E é esse novo paradigma

de poder que nos conduz a estrutura do Império. E é essa a estrutura das relações de poder dos dias atuais.

O Império se apresenta como uma nova ordem global de economia, onde a soberania do Estado tomou nova forma juntamente com a atuação de uma série de organismos nacionais e supranacionais.

A genealogia do conceito de império nos remonta à Roma antiga onde a questão da ética predomina em todos os âmbitos jurídicos e políticos. Os valores éticos são universais e globalizantes. O império Romano era caracterizado pela ausência de fronteiras: o poder do império não tinha limites servia para governar todo o mundo civilizado.

O conceito de império é apresentado como um concerto global, sobre a direção de um único maestro, um poder unitário que mantém a paz social e produz suas verdades éticas. E, para atingir esses objetivos, ao poder único é dada a força necessária para conduzir, quando preciso for, “guerras justas” nas fronteiras contra os bárbaros e, no plano interno, contra os rebeldes (HARDT; NEGRI, 2010).

Diferentemente era o conceito de imperialismo, surgido na Idade Moderna, onde a soberania do Estado-nação das potências europeias era claramente identificada. O imperialismo era a extensão da soberania desses Estados para além de seus territórios.

As fronteiras definidas pelo moderno sistema de Estados-nação foram fundamentais para o colonialismo europeu e para a expansão econômica: os limites territoriais do país delimitavam o centro de poder a partir do qual era exercido o controle sobre territórios externos por meio de um sistema de canais e barreiras que, sucessivamente, facilitavam e obstruíam o fluxo de produção e circulação (Idem).

O imperialismo se baseava em fronteiras e barreiras fixas e numa soberania dos Estados-nação. O Estado atual, em oposição as práticas do Império, ainda tenta, em vão, impor indiscriminadamente barreiras alfandegárias e proibições à importações e exportações. O que nos remete a difícil distinção entre mercado interno e global. O interior e exterior do Estado está agora definido no sentido mais estrito de “policiamento do território e da população” e nada mais do que isso.

(...) surge agora um “poder em rede”, uma nova forma de soberania que tem como seus elementos fundamentais, ou pontos nodais, os Estados-nação

dominantes, juntamente com as instituições supranacionais, as grandes corporações capitalistas e outros poderes. (HARDT; NEGRI, 2010)

Para Hardt e Negri (2010) a rede seria uma infraestrutura de informações que altera a situação econômica e social da sociedade, aumentando o poder das empresas transnacionais e enfraquecendo a autonomia política dos Estados. A função do Estado-nação transcende para outros níveis de domínio.

De acordo com a concepção americana (pós-moderna) de soberania, o poder político agora se apresenta dentro da sociedade, sem se opor a ela. “por isso os conflitos não podem ser resolvidos por um poder acima das pessoas que o constituem como um Leviatã” (ANDREOTTI 2005). As fontes de poder da sociedade não se encontram mais alienadas. Os conflitos que irão surgir na sociedade devem ser administrados num espaço “para fora” que é incorporado posteriormente (Idem). A soberania do Estado pós-moderno volta-se para os poderes que encontra incluindo-os em sua rede. O Espaço dividido numa dialética entre exterior e interior, crises entre as forças imanentes torna-se agora fluído.

Império é caracterizado pela fluidez de forma, um ir e vir de formação e deformação, geração e degeneração. É assim que a soberania imperial funciona, esta é sua própria essência. O Império deforma e degenera. (HARDT; NEGRI, 2010, p 12).

A soberania imperial se encontra no “não-lugar” já que as subjetividades no Império não estão no lado de fora. “O Império apresenta-se então como um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão” (Idem).

Neste cenário o Império apresenta uma nova noção de direito, um novo projeto de produção de normas e de coerção para a validação dos contratos e conflitos globais.

O Império rege a vida social como um todo. Exerce influência sobre o território e sua população, sobre as interações humanas.

Sem o lado de fora há um regime geral de dominação da vida. O poder envolve a vida, a vida também envolve o poder, a vida torna-se campo de resistência e alvo do poder. Assim a política do Estado moderno é agora biopolítica.

Na pós-modernidade da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro (HARDT; NEGRI, 2010).

A nova forma global de soberania chamada Império e seus conceitos de descentralização e desterritorialização se tornam fundamental para pensar as relações humanas, suas interações e suas ações. No Império há que se pensar e compreender como se estabelece esse novo meio de comunicação que é a Internet e as novas formas de participação e de movimentação que se estabelecem. Qual a relação dessas mudanças sociais em relação ao Estado Imperial dos dias atuais? Como esse Estado Imperial atua nesta nova dinâmica de redes?

É preciso antes compreender o Império e suas consequências diretas que se relacionam à Internet: o poder exercido agora não tem limites. O Império governa a vida social, traduz na prática o biopoder e produz novos dispositivos. A produção de riqueza tende a cada vez mais ser produção biopolítica, e na vida a política, a economia e a cultura se mesclam e se sobrepõem.

Nessa mesma direção, no Império há lugar para o aparecimento de forças criadoras da multidão que sustentam um Contra-império, ou seja, formas alternativas de fluxos globais. Daí encontramos as possibilidades de movimentos civis que se organizam para intervenção ética e moral. São os inimigos do Império que representam uma ameaça ideológica. O que nos leva a análise do corpus da discussão: temos hoje o aparecimento de movimentos e grupos que se baseiam na rede e pela rede que é a Internet para desenvolverem suas “campanhas” de intervenção ética e moral na era do Império. Este por sua vez, não consegue reagir produtivamente, pois ainda tentam controlar da forma Imperialista do século passado. Concomitantemente, a indústria da comunicação sedimenta-se como produtora de subjetividade. A informação torna-se ferramenta eficaz de ação nas tentativas contra-imperiais. O Império ao mesmo tempo em que produz suas narrativas necessita do controle policial, com justificativas de “guerra justa”, na qual é necessário manter a ordem moral e normativa do Império. Mas como funciona essa relação entre Império e as tentativas ditas “terroristas”, “mafiosas” e “criminosas” contra o Império? Como a atuação de grupos de resistência se sobressai e escapa a lógica neoliberal contemporânea? Como a Internet pode ser utilizada como

ferramenta de dispositivos de discursos? Será o que vamos analisar mais adiante neste estudo.

III COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO, LIBERDADE E PODER

3.1 AS TEORIAS SOBRE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Para compreendermos a atuação do Império frente as novas Tecnologias de Informação Comunicação (TICs) e em específico a Internet é preciso que resgatem as principais bases das Teorias da Comunicação para analisar a principal ferramenta de atuação e de controle dos dias de hoje que é a informação, seus processos de emissão e recepção. Segundo Eugênio Trivinho (2008), o surgimento da Internet traz implicações que alteram as direções das análises das Teorias da Comunicação:

Mais avançada rede eletrônica de telecomunicação, de que a Internet se tornou o exemplo privilegiado, ele redefine, rearticula e reescala, de maneira original, todos os elementos pertencentes à dimensão tecnológica, sociocultural e política da Comunicação, determinando, nesse âmbito, novos rumos para as iniciativas acadêmicas voltadas para a crítica metateórica e a constituição de um novo modelo reflexivo (TRIVINHO, 2010).

Nos últimos 15 anos grandes transformações ocorreram nas tecnologias e nos processos de mediação e nas próprias mídias. De acordo com Gustavo Cardoso (2011) ultrapassamos o modelo de comunicação em massa para chegarmos ao modelo atual de comunicação em rede. Para compreendermos tal mudança é preciso investigar a informação e sua importância como ferramenta de comunicação e de controle.

Historicamente, a informação aparece como ferramenta do ato comunicativo. Os homens sempre se preocuparam com a comunicação. Na Grécia os Sofistas exerciam o uso da palavra e ensinavam a arte do discurso. Os filósofos defendiam a importância do discurso em busca da verdade. O termo comunicação tem origem no latim *Communicatio*, que significa atividade realizada junto. Nos mosteiros religiosos surgiu a prática que recebeu o nome de *communicatio*, que era o ato de “tomar a refeição da noite em comum”. A partir daí a comunicação encontra diversas definições como: o ato de comunicar, de estabelecer uma relação com alguém, com alguma coisa ou entre coisas; ou como transmissão de signos através de um código; processo de troca de pensamentos, sentimentos, ideias, ou informação por meio da fala, gestos, imagens, seja de forma direta ou por meio de instrumentos técnicos; ou ainda comunicação dos espaços (passagem de um lugar a outro), circulação e transporte de coisas. A comunicação que vivenciamos hoje comporta todas essas definições e se estende por

outros âmbitos como as relações econômicas, políticas e culturais. Neste contexto da comunicação, a informação surge como ferramenta que proporciona aos seres humanos a troca de conhecimentos e reflexão, fundamentais na capacidade de ação, participação e de decisão dos indivíduos.

A sociedade moderna que precisava usar melhor a comunicação para a realização dos seus projetos capitalistas promove o aparecimento dos meios de comunicação como o rádio, o telégrafo, o jornal e mais tarde a televisão. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação ocorre devido às questões colocadas pela urbanização crescente no mundo, pela fase de consolidação do capitalismo industrial, pela instalação da sociedade de consumo e pela expansão do imperialismo. A reacomodação do mundo sob o impacto da fase monopolista do capitalismo e a ascensão do EUA como potencia imperialista deram a comunicação um papel estratégico, sendo essa utilizada como estratégia de poder, principalmente durante os períodos de guerra.

Na teoria da comunicação a informação aparece como instrumento básico das funções orgânicas até seu surgimento como elemento funcional de poder nas diversas correntes teóricas de pensamento. A primeira análise conhecida como *Teoria da Informação e da Comunicação*, desenvolvida a partir do trabalho de Claude Elwood Shannon e Weaver⁷ demonstra a análise do processo comunicativo a fim de quantificar a informação. Era um modelo matemático de analisar o processo de transferência de informação. A informação eram os dados organizados que precisavam fluir dentro de um sistema de sinais e de veículos aptos a transmitir esses sinais. Era uma análise matemática que nos permitiu pela primeira vez compreender os caminhos da informação, os atores envolvidos (fonte, receptor e canal) e seus ruídos.

Ulteriormente, na corrente funcionalista da Teoria norte-americana da Comunicação de massa, podemos destacar a análise do ato comunicativo elaborada por

⁷ Teoria de Shannon e Weaver. Sistematizava o processo de comunicação a partir de aspectos técnicos. Pensando no processo mecânico da comunicação onde predominava a existência dos elementos: Emissor, canal, mensagem, receptor, que exerciam funções estáticas e específicas. A comunicação é apresentada como um sistema no qual uma fonte de informação seleciona uma mensagem desejada a partir de um conjunto de mensagens possíveis codifica esta mensagem transformando-a num sinal passível de ser enviada por um canal ao receptor, que fará o trabalho do emissor ao inverso.

Harold Lasswell, Cientista político da Universidade de Chicago. Diferentemente da Teoria da informação, Lasswell pretendia compreender a função dos meios de comunicação de massa na sociedade. A tentativa era compreender como funcionava o processo de troca de informações mediadas, em prol da demanda do próprio Estado que já utilizava esse processo como instrumento de poder. A conclusão era que o processo comunicativo do modelo de massa cumpre três funções básicas na sociedade:

vigilância do meio: revelando tudo que poderia ameaçar ou afetar o sistema de valores de uma comunidade ou das partes que a compõe (informativa, função de alarme) O estabelecimento de relações entre os componentes da sociedade para produzir uma resposta ao meio. (integração) Transmissão da herança cultural (educativa) (MATTERLART, p77).

Desta forma, Lasswell acredita que os meios de comunicação são fundamentais para a “gestão governamental das opiniões”. Neste momento, para os Estados-nação, os meios de comunicação tornam-se ferramenta de persuasão das vontades individuais que poderiam ser e foram utilizados como mecanismo de controle e manipulação durante e depois das Grandes Guerras mundiais.

Os indivíduos eram analisados por meio do conceito de sociedade de massa. Assim como defendia a *Teoria Hipodérmica*, preconizada por Lasswell, o homem massa, era alvo fácil da comunicação manipulada. Era uma definição baseada no sistema ação e reação, onde os indivíduos atomizados reagiriam passivamente e de forma desejável aos estímulos enviados pelas mídias de massa.

Na Europa, podemos destacar a *Teoria Crítica*, inicialmente baseada nos estudos do movimento operário, que teve como expoentes Theodor Adorno e Max Horkheimer, ambos responsáveis pelo conceito de *Industrial Cultural*. Esse modelo de indústria ficaria conhecida sobre a lógica da transformação dos bens culturais em mercadorias divulgadas por meio da Escola de Frankfurt.

Os produtos culturais, os filmes, os programas radiofônicos, as revistas ilustram a mesma racionalidade técnica, o mesmo esquema de organização e de planejamento administrativo que a fabricação de automóveis em série ou os projetos de urbanismo (Idem).

Segundo a *Teoria Crítica* a informação segue a mesma racionalidade dos produtos e das mercadorias, o que fazia os defensores dessa teoria alegarem que a cultura jamais deveria ser transformada em produto para ser comercializado em série.

Dando continuidade as pesquisas da cultura de massa, Walter Benjamin (1933) analisou a reprodutibilidade da arte e como essa proliferação destruía a aura do objeto artístico. Com visão menos apocalíptica, Benjamin defendia que ao mesmo tempo esse processo fabricava a propagação de informações e histórias em grande escala, ele alargava a democratização da cultura, bem como fez o Cinema através da reprodutibilidade.

Mais tarde, ao se debruçar sobre o assunto da *Indústria Cultural*, Umberto Eco (1998), vai definir a dialética dos *Apocalípticos e Integrados* para fomentar a dicotomia da produção da cultura e da democratização do acesso aos produtos produzidos por essa indústria.

Outras abordagens dão conta da relação dos meios com a sociedade. De acordo com Marshall McLuhan (1997) seriam originários da sociedade e da sua realidade. O meios aparecem como a extensão do homem e o próprio meio seria a mensagem.

Uma outra vertente de teorias apontam para um modelo de comunicação por meio de relações em rede. Nesta visão há a defesa de que o processo social de comunicação é bem mais complexo do que tais teorias. A informação não é exclusividade dos meios de comunicação, a mídia pode favorecer o comportamento social, mas não o impõe como se acreditava. Além disso, o autor Pierre Levy (1997), defende que a influencia das tecnologias e dos meios devem ser consideradas dentro da cultura de uma sociedade.

A tese das teorias hodiernas norteiam o caminho de que a mídia e os meios de comunicação possuem um caráter normatizador, geradores de moda, de registros espetaculares, mas sua influência há que ser realizada em conjunto com outros fenômenos socioculturais. De acordo com Edgar Morin não devemos aplicar um reducionismo colocando a mídia como uma superpotência onipresente que definem o comportamento e as relações políticas e sociais do mundo pós-moderno. Há um

processo complexo de identificação de imaginário coletivo que deve ser levado em consideração.

Hoje, principalmente devemos considerar as mudanças advindas dos novos comportamentos do último século, onde as culturas passam por profundos momentos de transformações que impactam diretamente no relacionamento dos indivíduos com a informação e nos meios de comunicação. Neste cenário, o aparecimento das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) auxiliam na mudança de todas as esferas sociais. A autora Lúcia Santaella (2003) afirma que desde o

trabalho (com a robótica e tecnologias para escritórios), o gerenciamento político, as atividades militares e policiais (a guerra eletrônica), consumo (transferência de fundos eletrônicos), comunicação e educação (aprendizagem a distância) enfim estão mudando toda a cultura geral.

Santaella afirma ainda que não podemos delegar às novas tecnologias e os novos meios de comunicação a responsabilidade pelas transformações culturais, como fariam os teóricos de outrora. São os signos e as mensagens que transitam por esses meios os estimuladores e refletores de novos ambientes socioculturais e por moldar os pensamentos sociais.

As mudanças profundas e rápidas engendradas nos retiraram da lógica massiva e nos deixam num intermediário intitulado pela autora como Cultura das Mídias. Santaella divide as eras culturais em seis momentos diferentes da humanidade: primeiramente é a cultura oral, depois a cultura escrita, adiante passamos a cultura impressa, posteriormente a cultura de massa, até chegarmos a cultura das mídias e atualmente a cultura digital. Esses períodos não são lineares nem estanques em si. Uma era não anula a anterior. Portanto, há uma proeminência de uma das culturas “uma nova formação comunicativa e cultural vai se integrando na anterior, provocando nela reajustamentos e refuncionalizações.” (SANTAELLA, 2003). A cultura das mídias é a era que precede a digital, ela traz como características básicas o consumo individualizado, a segmentação das audiências, multiplicidade de mensagens e fontes, seleção realizada pela audiência e aproximação entre o emissor e receptor, o que vai modificar a relação do indivíduo para com os meios de comunicação.

... O tempo presente é, pela primeira vez na história, um tempo em que governos e cidadãos coexistem no mesmo ambiente de

informação, e isto acontece como resultado da mudança tecnológica, além dos outros desenvolvimentos. Quando governos e cidadãos vivem o mesmo ambiente de informação há muitas coisas que os cidadãos deixam de tolerar – têm muito menos tolerância para com a corrupção, negociações à parte, acordos secretos, e o uso de ligações pessoais.(CARDOSO, 2011)

Decorrente a cultura das mídias, temos o aparecimento da cultura digital, na característica principal é a convergência das mídias. Com o advento da fibra óptica e outros sistemas mecânicos de produção de informação foi possível a criação de novas ferramentas de comunicação como o celular, televisores digitais e a Internet. A convergência é a evolução mais recente das mídias e traz para os meios as características de interatividade e de participação do público na produção e no consumo da informação. Na convergência a informação pode transitar livremente pelos meios de comunicação por meio de plataforma que permitem que a informação circule de um meio para outro.

Desta forma, as denominadas mídias de massa, comunicação de massa de outrora, não se enquadram mais como elementos centrais do processo comunicativo do século XXI. O que era fluxo de comunicação de massa feito através dos meios de comunicação como o rádio e a televisão, possui agora uma outra dinâmica de produção, distribuição e consumo da informação. As empresas de mídia e comunicação eram, até final do século XX as responsáveis pela centralização e controle do fluxo das informações de massa juntamente com os Estados. Toda a informação deveria passar pelo crivo das empresas de comunicação massiva para atingir seus fins publicitários e políticos. As informações eram dirigidas ao “homem médio” descrito por Ortega y Gasset (1962). Mas as transformações do mundo contemporâneo trouxeram para a comunicação o que Pierre Levy (2010) chamou de pós-massivo:

As chamadas “novas mídias”, como a Internet, os telefones celulares, os microcomputadores, assim como os *softwares*, agentes e inúmeras ferramentas de comunicação, podem desempenhar funções não centralizadoras ou simplesmente massivas, mas abertas, colaborativas, interativas, distributivas... “pós-massivas”(LEMOS; LEVY, 2010).

O pós-massivo não é a substituição do modelo comunicacional “um-todos”, mas o surgimento de um novo modelo comunicacional “todos-todos” baseado nas mídias digitais e telemáticas.

Correntes como o *Colégio Invisível*, (Escola de Palo Alto), renunciaram o modelo de comunicação pós-massivo ao desenvolverem estudos baseados na teoria de modelo circular proposto por Norbert Wiener criador conceito de *Cibernética* nos anos 40, que entende a sociedade como um conjunto de circuitos interdependentes cujos nós são mantidos pelas redes de informação. Essa definição delimita a divisão entre os modelos anteriores, até então lineares da comunicação e as novas teorias baseadas em uma comunicação circular:

Nessa visão circular da comunicação, o receptor tem um papel tão importante quanto o emissor. Tomando de empréstimo conceitos e modelos da abordagem sistêmica (...) a essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais (MATTELART, 1999, p 68).

As tecnologias baseadas em redes levarão informação em todas as suas formas (oral escrita, sonora, audiovisual) para praticamente toda parte do globo terrestre. A ligação de diferentes tecnologias em rede baseadas em comunicação, informação e tecnologias trouxe mudanças sociais e econômicas que impactam diretamente no modelo tradicional de comunicação de massa com os donos da mídia e Estado no controle da informação.

É na teoria do modelo circular e em rede que encontramos o viés para a análise das características mais pertinentes à teoria de comunicação e do fluxo da informação pois há nesse modelo o elemento da interação base da dinâmica social do veículo que é a Internet. Não que deva existir o abandono completo aos elementos das teorias iniciais, mas porque o funcionamento das novas tecnologias de informação vai de encontro ao modelo circular e em rede, visto que a comunicação não é mais somente linear, “um-todos”; já que emissor e receptor se mesclam e mudam de papéis a todo o momento o que modifica os processos de interação e de troca de informação da atualidade o que fortifica o surgimento da chamada Sociedade da Informação.

3.2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

No início do século XX a comunicação deixa de ser um ato vertical, linear, centralizado e unidirecional como descrito até então pelas diversas correntes da teoria da comunicação. A informação, definida como fonte de dados e conseqüentemente

como produto sofreu uma mutação, na velocidade e forma de sua distribuição. Vivenciamos hoje a *Sociedade da Informação*. Nesta, importa a velocidade do processo de distribuição de capitais e mensagens, que acontecem graças a anulação das barreiras. As novas tecnologias da informação que surgem coincidem com o processo de *Globalização*, com a transnacionalização do sistema produtivo e do capital, e por conseguinte das trocas de pessoas, ideias e informação no âmbito global.

De fato, o que o fenômeno globalista (já antigo) tem de muito novo no fim deste milênio – além da “financeirização” do mundo capitaneada pela vocação Imperial dos Estados Unidos- é primeiramente uma base material caracterizada por verdadeira mutação tecnológica, que decorre de maciça concentração de capital em ciências como engenharia microeletrônica (nanotecnologia), computação, biotecnologia e física (SODRÉ, p 12).

A Sociedade da Informação centra-se na anulação das questões de tempo e espaço para o aprimoramento da circulação de informações. Há aceleração distributiva das informações, a emissão livre de conteúdos sem controles. Nesse novo momento defende-se que o processo de sociabilidade se dá não mais pelo processo linear da comunicação, mas por tecer de conexões e interseções de redes. Esse processo transforma a vida do homem contemporâneo: muda suas relações de trabalho bem como seu lazer.

A informação passa a designar desde os processos matemáticos do ato comunicativo até as estruturas organizacionais e cognitivas mais complexas da sociedade.

No que diz respeito à revolução da Informação, novo mesmo é o fenômeno da estocagem de grande volume de dados e a sua rápida transmissão, acelerando em grau inédito na História (...) a mobilidade ou a circulação de coisas no mundo.(Idem).

Na *Sociedade da Informação* os indivíduos têm em mãos poderosos meios digitais de divulgação de informações globais, visto que a distribuição da informação torna-se agora circular, em rede, e numa velocidade de alcance jamais visto. Essas modificações irão desenhar uma nova relação política mundial. De acordo com Lemos e Levy (2010):

a sociedade da informação vem transformando a sociedade industrial em três grandes pilares fundamentais: a estrutura em rede (informação,

comunicação), as redes sociais (o outro, as relações sociais, a comunicação) e a globalização (a desterritorialização, a mundialização).

A informação passa a ser o bem imaterial da sociedade capitalista pós-moderna⁸. A informação é parte do processo de produção atual e também seu produto.

Por outro lado é por meio da informação que se emancipa a condição humana. Informar é dar capacidade de ação e de decisão ao ser humano, por meio da liberdade de informação se garante a escolha dos cidadãos de um Estado democrático. O compartilhamento de informações aparece na atualidade como forma de interação social que possibilita novas formas de organização.

O processo de melhoria contínua a partir do código aberto dos *softwares* livres é um exemplo de relação social produtiva, na qual a informação e o conhecimento são produzidos, disseminados e usados de modo compartilhado. (LIMA, p 40)

Há também em jogo, uma nova tentativa de exercício de poder sobre o indivíduo: uma forma que parte dos meios de controle e vigilância através da rede. Na sociedade contemporânea a Internet surge como possível alternativa ao controle de informações antes delegado aos meios de comunicação e aos Estados, e como parte de um novo cenário das condições de produção da indústria cultural.

(...) Não é a quantidade de informação emitida que é importante para a ação, mas antes a quantidade de informação capaz de penetrar suficiente num dispositivo de armazenamento e comunicação, de modo a servir como gatilho para a ação. (Norbert Wiener apud Décio Pignatári)

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) trazem a questão do aproveitamento da força dessas tecnologias como impulsionadoras do desenvolvimento social e da democracia de diversos países. O fortalecimento de algumas democracias por meio das novas mídias irão se apresentar como uma possibilidade. As inovações tecnológicas que habitam o cenário contemporâneo trazem a necessidade de se rever alguns direitos fundamentais, tornando-os mais amplos e em consonância com o mundo em transformação.

⁸ A discussão dos diversos autores sobre o momento atual vivido pela sociedade atribui ainda a esse momento o título de pós-moderno, definição advinda de movimentos da arquitetura e das artes. O período pós-moderno seria uma temporalidade social inédita onde tudo gira em torno do aqui e agora.

3.3 INFORMAÇÕES EM REDE

Manuel Castells (1995) discorda das terminologias *Sociedade da Informação* ou *Sociedade do conhecimento* para representar a sociedade atual. O autor afirma que as sociedades antigas sempre tiveram em seu cerne a informação e o conhecimento como ferramentas fundamentais ao desenvolvimento social. O que seria inovador neste atual momento seria a característica da sociedade estar atrelada a microeletrônica, o que possibilita a utilização das tecnologias em rede o que permite a organização social baseada em redes.

Segundo Castells (1995) a forma organizacional dos tempos atuais é a rede e a *Internet* serve como base tecnológica dessa teia. Vivemos hoje conectados tal qual um conjunto de nós interligados. São redes de informações que passam pela Internet. A nova estrutura social, inaugurada no final do século XX, traz consigo globalização do capital, da produção e do comércio, valores como da liberdade individual e comunicação livre. As atividades econômicas, culturais e sociais são hoje estruturadas na Internet e pela Internet.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 1995, p 19).

A organização social em rede traz vantagens devido a facilidade de flexibilidade e adaptação em contraste com as hierarquias centralizadas da era industrial. De acordo com Castells (1995) durante muito tempo as redes eram ferramentas de organização que dispunham os recursos de forma central

As redes eram fundamentalmente o domínio da vida privada; as hierarquias centralizadas eram o feudo do poder e da produção. Agora, no entanto, a introdução da informação e das tecnologias de comunicação baseadas no computador, e particularmente a Internet, permite às redes exercer sua flexibilidade e adaptabilidade e afirmar assim sua natureza revolucionária (CASTELLS, 1995).

A informação ganha outros contornos. Não estamos mais presos a teoria da informação linear, na qual o receptor só teria o papel de destinatário das mensagens. Há hoje a possibilidade de retorno e o compartilhamento da informação de forma irrestrita.

Castells (1995) afirma que a transformação baseada nas tecnologias da informação surge da sociedade “A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias.” É a sociedade a responsável pelos usos sociais da tecnologia, Por outro lado, a tecnologia torna-se ferramenta fundamental para a sedimentação da nova organização social baseada em redes de distribuição de informação.

Neste processo a sociedade passa por profundas mudanças em diversos âmbitos. Primeiro é a economia em rede que traz novas formas de organização da produção e distribuição desterritorializadas e independentes das mãos do Estado. A economia passa a funcionar baseada nas vertentes de produção e difusão de novas tecnologias, na criação de trabalhos mais autônomos, flexíveis e inovadores e na organização em torno do modelo de redes que juntos irão proporcionar o aumento da produtividade.

Outra mudança da sociedade em rede é a sociabilidade. Hoje podemos constatar que a interação entre os indivíduos tende a aumentar com a utilização das novas tecnologias de comunicação e informação. Com ou sem contiguidade física ou de identificação, as novas formas de contato alteram a forma de expressividade do indivíduo e sua sociabilidade. Essas mudanças podem ser constatadas com mais intensidade na geração de nativos digitais: um grupo nascido a partir da década de oitenta, que se aproximou da Internet no decênio de noventa e que nos últimos anos faz das mídias sociais o seu principal canal de relacionamento e de sociação.

Há maior contato propiciado pelas redes sociais que permitem manter o grupo de amigos, de relacionamento do trabalho, do lazer e de outros interesses extrapolando o virtual fazendo com que o contato possa ser físico em encontros marcados ou até mesmo que por meio das câmeras de bate papo online, respeitando o processo de individualismo característica da cultura dominante que nos permite permanecer *offline* das redes sociais quando desejamos.

Ainda no espectro das transformações podemos verificar que a comunicação social aparece não mais somente por meio dos conglomerados das mídias, mas também por meio de redes horizontais de comunicação independentes dessas empresas e do Estado. É a comunicação feita por internautas por meio de ferramentas como blogs,

podcasts, vlogs, streaming entre outras formas de interagir sem utilizar os canais institucionalizados pela sociedade de massa industrial.

Todas essas características que norteiam o novo comportamento social e das novas gerações permitem uma nova forma de lidar com a informação. As possibilidades tornam-se infinitas e fora dos controles normativos do antigo Estado moderno.

Castells (1995) afirma que a transformação mais profunda dessa sociedade parte da nova forma de Estado que substitui o modelo da era industrial. O Estado não pode mais funcionar no contexto local visto que a sociedade funciona globalmente. Desta forma, o Estado precisa agir globalmente, mas sem ter um governo global. Esse processo, já analisado no primeiro capítulo do nosso estudo é parte do enfraquecimento da soberania do Estado que sobrevive marginal às decisões econômicas globais mantendo a função de polícia das nações locais. Mas esse movimento deixa descoberta a relação do Estado com as informações e suas normas de vigilância e controle. O espaço e o tempo, agora modificados pelas formas de atuação social vão permitir que a informação se deslocasse com maior velocidade e que seja vista, ou melhor, descoberta por uma sociedade que deveria desconhecer a maioria das informações ligada as ações do Estado.

3.4 ESTADO E INFORMAÇÃO

De acordo com Peter Burke (2012) a informação é elemento constituinte do conhecimento, “a informação é apenas relativamente crua”. É o conhecimento que é material completo de significações.

A forma que as sociedades adquirem e produzem conhecimento pode ser resumida em fases de coleta, análise, disseminação e ação. Desde o início da história da humanidade há a coleta por informações sobre ambientes, locais e culturas desconhecidas que foram contadas como fatos heroicos da história mundial. Por meio da observação dos fatos e acontecimentos o homem praticava uma produção intensa de informações que ficaram registradas na história. A escrita foi uma das primeiras formas codificadas e organizada de registro de informações. Mas na história da humanidade,

outras formas de registro como o desenho, os mapas, os gráficos e a fotografia também foram de grande importância. Já nos últimos séculos, as guerras, principalmente a primeira Guerra Mundial, eram um vasto campo de observação, por meio de processos de espionagem e de vigilância. O investimento nas técnicas e tecnologias de vigilância utilizadas permitia que novas formas de observação fossem usadas nas guerras seguintes (Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria).

Os Estados Unidos e a União Soviética utilizaram aviões de espionagem durante a Guerra Fria, levando a um incidente internacional quando um U2 americano foi abatido no espaço aéreo soviético em 1960. A eles se seguiram os UAVs (veículos aéreos não tripulados. No jargão dos espões a Humint (human intelligence) tem sido progressivamente substituída pela Techint (technical intelligence) (BURKE, 2012, p 54).

O domínio do conhecimento tão valorizado durante as guerras destacou os trabalhos dos serviços de inteligência dos países envolvidos nos conflitos. A coleta de informação devia ser secreta para estar sempre a frente da batalha. Levantamentos topográficos sobre o terreno a ser invadido eram o exemplo de informações secretas que deviam ser guardadas com toda segurança pelas forças armadas no período de guerra para a defesa nacional.

Tudo o que fora descoberto precisava ser registrado e arquivado. No século XIX as bibliotecas não são mais suficientes para a administração do conhecimento, visto que o intercâmbio entre as nações aumentava conforme cresciam as descobertas e diminuía a distância entre os continentes e suas barreiras. Neste momento, há a ênfase em organização de arquivos e a criação de locais construídos para armazenar documentos.

Quanto aos Estados, a coleta sistemática de informações adquiriu importância no século XVIII. Era uma forma de conhecimento e de controle da população. Era preciso registrar, cadastrar, denominar nomes e sobrenomes para os indivíduos. Um retrato da sociedade disciplinar. E no macroambiente era preciso ter dados sobre o comércio, a agricultura, as exportações para ser um Estado competitivo. Ainda nesse período foi que a espionagem se profissionalizou e passou a ser uma ocupação valorizada pelas instâncias ligadas aos Estados. Um Estado, para adquirir informação sobre outros Estados utilizava as embaixadas que por sua vez funcionavam por meio de rede de informações.

No século XIX, alguns regimes autoritários criaram uma polícia política com agentes no país e no exterior. No império dos Habsburgo do começo do século XIX, por exemplo, o ministro da Polícia era responsável pela espionagem interna e externa, com especial interesse pelas sociedades secretas italianas que aspiravam à independência (BURKE, 2012, p 156).

A preocupação dos Estados com a informação acontece também num fluxo interno: há desde o século XVIII a busca por informações sobre a população, como por exemplo, a França que já em 1799 tinha uma rede de espionagem que buscava oponentes ao regime revolucionário; e a Áustria que investigava complôs contra os Jacobinos.

Somente no século XX com a criação de departamentos especializados em serviços secretos que os governos estruturaram sua busca por informações. Em 1909 a Inglaterra criou o MI5, em 1917 a Rússia inaugura a Cheka, posteriormente conhecida como KGB e FSB; em 1947 a França estrutura a SDECE que, mais tarde tornou-se DGSE; ainda em 1947 nasce nos Estados Unidos a CIA, etc. Todos esses serviços secretos e até mesmo seus traidores de informação tiveram um papel estratégico fundamental na história política e econômica do século passado.

Nas últimas décadas do século XX os serviços de inteligência, seguindo a tendência norte-americana iniciada durante a Guerra Fria, preferem uma maior utilização das ferramentas de comunicação e de tecnologia (Techint) para a obtenção cada vez mais precisa de informações, em detrimento das estratégias baseadas em inteligência humana. São escutas em embaixadas estrangeiras, aviões espões, satélites de vigilância, ferramentas tecnológicas que permitem melhor resultado na coleta de informações, já que obtêm dados mais precisos, sem arriscar vidas e sem correr o risco da traição dos próprios espões.

No século XX aparecem organizações de segurança interna dos Estados como o FBI e a KGB. O FBI foi fundado em 1908 e durante a Primeira Guerra Mundial já possuía um vasto arquivo com dados sobre socialistas, negros, homossexuais e ativistas. Essas organizações possuíam ainda a função de combater crimes por meio do sistema de inteligência de informações. Além disso, era fundamental obter informações dos

indivíduos para controlar seus movimentos no território nacional e o fluxo de imigração, por isso iniciou-se globalmente a utilização do passaporte.

Hoje os Estados do Império já criaram um banco de dados de informações gigantesco, possibilitado pelas novas tecnologias da informação que proporcionaram um gerenciamento eletrônico de dados (GED) e graças a atuação das organizações de investigação e coleta de informações criadas pelos próprios Estados. O que nos leva a um Estado vigilante e policial, que vigia interna sua população e externamente os demais Estados, armazenando informações e dados sobre a vida pública e privada dos seus cidadãos e não cidadãos. O que nos faz mergulhar em outra questão sobre a informação: a informação pública e o direito democrático. Podemos nos perguntar, por exemplo, o que deve um Estado guardar de informações sobre seus cidadãos e sobre seus parceiros? Mais ainda o que deve ser informação sigilosa dos Estados e que não diz respeito à questão pública de uma sociedade? Sendo assim, estaremos nos aproximando da discussão do nosso corpus: como o Estado tenta atuar controlando a disseminação de informações, principalmente as sigilosas que podem circular por meio da rede?

Para que possamos responder a esses questionamentos faz-se necessário uma análise da atuação do Estado dos dias atuais que chamamos de Império suas normas em relação à informação e suas formas de sigilo. Para adiante, verificaremos como essas normatizações se relacionam com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), e por outro lado verificar como o Estado polícia os indivíduos que hoje se socializam por meio da Internet, utilizando essa rede como instrumento de ação política e de vazamento de informações que o Estados até então controlavam como sigilosas sobre as suas populações, seus rivais e seus aliados.

3.5. SEGREDO DE ESTADO

O sociólogo Edward Shils (1996) defende que o segredo é a retenção sistemática do conhecimento com punição como consequência de divulgação indevida. O segredo é então definido como uma informação escondida de alguém. Mas o segredo público não é a mera retenção voluntária da informação feita por qualquer pessoa por motivação própria. O segredo público é a forma de retenção de informações públicas. De acordo

com Maeco Cepik (2003) há cinco categorias de informações baseadas em segredo público: “política externa, processos judiciais, propriedade intelectual e patentes e privacidade dos cidadãos”. Política externa e processos judiciais são segredos fundamentais a segurança nacional. E a propriedade intelectual um direito dos cidadãos e dos autores.

Os segredos do Estado são compatíveis com o princípio de transparência democrática somente quando sua justificativa pode ser dada em público. Essa defesa é feita por David Luban que caracteriza essa necessidade como máximas de primeira ordem e máximas de segunda ordem. Admitir o segredo de Estado sobre as normas, procedimentos e políticas seria máximas de primeira ordem. E as razões para a regulação desses segredos que devem poder ser expostas publicamente seriam as máximas de segunda ordem. Há ainda a possibilidade de Estados utilizarem as máximas de terceira ou quarta ordem para justificar outros segredos nos quais as justificativas também são secretas. Essas duas últimas máximas representam um grau maior de desconfiança e falta de credibilidade nas informações visto que a relação entre cidadão e Estado em relação às informações deve ser baseada em confiança que só é adquirida por meio da transparência das ações governamentais.

Quando o assunto é defesa nacional ou política externa a principal justificativa do Estado para a utilização do segredo é o possível dano causado caso a informação caia em mãos erradas. De acordo com a justificativa, essa perda de controle da informação sigilosa poderia causar problemas de segurança ao Estado e aos seus indivíduos.

Por exemplo, sistemas de armas, planos de contingência e mobilização, pesquisa científica e tecnológica de aplicação militar, intenções em negociações de acordos internacionais, desempenho de capacidades defensivas e outras coisas semelhantes, uma vez conhecidas por um adversário ou inimigo, aumentam nossas vulnerabilidades e fornecem uma vantagem comparativa crucial para os adversários nas interações conflitivas (CEPIK, 2003).

O segredo de assuntos públicos pode ser ainda utilizado compreensivamente em missões diplomáticas e militares com a finalidade de evitar que as ações dos Estados sejam previamente frustradas por vazamento de informações.

Internamente há também a justificativa da utilização do segredo em operações que envolve a segurança nacional, como é o caso da justificativa para não divulgação dos locais de implantação das UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora) no Estado do Rio de Janeiro.

E por última possibilidade de segredo público temos a necessidade de proteção de identidades e relacionamentos confidenciais de agências do governo que são envolvidas em operações e ações do Estado, com a finalidade de segurança nacional e dos próprios envolvidos.

Para proteger os segredos de Estado e evitar espionagem e sabotagem de informações as suas instituições devem seguir os processos de: classificar o tipo de informação sigilosa e seu grau de importância, definir o que é ultra-sigiloso, por exemplo; segundo determinar quem pode acessar a informação, e hoje mais do que nunca quem pode ter acesso aos bancos de dados, manejar e vigiar as informações das instâncias estratégicas do governo e quem tem a necessidade de conhecer tal informação; e por último a prática de punições em caso de divulgação não autorizada dessas informações.

Mas hoje, a maioria dos casos de vazamento de informações sigilosas (*leakage*), que aparecem nos meios de comunicação de massa são estratégias utilizadas pelos membros do governo em exercício para elevar ou detonar políticas rivais. Ou ainda, muitas das informações sigilosas colocadas como em prol da segurança nacional são estratégias para encobrir casos de corrupção e de políticas desastrosas como as ações dos governos militares na América Latina.

No mundo contemporâneo todas as formas e justificativas de segredo de Estado são ainda utilizadas, mas elas se defrontam agora com um novo cenário propiciado pelas novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), que permitem que o vazamento de informações seja feito por meio das redes e suas informações que deveriam ser secretas cheguem para todo o planeta. A insegurança na rede torna-se um desafio para todo e qualquer Estado.

Desta forma, temos uma análise da estrutura política, econômica e social do mundo contemporâneo e suas transformações mais importantes e que irão impactar no processo de tentativa de produção, distribuição e controle da informação por meio dos Estados Império. A partir de agora, faremos uma análise do meio de comunicação que é a Internet e da possibilidade, surgida com essa ferramenta de criar e ou recriar movimentos inversos (contra-império), que se utilizam deste novo modelo de comunicação distribuída para realizar a liberação de informações pertinentes à sociedade, mas que até o período de comunicação massiva foi delegado ao controle do Estado e suas instâncias representativas.

IV. INTERNET

4.1 APONTAMENTOS SOBRE A INTERNET

A leitura e a escrita são atividades muito especializadas, que só podem ser dominadas depois de muitos anos de escola. Qual escriba da Mesopotâmia teria podido imaginar, no nascimento da escrita há três mil anos antes da era cristã e cinco mil anos antes da *web*, que chegaria um tempo em que a maioria da humanidade saberia ler e escrever? Quem teria dito, em meio à Idade Média, que a servidão e a escravidão seriam um dia definitivamente colocadas como fora da lei?(...) Quem – na atmosfera de medo e de ódio dos terríveis anos 30 e 40 do século XX – teria ousado sonhar com uma Europa unida, pacífica e democrática tal como a que conhecemos hoje? E quem teria previsto o World Wide Web nas décadas que precederam a sua chegada, senão um punhado de filósofos e sábios, de engenheiros delirantes, ativistas e pensadores surrealistas? (LEMOS, LEVY, 2010, P42)

Podemos situar a Internet como originária da Arpanet, uma rede de computadores formada em 1969, pela Advanced Research Projects Agency (1958) ARPA, um braço do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A Arpanet tinha a missão de desenvolver conhecimento e tecnologia que possibilitassem a supremacia tecnológica militar dos Estados Unidos em meio a guerra fria. A guerra trazia a necessidade de envio de informações a longa distância, o que já era possível, mas era preciso fazer isso com mais rapidez e através de melhores tecnologias de segurança para não ter suas informações interceptadas e vazadas.

O projeto contava com a ajuda das principais instituições acadêmicas norte-americanas. Por meio de um pequeno programa chamado Information Processing Techniques Office (IPTO), que buscava uma computação interativa. Sendo assim foi possível que vários computadores e grupos de pesquisas, mesmo que distantes, compartilhassem informações online. Restrita durante anos ao ambiente militar e acadêmico, a estrutura de redes só caminha para a utilização privada no início da década de 1990. Baseada numa estrutura de diversas camadas descentralizadas e de protocolos de comunicação abertos, à rede inicial pode se adicionar várias reconfigurações para acomodar seu crescimento.

Em 1994, a Internet nasce comercialmente com a utilização do primeiro navegador comercial o *Netscape Navigator* e inicia no ano posterior sua popularização. Em 2004 Tim O'Reilly cria o termo *Web 2.0*, para diferenciar a primeira fase do desenvolvimento da Internet, onde as interfaces eram mais estáticas e com pouca

funcionalidade, da fase mais recente onde a interatividade e as funcionalidades da rede atingiram proporções jamais imaginadas.

A Internet surgiu baseada numa improvável aliança entre investimentos militar e produção acadêmica libertária. Segundo Manuel Castells (1995) calcada na “flexibilidade, ausência de um centro de comando, e autonomia máxima de cada nó”. O projeto desenvolveu-se em bases mais acadêmico que militar, visto que tal instituição pouco se interessou pelos seus recursos, o que não diminuía a importância militar já que somente um braço do governo teria condições de financiar pesquisas tão caras e de investimento arriscado.

A Internet advém da necessidade técnica da economia global “Digamos que é um banco de dados ao qual estamos sempre incluindo mais informações. E tendo acesso à Internet, teremos acesso a parte – grande ou pequena – desse banco de dados”.⁹ Esse banco de dados pode ser compreendido como uma rede digital de dados descentralizados. Nessa rede há troca de informações, interação social, atividades econômicas, educacionais, culturais e políticas. Há convergência das mídias tradicionais para esse novo espaço. E neste sentido se apresenta um novo espaço de discussão e de participação diferentemente do território físico e centralizado dos meios de comunicação do período moderno do Estado imperialista.

O espaço moderno e social é planejado, rígido, sólido, permanente e inegociável, a sua estrutura é feita de concreto e aço e suas vias sanguíneas são as malhas ferroviárias, rodovias e suas rotas aéreas. Esse espaço possui uma hierarquia de localidades, onde a autoridade do Estado encontra-se no topo, supervisionando o todo e ao mesmo tempo protegida de vigilância cotidiana (BAUMAN, 1999).

Nesse espaço moderno e social, que possuía uma estrutura urbanística, arquitetônica e delimitações territoriais, foi imposto um novo espaço, o espaço *cibernético*, com a chegada da rede mundial de computadores, constituindo uma grande teia global que é a Internet. Conforme Jeff Tyson:

Uma das coisas mais interessantes da Internet é que ninguém realmente é seu dono. Ela é uma coleção global de redes, grandes e pequenas. Estas redes se

⁹ Henrique Gandelman apud Pedro R Doria p 176

conectam de vários modos diferentes para formar a entidade singular que conhecemos como **Internet**. De fato, o nome realmente vem desta ideia de redes interconectadas. Desde seu começo, em 1969, a Internet cresceu de 4 sistemas de computadores para dezenas de milhões. Entretanto, só porque ninguém é proprietário da Internet, isto não significa que ela não é monitorada e mantida de diferentes modos. A sociedade da Internet (em inglês), um grupo sem fins lucrativos formado em 1992, supervisiona a formação de políticas e protocolos que definem como usamos e interagimos com a Internet.

Devemos destacar desta origem alguns pontos bastante pertinentes a nossa análise. Primeiramente esse meio traz uma reconfiguração do espaço: o novo espaço conhecido como Ciberespaço permite novas configurações e novas relações sociais globais, segundo são as características de colaboração e participação. Neste novo ambiente os indivíduos se conectam e têm a possibilidade de viver em comunidade. Não a comunidade de outrora a que se referia Tonnies, mas *comunidades em rede* ou *comunidade virtual* como Howard Rheingold chamou.

4.2 O CIBERESPAÇO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Na contemporaneidade, a revolução da comunicação humana se realiza por meio do ciberespaço¹⁰. O termo “cyberspace” cunhado por William Gibson (1984, p 40) defende que esse é o local imaterial constituído por agrupamentos de redes computacionais e, é uma “alucinação consensual” onde todos se conectam livremente. Sobre o ciberespaço Eugênio Trivinho define

O conceito de cyberspace diz respeito a uma estrutura infoeletrônica transnacional de comunicação de dupla via em tempo real, multimedia ou não, que permite a realização de trocas (personalizadas) com alteridades virtuais (humanas ou artificial-inteligentes); ou, numa só expressão conceitual, a uma estrutura virtual transnacional de comunicação interativa (LE MOS; LÉVY, 2010, P 24).

O ciberespaço é um ambiente complexo caracterizado pela produção, distribuição e compartilhamento de informações. É um espaço intermediário, conectado com a realidade.

¹⁰ A palavra ciberespaço é um neologismo surgido nos anos de 1980, e faz referência à cibernética, corrente científica transdisciplinar dos anos 1940 e 1950 que consagrou as noções de informação e de comunicação no mundo científico.

Esse ambiente de escala planetária traz novos rumos para a democracia. São novas possibilidades de produção, circulação e colaboração que traz consigo novas formas de participação e de liberdade (individuais e coletivas), e também novas formas de interdependência e vigilância dos indivíduos conectados e das relações entre indivíduos e Estados. Para Pierre Lévy (2010), as modificações advindas desse novo espaço causarão transformações em todos os âmbitos da sociedade contemporânea:

A ciência, a técnica, o dinheiro e as mídias, universais por naturezas e cada vez mais interligados, unificam e desterritorializam o planeta de maneira rápida, provocando todas as contratendências de reterritorialização e de crispação identitárias que conhecemos. (CASTELLS, 1999, P 245).

Manuel Castells (1995) alerta para os possíveis efeitos do ponto de vista social e cultural que o ciberespaço pode assumir se não for considerado o contexto de sua utilização e a forma como é organizada. A Internet parece desenvolver-se a partir de dois pilares: de um lado a inovação, a criatividade, produtividade, colaboração e compartilhamento, e de outro a volatilidade a insegurança e a desordenação. Para ele a “Internet tem uma geografia própria”. Por isso, ela altera a noção de espaço.

As interfaces simplificadas aplicadas a esse espaço permitem a veiculação de conteúdos online de todos os tipos elaborados por usuários especializados ou não. São novas configurações de intercâmbio de informações, novos canais de diálogo sem necessidade de contiguidade física ou de identificação como *Skype*, *Myspace*, *Facebook*, entre outros, que alteram a forma de expressividade do indivíduo, sua sociabilidade e as relações de tempo e espaço. O espaço e o tempo adquirem novas configurações.

O espaço passa a ser o imaterial, não há mais definições de territórios nacionais por meio de fronteiras, da soberania do Estado Imperialista; a diversidade de informações que ali estão é globalizada. Não existe mais um local fronteiriço, a divisão entre “dentro” e “fora” torna-se uma linha tênue.

A questão sobre “dentro” e “fora”, nos remonta ao uso do que é público na história da filosofia europeia moderna. De Immanuel Kant a Michael Foucault há uma ideia do uso público da razão (iluminista) e do uso da esfera pública para o intercâmbio

político (Foucault). Para Foucault, o lado de dentro seria o cenário das subjetividades e o de fora a esfera pública. E na cisão dessas partes estariam as fronteiras que delimitava os espaços e as ações políticas e sociais.

Na teoria política moderna, Maquiavel, Spinoza e Marx analisaram as questões da constituição do Estado sempre baseadas na dualidade do exterior sendo construído sempre a partir do interior. A sua maneira os autores propõem extrapolar para o exterior (Maquiavel defendendo uma nova forma de república democrática para romper com a ordem medieval; Spinoza buscando a democracia como forma de governo libertário e Marx analisando a função revolucionária das lutas operárias e políticas).

A soberania do momento moderno era compreendida por meio dessa dicotomia dentro e fora. A dualidade interior e exterior do pensamento moderno já não condiz mais com o pensamento pós-moderno do Império. Na pós-modernidade, o fora não está mais a par da linha que define o público e o privado. Os espaços públicos são privatizados e universalizados, esses espaços tornam-se os locais onde as pessoas estariam agindo concomitante a presença de outro indivíduo a todo o momento. Somos vigiados pelo outro, 24 horas por dia. Esse é o fim do espaço de fora. As fronteiras do modelo Imperial, principalmente no sentido militar, participam de um movimento de expansão que envolve todo o planeta. O fora que antes delimitava a soberania e permitia as crises e as guerras agora de desintegra abrindo espaço para a formação de novos inimigos do Estado que se encontram por toda a parte do globo, que se distribuem em pequenos grupos e agem criando outras formas de crises, chamada por Hardt e Negri de *omicrise*. Os movimentos que delatam a crise do sistema contemporâneo surgem de dentro. Na soberania do Império não há lugar de poder, o poder se encontra em todos os lugares e no não lugar, fato que não permite que as ações do Império sejam coordenadas a um único ponto de ataque. O Império precisa então se adaptar a um não lugar de ação.

A partir da Internet é possível desterritorializar as relações. As relações não estão mais presas ao território geográfico local. Um cidadão brasileiro pode perfeitamente conversar a qualquer hora com um outro cidadão que se encontra no Japão pela ferramenta *Skype*.

Seria a transformação da Internet no meio dos meios de comunicação, pois todos convergiriam para lá. Este lá, enquanto lugar, é não específico, não possui as mesmas características de configuração de espaço da comunidade tradicional das eras anteriores.

O espaço utilizado pelas comunidades virtuais se assemelha ao conceito concebido por Gilles Deleuze e Félix Guattari muito antes das redes virtuais: a noção de desterritorialização. Esse conceito defende que o ser humano contemporâneo é desterritorializado.

Seus territórios etológicos originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação – não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais: a subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado. (GUZZI, 2010, p 56).

A distância física é anulada pelo ciberespaço. Nesse mesmo movimento a comunicação massiva se vê obrigada a também ser interativa, pois a comunicação via computador permite este tipo de relação a seus usuários.

A tecnologia, que foi durante a modernidade um instrumento de racionalização e de separação, parece transformar-se numa ferramenta convivial e comunitária. [...]“como mostram diversos sociólogos (clássicos e contemporâneos) é a ‘atração social’, o sentimento de ‘estar junto’ o verdadeiro cimento de toda a vida em sociedade” (LEMOS; 1998).

O ambiente é composto por uma multidão, que se organiza diferentemente da comunicação de massa. Há interação e as pessoas podem acessar informações em qualquer ponto do globo e transmitir e receber informações indiscriminadamente.

Na àgora da antiguidade havia claramente delimitado o espaço público de discussão, de reunião pública, os oradores elegidos por serem entendidos na ciência da retórica, dirigiam-se em praça pública aos cidadãos e assim perpetuavam o exercício da palavra pública. A prensa difunde as ideias por meio da impressão de livros e jornais constituindo as bases da opinião pública e da esfera pública. Depois, outros meios de comunicação mantém a definição do espaço público como um espaço político na estrutura social. Lugar onde sobreviviam conceitos sobre vida pública, transparência, liberdade de expressão, etc.

A Internet se apresenta como uma poderosa ferramenta que age em todos os setores da vida individual e da sociedade nos permitindo um maior compartilhamento de informações: “As pessoas não só conversam mais, e, portanto, têm maior aproximação entre si, como participam mais e, de certa forma, ampliam o espaço público.”

Na questão da vida pública o indivíduo tem ainda a possibilidade de utilização das ferramentas de comunicação distributiva nas decisões que afetam a sociedade e assim exercer sua responsabilidade enquanto cidadão. Abre-se a possibilidade da participação política sem a interferência direta dos meios de comunicação de massa tradicional, e com essa modificação os indivíduos podem participar e acompanhar o gerenciamento do espaço público. A liberdade de expressão assume possibilidades infinitamente maiores do que nas outras mídias. O que possibilitaria o exercício da democracia de forma mais ativa e global. Francisco Marques (2002), indaga sobre a Internet ser considerada um novo espaço para o exercício da democracia, sobre considerá-la uma nova esfera pública:

[...] Na visão de alguns estudiosos mais otimistas do assunto, o crescimento da atuação e influência dos movimentos sociais bem como o advento de mídias eletrônicas interativas nos dão a possibilidade de ver renascida uma nova modalidade de Esfera Pública. Se a sociedade de massa e os meios de comunicação de massa, que funcionam na relação emissor – receptor, haviam limitado o encontro face-a-face dos cidadãos para o debate racional do que é benéfico para a sociedade, podem recursos multimidiáticos (que se utilizam de áudio, vídeo, permitem a interatividade em massa, numa comunicação todos-todos, como sugere Pierre Lévy) nos fazer deslumbrar um novo espaço para o exercício livre da democracia? Há uma nova reviravolta nos meios de veiculação e publicação de uma opinião em um ambiente descentralizado e sem fronteiras temporais ou espaciais como a Internet? Não seria um exagero considerar a Internet uma nova Esfera Pública? (MARQUES, 2002).

Paralelamente, o indivíduo utiliza esse espaço para fazer a exposição de si, da vida privada, do eu e da subjetividade. As pessoas publicam suas fotos, vídeos e textos em comunidades como o *Facebook* tornando públicas características da vida que até então eram privadas, divididas com poucos elegíveis.

A nova Esfera Pública seria na realidade a reconfiguração da delimitação da vida pública e privada. Castells defende que o espaço é a expressão da sociedade. Neste sentido com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) houve uma

transformação na estrutura do espaço e da sociedade, o que nos levaria a uma miscelânea dos espaços públicos e privados. A Internet enquanto espaço privado de armazenamento de informações transborda para o lugar público para desenvolver-se colaborativamente e a rede enquanto espaço público traz no seu cerne as características das ações e exposições individuais que até pouco tempo eram exclusivamente privadas.

Um novo conceito de cidadania, de cidadão surge, onde não se leva mais em conta somente as fronteiras geográficas, mas também as fronteiras planetárias e global. Essa nova definição requer da sociedade uma renovação em relação às ideias democráticas, que passa a ter múltiplas possibilidades em relação à política, requerendo maior espaço e participação na gestão pública e estabelecendo relações renovadas com o Estado e o mercado. Desta forma, teríamos novas configurações da àgora contemporânea.

No contexto geral, os meios de comunicação interativos, as comunidades virtuais sem território e a imensa possibilidade de expressão permitida pela Internet abrem um novo espaço para a comunicação transparente, tanto no nível local quanto no global, levando, potencialmente, a profundas renovações das condições da vida pública, ou seja, maior liberdade e responsabilidade de um indivíduo enquanto cidadão. (GUZZI, 2010, p 45)

A rede apresenta um espaço de novas possibilidades da vida pública, não uma nova esfera, mas um novo cenário no que concerne a participação popular nos assuntos civis, que permitem maior ação e participação. Neste sentido há que levar em consideração a motivação popular para participar de uma *Zona autônoma temporária*, termo criado por Hakin Bey para descrever o grupo de pessoas que se organizam voluntariamente nas redes para desenvolverem atividades em comum, com pouco compromisso, sem controle de instituições mas com colaboração entre os participantes. Essas pessoas têm que ter desejos e motivações de participar de debates de assuntos públicos que geram transformações sociais.

A liberdade possibilitada pela rede se apresenta como o pontapé inicial para o exercício democrático por meio da rede, mas há que existir motivação causada pela compreensão da importância da participação social. E, além disso, há que separar as visões ideológicas da Internet como a materialização da democracia completa. Essas transformações teriam que advir de um processo educacional, cultural e econômico

concomitantemente com a educação digital para diminuição das desigualdades e a inclusão digital, destarte teríamos uma nova esfera pública de real participação democrática.

Há ainda a transformação da referência do tempo. O tempo passa a ser o imediato, o instantâneo, quando tudo acontece em tempo real e por isso mesmo de forma efêmera. O que vale é o presente momento, o aqui e agora que já era mais importante na modernidade e é levado ao extremo na pós-modernidade. Tudo acontece numa velocidade jamais vista. E os acontecimentos e informações chegam aos mais diversos locais do mundo assim que ocorrem ou que são divulgados. Vivemos na era do ao vivo, just in time¹¹ e do futuro do presente.

Outra transformação do espaço moderno advém da possibilidade de mobilidade permitida pelas novas tecnologias e sua convergência. De acordo com André Lemos (2010) o espaço real também é alterado com as ferramentas de novas mídias locativas conectadas ao ciberespaço. São telefones celulares e aparelhos de localização que proporcionam uma nova configuração do território. O espaço urbano antes reservado aos técnicos e conhecedores de mapas torna-se de fácil acesso ao usuário comum, desta forma é possível ter várias leituras da geografia de uma cidade, bairro ou região, dependendo de quem produz, envia ou recebe a informação. Ferramentas de busca e de localização como as do *Google*, permitem compreensão de localização e também de vigilância.

As mídias locativas conectadas ao ciberespaço criam novas formas de ligação entre o ciberespaço e os espaços concretos, novas significações aos espaços físicos e novos vínculos comunitários. Essa mudança permite ao indivíduo não só conhecer outros espaços, mas também extrapolar as barreiras das fronteiras políticas-geográficas. O indivíduo é agora cidadão do mundo Imperial, mesmo que seja por meio do espaço virtual.

¹¹ Modelo da administração que preconiza a rápida resposta, resposta imediata as solicitações de compra no mercado.

No ciberespaço aparece ainda um novo movimento social que é a Cibercultura. Parte de um processo simbólico, a Cibercultura permite uma convergência entre o social e o tecnológico, que por sua vez é utilizado como ferramenta para formação de comunidades, de convivialidade e de produção de conteúdo. Pode-se considerar a Cibercultura como uma sociedade cultural emergindo das novas tecnologias, do ambiente virtual e interativo que as redes telemáticas proporcionam. Esse processo de evolução da cultura por meio da *web* está atrelado a três princípios básicos de “liberação da emissão, conexão generalizada e reconfiguração social” (Pierre Lévy 2010, p 45), que corrobora para a mudança social da relação de espaço e tempo). Para Lévy (2010), as modificações advindas desse novo espaço causarão transformações em todos os âmbitos da sociedade contemporânea:

A ciência, a técnica, o dinheiro e as mídias, universais por naturezas e cada vez mais interligados, unificam e desterritorializam o planeta de maneira rápida, provocando todas as contratendências de reterritorialização e de crispação identitárias que conhecemos. (LÉVY, 2010).

O ciberespaço é parte de uma nova era onde o acesso à informação através da informatização nos leva ao conceito de globalização. Os processos comunicativos passam a ter uma nova vertente, onde no ciberespaço podemos verificar que emissor e receptor passam a se confundir no processo comunicativo mediado pelo computador e feito através de redes telemáticas.

Em consequência dessas mudanças, uma das grandes questões do século XXI é a utilização do ciberespaço, como este impactará sobre a vida dos cidadãos, como a comunicação mediada por um computador pode conectar milhões de pessoas de vários locais do globo e pode influenciar processos como a economia, política, cultura e a sociabilidade dos usuários. Como os indivíduos utilizam e irão utilizar esse novo meio para alargar a linha de atuação democrática e obter informação? E mais ainda por outro lado, como o Estado do Império consegue manter-se controlador e atuante frente a todas essas mudanças?

Neste novo universo, os Estados tendem a despertar para questões como o controle do ciberespaço e gerenciamento do espaço público, o exercício da sua soberania sobre a rede, sobre os movimentos que dela extrapolam, e para eventuais perdas desse

controle ou de soberania em relação aos usuários, as trocas e operações correntes e o sigilo de informações. E o cidadão é motivado a participar das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, nas esferas públicas e privadas, devido o aumento na utilização das TIC's e de sua característica de interatividade, ampliando, assim, a participação social.

4.3 COMUNIDADES VIRTUAIS

A Internet é caracterizada por ser um ambiente complexo, interativo, impactado pela comunicação mediada por computadores, que possibilita variadas formas de representação, de interação, convívio entre indivíduos e/ ou empresas. Nela há comunicação em rede e os indivíduos podem se conectar com outros e assim viver em comunidade. Não mais a organização social *Gemeinschaft* definida por Ferdinand Tonnies, mas uma nova organização que ainda preserva algumas características do seu senso comunitário.

Abandonamos o modelo de comunidade baseada em laços de proximidade, de parentesco, de vizinhança, que se estabelecia a partir das instituições tradicionais (família, igreja, escola, fábrica, etc), e partimos rumo a uma comunidade de laços transitórios, de estruturas alternativas e de muitas dimensões, ao invés de comunidade, podemos conceituar esses novos agrupamentos como “redes sociais”.

A sociabilidade pode ser definida como a forma pela qual os indivíduos se relacionam e colocam em prática suas habilidades de interação, problematização e percepção. Na rede, esta sociabilidade é o conteúdo de interesses que permite a aproximação entre as pessoas e gera o prazer de se associar por meio da imagem digital.

Neste ambiente, há o livre e contínuo intercâmbio de informações que possibilita o surgimento de comunidades virtuais focadas no estabelecimento de ordens a partir dos princípios de colaboração, participação e do convívio. As comunidades em rede construídas através do ciberespaço são caracterizadas de *comunidades virtuais* (Rheingold,1993). Segundo Rheingold: “As palavras-chave para comunidade virtual são: interatividade, convergência, ciberespaço e futuro digital” (GUZZI, 2010, p 57).

Em contraponto há nesse novo local uma aparente possibilidade de autorregulação advinda dos próprios atores deste meio interativo. Esse espaço é constituído por grupos existentes dentro de comunidades virtuais que se organizam diferentemente da comunidade tradicional.

A comunicação comunitária inserida no contexto da Internet e de suas comunidades virtuais reinterpreta a questão sobre um pensamento que extrapola a sociedade da informação. A constituição de grupos que dentro de comunidades virtuais trocam experiências, criam vínculos e que ganham forças indicam uma nova forma possível de organização em um ambiente onde a democracia é colocada em questão.

Neste novo espaço, parece surgir uma democracia que respeita as individualidades no pertencimento a partir do conceito criado por Rheingold e recortado por Henrique Antoun sobre comunidades virtuais

Considerava as comunidades virtuais capazes de recriar o tradicional sentido de participação e envolvimento das antigas comunidades, constituindo uma revitalização da esfera pública e social e da política democrática através do recém nascido ciberespaço.¹² (ANTOUN,)

Os ativistas das comunidades virtuais propõem as reflexões que colocariam o ambiente virtual democrático bem próximo à organização pensada por Derrida. Parece haver uma democratização do acesso à informação e há uma tentativa de assegurar as práticas colaborativas extremamente importantes para a diversidade cultural.

As comunidades virtuais moldaram o uso social da Internet. Elas não têm necessariamente uma organização com sistema de valores, é uma forma livre de expressão.

Por meio da rede as pessoas compartilham as informações em qualquer lugar e a qualquer hora

A foto na rua, o vídeo no celular, o envio de mensagens de texto por SMS, por e-mail e para blogs, entre outras possibilidades instantâneas, são utilizados, por exemplo, para marcar ou desmarcar encontros em cima

¹² ANTOUN, Henrique. O poder da comunicação e o jogo das parecerias na cibercultura, XIII Compós, p.3.

da hora, avisar sobre acidentes, trânsito, congestionamento, manifestações públicas e outras ocorrências na cidade entre duas e até centenas de pessoas simultaneamente (GUZZI, 2010, p 26).

Nas redes sociais os indivíduos se destacam por sua capacidade de produzirem suas próprias redes de comunicação, por meio de nós de infinitas possibilidades, essa capacidade é compreendida como o capital social. Nesta direção, a interação entre as pessoas passa a ser considerada riqueza juntamente com os recursos naturais, a infraestrutura, os bens de consumo e a economia de uma determinada sociedade.

Para a estruturação das redes sociais a confiança é característica *si ne qua non* entre seus participantes. A confiança é uma prática social baseada em relacionamentos recíprocos. No ciberespaço a confiança adquire outros formatos por meio das redes sociais: há o entrosamento entre pessoas que tem proximidade física e também intimidade, mas há a interação entre pessoas com laços afetivos tênues e de pouca contiguidade física. São colegas de escola que nunca mais se encontraram, familiares que moram a quilômetros de distância, etc. Mas todos esses indivíduos fazem parte de uma rede de relacionamento e de confiança de alguém ampliando as possibilidades de interação incrementando o capital social e a propagação de informações.

É no ciberespaço que o capital social atinge seu grau máximo de interação: são blogs, comunidades virtuais, comunidades móveis, *wikis*, *facebook*, que demonstram as pessoas tem cada vez mais ferramentas para promover a sinergia por meios virtuais. Sendo assim, as comunidades virtuais que surgem têm então a possibilidade de multiplicar o conhecimento via rede. Há a possibilidade das pessoas criarem suas próprias expressões, emitirem opinião e buscarem fontes diversas sem passar pelo crivo da autorização de instâncias governamentais. O escritor Yochai Benkler (apud GUZZI 2010) defende que:

a economia de informação em rede atua positivamente na capacidade prática dos indivíduos em três dimensões: a) os indivíduos fazem mais para e por eles próprios; b) eles podem realizar mais atividades em comum com outros, sem a limitação de organizarem suas relações apenas por um sistema de preços ou por sistemas hierárquicos tradicionais de organizações sociais e econômicas; e c) ocorre melhoria da capacidade de os indivíduos fazerem mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado.

A rede permite maior autonomia dos indivíduos para agir e colaborar socialmente. A Internet permite o surgimento de grupos virtuais esporádicos, de cooperação e colaboração fazendo surgir movimentos democráticos de protestos e de movimentação civil por meio da rede. Um exemplo no Brasil foi o projeto *Ficha Limpa* que rapidamente virou lei. O projeto, aprovado por unanimidade pelo Senado Federal em 19 de maio de 2010, defendia a proibição da candidatura de políticos condenados por crimes de corrupção e de abuso de poder econômico. A ação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que buscou por meio da rede, assinaturas para apoio à *Ficha Limpa*, e obteve mais de 2 milhões de cidadãos apoiando a causa foi determinante para que a Lei fosse sancionada pelo presidente da República e que vigorasse ainda nas eleições de 2010.

Por outro lado rede começa a substituir as ferramentas de comunicação de massa usadas até então por políticos nas suas campanhas ideológicas. As comunidades virtuais passam a ser utilizadas como uma nova forma de fazer política e de motivar ações publicitárias por meio da rede. Um bom exemplo da força das comunidades virtuais em ações políticas foi a campanha do candidato do Partido Democrata Barack Obama nas eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2008. A equipe da campanha de Obama voltou seus esforços eleitorais para a rede virtual. Foi criada uma comunidade própria na rede a MyBarackObama.com para a arrecadação de fundos via site, elaboraram vários vídeos caseiros sobre o candidato que foram lançados no *Youtube*, utilizaram *Hashtag*¹³ para colocar Obama como assunto do dia no *Twitter*, entre outras ações pela Internet que geraram resultados positivos para a campanha.

Nesse panorama de democratização, dois aspectos chaves se apresentam: o primeiro é a questão do acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, e o segundo refere-se a questão da participação e ao controle da informação.

Na sociedade conectada por meio da Internet, a proposição que a globalização insere é que todos os cantos do mundo estão interligados, o que significa um alto fluxo de trocas de informações. Há a falsa ideia de que todos os cidadãos do planeta estão completamente conectados e interligados, por meio da World Wide Web. Como se a

¹³ Ferramenta de tecnologia da informação representada pelo símbolo #, que tem como objetivo agregar conteúdo de mensagens do Twitter.

informação chegasse a todos sem censuras, exclusão por classe e ou condições econômicas. Entretanto, a problemática da desigualdade social e econômica nos permite perceber que esse é o modelo ideal das trocas de informação, mas não a realidade. Manuel Castells (2001) ao observar o exemplo da Internet nos EUA apresentou o conceito de info-exclusão que resume a marginalização de grande parte dos cidadãos ao acesso à Internet:

a Internet não aparece acessível para todos da mesma forma e com a mesma cara, tendo em conta que ela implica pré-requisitos, tais como capacidade econômica, conhecimento, situação geográfica e domínio da língua inglesa. Embora se reconheça que há sempre ricos e pobres e, neste caso, os mais pobres, por não terem acesso, tornam-se ainda mais marginais ao sistema.

Concomitantemente, a participação defende que o receptor da comunicação, teria espaço para expor suas opiniões, liberdade de expressão e novas frentes de atuação para a participação política da sociedade. Todavia, esse receptor intitulado soberano só consegue reinar perante a soberania do mercado, do consumo, conforme observou César Bolão (2000):

Muito mais alarmante é o caminho seguido pelo conceito de participação, perigosamente ressemantizado por setores da academia latino-americana que, longe já dos projetos políticos setentistas, aproximam-se das necessidades da ideologia do mercado, descobrindo a soberania do receptor e a realização da cidadania do consumo.

Para Benjamim Barber (1992) a Globalização e as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) estariam ameaçando a democracia, por tornarem a liberdade mundial impossível, em seu discurso, Barber apelidava a globalização de *McMundo* e as novas tecnologias de tribalismo (Jihad – que significa luta em árabe). Para Fernback e Thompson (1995), as TIC's e a comunicação entre computadores estariam promovendo uma fragmentação cultural e política nas sociedades, onde a vivência no ciberespaço não poderia representar uma vivência verdadeiramente democrática e ativa da cidadania. Putnam (1996) acusava as TIC's de estarem promovendo um isolamento social do indivíduo, além de seu desengajamento político.

Por muito tempo, e ainda hoje, a participação do indivíduo foi mais ferramenta de uso mercadológica e publicitária do que de atuação política, vide a eleição de Obama. Baran e Sweezy (1966) defendem que a publicidade fora usada no modelo

capitalista monopolista como arma fundamental das estratégias competitivas das grandes empresas, centradas na diferenciação de produtos, afetando a demanda efetiva global e os níveis de renda e emprego, bem como as decisões políticas. O papel dos meios de comunicação sempre esteve vinculado às relações capitalistas de reprodução: é preciso vender audiência aos anunciantes e para tal, é preciso manter o duplo papel da audiência:

O duplo papel da audiência: de mercadoria, ao ser vendida como produto dos meios aos anunciantes, e como trabalho, ao aprender a consumir, colaborando com a reprodução das forças produtivas. (DOWBOR, 2000).

Além disso, as comunicações de massa continuam a interferir no processo de estratificação social e da reprodução das classes sociais. Na televisão, as novelas revelam sempre um cenário social que diferencia o rico do pobre e define as possibilidades de movimentação na pirâmide social. Como observou Nicholas Garnham (1979) a função econômica dos meios de comunicação como a TV é criar mais valia através de programas e também gerar mais valia para outros setores por meio da publicidade.

Parece que as possibilidades que surgem como as NTICs podem ser acompanhadas do risco de apoderamento da tecnologia como meio de reforço das estruturas baseadas no modelo de mercado.

Como ocorreu com todos os outros meios de comunicação que antecederam a Internet, o que existe é uma batalha política em curso pela definição dos padrões de apropriação do meio. E ainda não sabemos se será a soberania do consumidor ou a soberania do cidadão que será privilegiada nesse processo. (HENRIQUE et al, 2008, p23).

Essa batalha envolve questões de poder e de controle da informação. Segundo o filósofo Inglês Bertrand Russell¹⁴, o poder é a capacidade de fazer com que as coisas aconteçam. “O poder juntamente com a glória, permanece como a mais alta aspiração e recompensa do gênero humanos” (TORQUATO, 2002). Para o sociólogo alemão Max

Weber, o poder deve ser analisado sob a perspectiva do resultado, sobre a possibilidade de alguém impor a vontade sobre a conduta de outras pessoas. O poder denota conceitos como segurança, autoridade, supremacia, luta, e democracia. A modernidade foi caracterizada, em termos políticos, pela progressiva estatização tanto das ações de governar quanto das relações de poder. Trata-se de um poder cujas feições aparecem diferenciadas em função do circuito em que ele se exerce (pedagógico, judiciário, policial, familiar etc.), voltamos as características do poder disciplinador segundo Foucault.

Há uma privatização, mesmo que parcial do conjunto de sistemas de telecomunicação em termos globais. São políticas que refletem o desejo de certos grupos sociais. E nesse sentido, há ainda outra questão: a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos de mídia que utilizam os meios para seus benefícios políticos e econômicos.

De acordo com Armand Mattelart (1998) a declaração Universal dos Direitos do Homem, que, há 21 anos, estabeleceu pela primeira vez, em seu artigo 19, o direito à informação, terá de reconhecer, um dia, um direito mais amplo: o direito do homem à comunicação

(...) Pois, hoje em dia, os povos sabem, e, se são mais difíceis de governar, é talvez porque o instrumento de comunicação, de informação e de participação que lhes oferecemos não corresponde mais ao mundo atual e ao avanço de sua técnica.

Ainda nesta direção a Unesco declarou a caducidade do modelo vertical do fluxo de sentido único para a informação, e da recusa de uma comunicação da elite para as massas, do centro para a periferia, dos ricos para os pobres. Os quatro princípios-chave que fundamentam o direito à comunicação – liberdade, diversidade, acesso, e participação – passaram então a figurar no cerne da questão do movimento social que luta pelo acesso à comunicação e pela participação ativa nas decisões sociais. Esse movimento ganha hoje novas perspectivas ao adentrar no cenário da Internet. De acordo com Pierrri Levy, mais informações implica em mais liberdade. Liberdade sem o policiamento do Estado ou de empresas privadas.

A liberdade de comunicação e o acesso à informação no contexto da sociedade atual devem ser reforçadas como características indissociáveis da democracia. Faz-se necessário utilizar as novas tecnologias de informação para suporte do debate político e como ferramentas de superação dos discursos antidemocráticos, e do consequente fortalecimento da democracia e da cidadania. “Quanto mais podemos livremente produzir, distribuir e compartilhar informações, mais inteligente e politicamente consciente uma sociedade deve ficar” (LÉVY, 2010).

A Internet sem limites espaciais ou barreiras propicia um espaço privilegiado para ser ocupado com discussão livre principalmente nos assuntos pertinentes as questões democráticas.

4.4 INTERNET E DEMOCRACIA

A Internet traz duas contribuições para a noção de democracia: o acesso à informação, essencial para a formação cívica e a capacidade interativa, troca dialógica, (MARQUES, 2004). A democracia está ligada as definições de liberdade e direitos, a possibilidade de os cidadãos terem acessos aos recursos básicos como saúde, segurança, educação e informação e liberdade de expressão.

É certo que o uso das TIC's auxilia a comunicação e melhora a compreensão entre cidadãos e a administração pública, o que em tese geraria maior acesso aos recursos de direito. Entretanto, deve-se considerar a percepção social das TIC's, levando em consideração os benefícios e malefícios que estes trazem ao cidadão para que eles alcancem a deliberação democrática.

Os aspectos das redes telemáticas ressaltam diferentes visões de democracia. (Zizi Papacharissi 2002) faz as seguintes observações acerca deste fato: "Para a maioria das grandes corporações, a Internet é vista como outro empreendimento de massa..." A trajetória da Internet demonstra que esta é um meio de comunicação que provém do capitalismo e que poderia trazer pouca eficácia no fortalecimento da forma democrática dos Estados. Porém a liberdade de expressão assume na rede possibilidades infinitamente maior do que nas outras mídias. O que possibilita o exercício da democracia de forma mais ativa e global.

A Internet como contribuição democrática abre a possibilidade de participação. A rede que é a Internet permite que os cidadãos se organizem ou compartilhem e produzam conteúdos que possam ser distribuídos entre os usuários possibilitando ao cidadão acesso irrestritos à informação. Surgindo assim, uma promessa de democratização da rede. Os defensores das TIC's, como ferramenta de propulsão da democracia, sustentam que as redes telemáticas estimulam maior transparência entre representantes e cidadãos, na qual a Internet oferece acesso a uma infinita quantidade de informações atualizadas, permitindo aos cidadãos a plena liberdade de escolha e movimento no ciberespaço sem as restrições colocadas no espaço real. O questionamento sobre a democracia digital ou ciberdemocracia possui interpretações diferentes e conforme (KAKABADSE *et al*, 1998):

A democracia eletrônica pode ser entendida como a capacidade de um novo ambiente de comunicações para melhorar o grau de qualidade da participação pública no governo. Por exemplo, a Internet pode permitir que determinados cidadãos (ou seja, aqueles com acesso a ele) para votar eletronicamente nas eleições, referendos, plebiscitos. A Internet também pode facilitar pesquisas de opinião. Portanto, ela tem o potencial para reforçar a interação entre o governo e os cidadãos e entre candidatos políticos e eleitores, afetando a natureza mutável da governabilidade democrática.” (Kakabadse, A.; Kakabadse, N.K.; Kouzmin, A., 2003)

A Internet tornou-se também uma ferramenta promotora de interação e transparência do Estado, através do acesso dos cidadãos a informação, essa liberdade se dá pela queda dos muros que delimitam o espaço governamental, espaço esse que passa ser imaterial, não havendo mais fronteiras ou soberania do Estado. A diversidade de informações tornou-se globalizada, as pessoas passam a ter acesso às informações de qualquer ponto do globo e transmitir e receber informações indiscriminadamente e esse acesso vai influenciar diretamente na relação dos cidadãos com o Estado. O estado é cobrado a divulgar seus dados, seus gastos e suas ações, etc.

Porém, disponibilizar a informação por meios digitais não tornará o cidadão mais cívico e participante do processo democrático, para que isso ocorra é necessário que o cidadão tenha predisposição de utilizar essas ferramentas e interesse político. Conforme Pierre Lévy (1998) a democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporâneas [...] O voto clássico é apenas um meio. Por que não conceber outros, com base no uso de tecnologias contemporâneas que

permitiriam uma participação dos cidadãos qualitativamente superior à que confere a contagem de cédulas depositadas nas urnas?

Na visão do Estado, o exercício democrático pode trazer dificuldades de controle e situações de divulgação de informações que deveriam ser sigilosas. A quebra de barreiras e de fronteiras permite uma maior circulação de informação que pode na visão dos Estados prejudicar a manutenção de estratégias como as de sigilo.

V. POLÍTICA E ATIVISMO NA REDE: INFORMAÇÕES E MOVIMENTOS

5.1 CIBERDEMOCRACIA E CIBERATIVISMO

Neste cenário do ciberespaço, a sociedade contemporânea apresenta um potencial de libertação do poder coercitivo do Estado, mas também um caminho de sombrias possibilidades: a comunicação, bem como a produção e o consumo tornaram-se globais e interligados o que a princípio permitiria melhoria na democratização do acesso à informação. A possibilidade de interatividade e de derrubar fronteiras traz novas perspectivas para os movimentos que defendem maior participação política e social por parte dos cidadãos.

As ações do Estado tendem na ciberdemocracia a ser mais transparentes. A ciberdemocracia seria o modelo democrático baseado numa administração pública mais democrática e participativa por parte do cidadão através dos meios digitais.

É tendo em mente os novos avanços da emancipação humana que devemos tentar pensar, não ‘o fim do Estado’, mas ‘outro Estado’, um que admita plenamente os seus outros, um que emerja da sociedade, embora esteja ao seu serviço, em vez de estar sobranceira a ela, como se transcendência autoritária e burocrática. Podemos apostar que, no futuro, o Estado, que já assumiu tanta forma (teocracia faraônica, império do meio, democracia ateniense, república romana, monarquia européia, califado, Estado-nação, fascismo, soviétismo, Estado islâmico, federalismo, Estados Unidos, união Européia...), continuará a metamorfosear-se (LÉVY, 2003, p. 174-175).

De acordo com Lévy, esse momento de ciberdemocracia, iniciou-se no final do século passado e traz uma nova dimensão da “vida na polis”. Há hoje, novas formas de moderação da palavra, distribuição de conteúdo livre e em rede, difusão profunda de opiniões sobre os mais diversos temas, uso de tecnologias abertas, participação de comunidades sobre problemas locais e globais, etc.

A ciberdemocracia deve ser compreendida pela emergência de novas formas democráticas de participação por meio da rede. Seria o modelo democrático no qual o Estado oferece serviços online e os cidadãos teriam a possibilidade de adquirir informações e participar publicamente. Nesse processo é preciso analisar onde se colocam os atores dessa mudança: qual será o papel do Estado, do cidadão e da opinião

pública. É preciso que haja o pleno acesso ao cidadão das decisões públicas. É o acesso à informação que irá permitir tal participação e o exercício democrático. A Internet surge como a possibilidade permitir o acesso e de ampliar essa participação, que irá tornar a relação do Estado e do cidadão fortalecida permitindo transparência e democratização das ações.

A ciberdemocracia baseia-se na maior participação do indivíduo nas decisões públicas por meio da criação de processos de discussão e de diálogo entre Estado e sociedade. Baseado nos conceitos de liberdade e de direitos da democracia, esse novo modelo propiciado pelo uso das TIC's permitiria um alargamento na atuação social na esfera pública. É fato que o ciberespaço oferece ao cidadão condições de liberdade de expressão e de participação maior do que todos os meios de comunicação anteriores. Porém há que se considerar o acesso e as questões de controle de informação. No item acesso, por exemplo, há que se pensar em uma possibilidade de acesso igualitário. Hoje em muitos países, como por exemplo, o Brasil, o acesso à Internet ainda é relativamente caro e as estruturas técnicas já são ultrapassadas. O que dificulta o acesso e a utilização de forma otimizada. A promessa do governo de uma Internet acessível e com uma tecnologia 4G parece cada vez mais distante da realidade da maioria dos brasileiros.

O ciberespaço aparece como o local da emissão livre de informações e de compartilhamento. O que se tem é um espaço para a utilização das ferramentas de comunicação pelos movimentos sociais e reivindicações políticas, apontando para possibilidades de mudanças globais e políticas por meio de movimentos ativistas.

O que está em jogo é o alcance planetário para questões locais; a livre expressão para publicação de informações; a colaboração e participação; a inclusão digital. Não é por acaso que surgem redes sociais mobilizadoras, ativismo político mundial, *hacktivism*, movimentos antiglobalização, trabalhos cooperativos, *smart mobs*, (Rheingold 2003) com telefones celulares, crítica e "observação" dos meios massivos e da indústria cultural massiva.

A Internet possibilita o aparecimento de grupos que se organizam ativamente na discussão e ação sobre certos temas da economia e política. Há uma tentativa de democratização do acesso à informação e de assegurar as práticas colaborativas extremamente importantes para a diversidade cultural. É o que conhecemos como ciberativismo. O ciberativismo é uma forma de ativismo realizada através dos meios

eletrônicos. Na visão de algumas pessoas esse movimento seria uma alternativa aos meios de comunicação de massa, uma tentativa de driblar o monopólio da opinião pública, ter mais liberdade e de causar mais impacto. Os ciberativistas defendem suas causas e utilizam os meios de informação como a Internet para chamar a atenção para si e para defender suas ideias. O movimento se liga ao ativismo real e desta forma, as manifestações advindas das comunidades virtuais extrapolam os meios digitais e interferem nas sociedades “reais”.

O uso ativista da mídias nasceu nos anos 90. O movimento fundamenta-se na utilização das potencialidades das mídias graças a crescente acessibilidade das mesmas. “Websites, softwares open source, comunidades virtuais, wikis, blogs. (LÉVY 2010). Lévy defende que “O uso de ferramentas de comunicação sem controle de emissão, produzidos por vozes livres e independentes, busca reconfigurar a cultura política contemporânea.”

A Internet possui uma capacidade de autorregulação a partir de um caos mais ou menos organizado. A organização derivaria de organismos representantes da Internet, sendo exercida por aqueles que lhe conferem um caráter interacional. As comunidades parecem levar em conta as individualidades e as possibilidades de exposição das opiniões.

A utilização desta nova ferramenta de comunicação que é a Internet possibilita a emissão de informação sem controle, produzida por vozes livres e independentes o que de acordo com Lévy e Lemos (2010) permite uma reconfiguração da cultura política contemporânea:

O objetivo é utilizar o potencial das ferramentas comunicacionais digitais para expressão livre dos movimentos sociais e das articulações e reivindicações político-ativistas. O que está em jogo é o alcance planetário para questões locais; a livre expressão para publicação de informações; a colaboração e participação; a inclusão digital. (LÉVY; LEMOS, 2010).

Assim como o rizoma de Deleuze essas comunidades nos remetem a bifurcação e ao ineditismo. Há nas comunidades virtuais movimentos em reação à cultura moderna e a destruição dos limites da sociedade tradicional. Existe um estilo de rebelião próprio,

um estilo de vida que proporciona identidades, regras e ideologias. Os grupos formados (Ongs e movimentos) se emancipam do Estado, tornam-se ingovernáveis pelas formas tradicionais. O trabalho dessas comunidades, fundado em parcerias anônimas e produtivas é capaz de mobilizar através de e-mails, blogs e microblogs milhões em todo o mundo em torno de um único tema. Cada grupo possui uma regra, um código e normas coesas que tipificam uma comunidade e sua cultura.

Os ciberativistas defendem suas causas e utilizam os meios de informação como a Internet para chamar a atenção para si e para defender suas ideias. Para ilustrar tal movimento, podemos citar o caso de ativismo virtual que é foco da nossa análise final: o *Wikileaks*. Ao divulgar pelo seu site informações sigilosas do governo americano e suas embaixadas, o grupo liderado por Julian Assange perturbou as relações do mundo real desse Estado e também de outros países.

As novas formas de dominação já não caracterizam necessariamente o modo de produção capitalista monopolista tradicional da era moderna. O processo de globalização aponta como a nova ordem mundial. Hoje assistimos uma intensificação da industrialização dos processos de produção e de difusão dos produtos e serviços culturais e comunicacionais. E nesse cenário, desponta a Internet como um meio não só de comunicação, mas também de produção e distribuição de serviços, produtos e informações. A globalização e as megaempresas que nela atuam trabalham diretamente com todo esse processo de distribuição, produção e difusão dos produtos culturais e informacionais da rede. O que significa que o Estado, parceiro desses atores mundiais devem atuar como polícia deste novo espaço conhecido como ciberespaço. Mas como fazer esse policiamento mediante a tamanha desterritorialização?

Nesse universo o livre e contínuo intercâmbio de informações permite às comunidades virtuais as ações de colaboração e troca de informação. Destarte, novos paradigmas emergem com a sociedade contemporânea. São questões sobre a produção e a democratização da comunicação e da informação que estão na pauta das discussões sobre economia política da comunicação atual. O Estado pressionado pelas empresas que operam o mercado econômico mundial tenta regular esse novo universo. Sobre essa tentativa de regulação o autor Ricardo Luiz Lorenzetti em seu livro sobre comércio eletrônico apresenta as algumas interrogações fundamentais: “deve intervir o Estado

mediante regulações ou pode se autorregular? Pode o Estado regular uma rede que opera internacionalmente? Quais outras legislações são admissíveis?” Lorenzetti descreve então que muitas dúvidas ainda pairam quando se tem questões pertinentes às normas de segurança, assinatura digital, pagamento de compras através da Internet, a proteção da propriedade intelectual, o acesso ao mercado, a tributação e outros aspectos que incentivam o desenvolvimento.

Do ponto de vista do autor Antoni Negri (apud Giuseppe Cocco 2002) o Estado assume agora nova posição na ordem mundial:

... É verdade que o Estado intervém de novo e de maneira absolutamente central, mas essa questão nos traz de volta ao discurso sobre a soberania. O Estado intervém enquanto um de seus pólos da relação soberana e não enquanto capacidade de recomposição unitária dos processos sociais na função política (NEGRI apud COCCO, 2010).

Apresenta-se hoje um Estado sendo redesenhado, mergulhado numa crise do Império, ele não é destruído nem excluído, pois permanece como pilar do processo econômico e político social da democracia. Neste redesenho, o Estado tende a despertar para a questão do controle do ciberespaço, da tentativa de exercício da sua soberania sobre a rede, e atentar para eventuais perdas desse controle ou de soberania em relação aos usuários, as trocas e operações correntes.

Ao cumprir o seu papel, os Estados tentariam regular a sociedade por meio de normas e regras que em seu discurso permitiriam a convivência humana pacífica nas sociedades neoliberais. Entretanto o que percebemos é que o Estado atual insiste em usar a lógica da guerra, baseado em um neoliberalismo autoritário e violento e ocupando o cargo de polícia internacional.

5.2 ESTADO IMPERIAL E CONTROLE DE INFORMAÇÕES NA REDE

Os braços dos Estados Imperiais atuam hoje na rede na tentativa de controle de informações e de análise das interações sociais. Instituições como a americana National Security Agency (NSA) buscam captar e analisar com meios informatizados os fluxos

de informações que circulam pelo ciberespaço. Assim como ela empresas privadas com interesses comerciais também efetuam esse rastreamento: Google, Microsoft, etc.

A ideia de privacidade na rede é hoje ameaçada pelos esforços econômicos e dos serviços de informações que tentam manter o regime da política imperialista e totalitária.

A Internet é uma rede de comunicação que nasceu com a proposta de ser aberta e livre. Nela, pode-se criar conteúdos, formatos e tecnologias sem a necessidade de autorização de nenhum Estado ou corporação. Deveria então haver democratização do acesso a informação e a tentativa de assegurar as práticas colaborativas extremamente importantes para a diversidade cultural.

Neste novo cenário há uma tentativa de observar e controlar o indivíduo e sua produção. A censura e o controle tornam-se cada vez mais difíceis, na medida em que as informações podem partir de inúmeras fontes. As funções de usuários e emissores se misturam. A rede assume características de espaço democrático, uma espécie de “àgora” eletrônica, onde todos podem compartilhar o mesmo espaço. Entretanto existe ainda uma tentativa de controle. O controle (enquanto mecanismos de exercício de poder e governo que visa manter as relações socioculturais e econômicas vigentes). O controle da sociedade descrita por Deleuze na qual existe uma série de recursos e práticas, que constituem uma rede maior que está para além da forma de como a sociedade se organiza.

Por um lado, hoje, convive-se com um diversificado aparato tecnológico que nos permite saber mais de nós e do mundo, o que corresponde também a um controle. Mais do que isso: trata-se de um aparato que cada vez mais se sofisticava, no sentido de orientar, cuidar, instruir, formar e de subjetivar. O tempo atual seria o de plena exposição de si mesmo, de confissão escancarada e pública da intimidade. Nesse tempo, a tecnologia parece estar a serviço de uma refinada sociedade de controle centradas em técnicas refinadas ao falar das “práticas de si”. A Internet surge então com seus produtos dirigidos a subjetividade com suas possibilidades de produção criação e vigilância. Haveria a possibilidade de multiplicação, circulação, criação, produção,

reinvenção das tecnologias do eu, de propostas de exercícios sobre nós mesmos, tal qual entre os gregos clássicos estudados por Foucault.

Por outro lado, no ciberespaço a mudança parece advir do “como” do exercício de controle e por consequência da vigilância, que, com o aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos e a intensificação do uso destes, passou a ser efetivado de uma forma mais branda e quase imperceptível. Parece existir um controle tecnológico que regula por impedimento, impede sem violentar, através de meios invisíveis, de alta tecnologia, de ampla cobertura, grande velocidade e acumulação de informações. Mas quem são os responsáveis por essa regulação?

O escritor britânico James Slevin (2002) defende que o uso das modernas tecnologias de informação estão aos olhos do Estado como prioridade para seus interesses e como tal sugere algum tipo de regulação. No entender do Estado, além dos interesses econômicos das grandes corporações internacionais, essas tecnologias podem ser utilizadas para transmitir algum tipo de mensagem para as audiências relativamente alargadas. E possuem uma profunda significância como fator de influência dos valores político e morais das sociedades contemporânea.

No entanto, a Internet apresenta-se como um desafio tanto para os Estados como para os indivíduos no que tange ao controle da informação, pois constitui uma incerteza sobre sua forma de regulação e sobre a conciliação dos interesses políticos e econômicos. Ainda há muito que se pensar sobre leis e normas que permearão o ciberespaço. Há para isso, que se reorganizar a linha divisória entre público e privado e entre real e virtual. Estados terão que discutir suas atuações para além de seus territórios sejam eles físicos ou não.

O que podemos perceber é que no cenário atual do ciberespaço não é bem a liberdade que fundamenta e estrutura a rede. O controle deleuziano ainda está presente nessas relações. Em primeiro lugar podemos abordar a questão do acesso à Internet.

Hoje, de acordo como estudos da organização OpenNetInitiative¹⁵ e a a Ong Repórteres Sem Fronteiras (RSF), existem mais de 25 países que proíbem ou restringem o uso da rede, para citar: Irã, Síria, Cuba, Arábia Saúdita, Vietnã, Tunísia, China, Turcomenistão, Egito, União de Mianmar, Sultanato de Omã, Sudão, entre outros. A ONG Ong Repórteres Sem Fronteiras (RSF) divulgou em março de 2010 uma lista intitulada “inimigos da Internet”, onde constam países que tentam exercer um poder de controle no ciberespaço. Há os países que são voltados para as restrições de temas relacionados à política e por isso usam filtro de controle para essas áreas, como o Vietnã, a Síria e o Irã. Há aqueles que centram sua tentativa de controle em relação às práticas sociais e bloqueiam sites pornográficos, de conteúdos ligados aos homossexuais, são países como Arábia Saúdita, Emirados Árabes Unidos e Túnisia. Já na Coréia do Sul, há o bloqueio aos temas relacionados à seu rival Coréia do Norte. Nos Estados Unidos temos o *Patriot Act*, um ato de segurança acima de tudo promulgado após o 11 de Setembro pelo então presidente George Bush; nos países que compõem o *Bric* (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), podemos destacar a atuação de controle da Rússia e China como vertentes de censura nos dias atuais. Temos ainda os casos dos países do Golfo Árabe (Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita) que restringe o uso do aparelho celular *Blacberry* para envio de e-mails, acesso à Internet e envio de mensagens instantâneas.

A denuncia à censura se estende a empresas privadas como *Microsystems*, *Nortel Networks*, *Cisco Systems*, *Yahoo*, *Google* e *Microsoft* que disponibilizam suas tecnologias aos governos desses países em prol do controle e da manutenção de seus clientes nesses países. A organização delata ainda que as democracias ocidentais, em nome do ataque à pornografia infantil e ao roubo da propriedade intelectual buscam regulação da Internet por meio de decretos e projetos de lei. Ainda de acordo com a ONG Assange não está só, até o primeiro semestre de 2010 havia cerca de 120 blogueiros presos, a maioria oriundos da China.

De acordo com informações divulgadas no site da *OpenNetInitiative* nos últimos cinco anos o aumento da censura foi significativo o que retrata a preocupação dos governos com o controle das novas tecnologias de informação em seus países. Esse fato

¹⁵ A OpenNet Initiative representa um órgão colaborativo que reúne pesquisadores da Universidade de Cambridge, Universidade de Oxford e Universidade de Toronto. <http://opennet.net/>

restringe a possibilidade que a Internet traz de participação, de democratização e de maior acesso às informações.

Outra questão sobre o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação que é preciso abordar é a questão econômica do processo. O que chamamos hoje de inclusão digital é fundamental para a democratização da informação pela rede.

Os primeiros programas de inclusão digital surgiram nos Estados Unidos e no Canadá no final da década de 1990, a finalidade era paradoxalmente diminuir as exclusões através do acesso aos meios digitais. Irradiado pelo mundo esses programas teriam a intenção de facilitar o acesso ao mundo digital, tanto no sentido de propiciar a técnica quanto na relação de conteúdo e de geração de conhecimento e de participação na rede.

Desta forma, um novo léxico parece estar sendo constituído sobre o futuro da democracia por meio do ciberespaço; não só pela maneira como os indivíduos se organizam dentro desse espaço, mas também pela tentativa de regulação das informações que podem circular neste ambiente.

5.3 MOVIMENTOS EM REDE: O EXEMPLO DO OCCUPY WALL STREET

Como exemplo de movimentos que permeiam as comunidades virtuais faremos um recorte já no século XXI. Para tal, podemos destacar o ano de 2011 como o ano de resurgimento de movimentos de protestos ao redor do mundo passando pela Tunísia, Egito, Iêmen, Líbia, Europa e aterrissando nos EUA e em outros países globalizados. Esses movimentos tiveram como ferramenta fundamental a utilização da rede para promover informações. Em Portugal o movimento 12 de Março, ou Geração à Rasca (M12M); Na Espanha o Movimento 15 de Março (M15M), ou movimento dos indignados e nos EUA o Occupy Wall Street. Cada reivindicação de cada região ou país surgiu com suas peculiaridades, mas todas tinham em comum algumas características importantes de se destacar: havia a solidariedade ente os participantes, a organização espontânea da estrutura, a utilização das TIC's como canal alternativo de comunicação,

a ocupação das praças públicas para angariar simpatizantes fora do espaço institucionalizado do Estado.

O cenário dos protestos se desenrola a partir da crise econômica, social e financeira que assombra os países do globo desde 2008. Em alguns países o movimento assume proposições da luta democrática, buscando o fim de árduas ditaduras.

Os movimentos, assim como sua comunicação em rede, assumem forma viral atingindo uma grande quantidade de pessoas, principalmente aquelas que sofrem com as mazelas trazidas com a crise. Para que tal disseminação ocorresse utilizaram-se as TIC's. Na Internet, o Twitter, replicava o boca-a-boca para milhares de pessoas.

(...) a voz das ruas passou a ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeirizado, em textos escritos no calor dos acontecimentos e imbuídos não só da lucidez da crítica, mas também da paixão do engajamento e da esperança. (CARNEIRO, 2012, p10).

Os autores que prontamente se debruçaram para análise do fenômeno se dividem entre os que vêem um bom resultado para a esquerda independente de qual esquerda será essa, e os que realizam nos protestos a nova solidariedade social. Mas concordam com a proposição de que o momento do capitalismo é de crise geral e de que os movimentos ainda não possuem uma definição estratégica, pragmática ou teórica para serem analisados.

Os movimentos apresentam características singulares. Primeiramente são constituídos por uma diversidade social. Fazem parte desses grupos, operários, trabalhadores desempregados, estudantes, pobres, profissionais liberais que constituem o ficou conhecido como precariado¹⁶.

Os jovens, cansados do individualismo do capitalismo, da falta de perspectivas de futuro e dos projetos, perderam e perdem continuamente espaço no mundo por causa da crise e da flexibilização dos direitos sociais, são os que mais se apresentam descontentes e por isso, marcham rumo às manifestações do século XXI.

¹⁶ Termo surgido no Japão para designar a nova forma de proletariado informal e terceirizado, um novo tipo de trabalhador cujas habilidades intelectuais são exploradas por meio da precarização, desregulamentação e perda dos direitos sociais do welfare state das gerações anteriores do proletariado industrial.

Segundo Slavoj Žižek (2012) a manifestação em Wall street reflete a crise no funcionamento capitalista. Para os manifestantes o problema é o sistema capitalista que deve ser superado.

A razão de os manifestantes saírem às ruas é que estão fartos de um mundo onde reciclar latinhas de Coca-Cola, dar alguns dólares para a caridade ou comprar *cappuccino* da Starbucks com 1% da renda revertida para os problemas do Terceiro Mundo é o suficiente para se sentir bem. (CARNEIRO, 2012)

Para Žižek o descontentamento com o sistema capitalista fez com que esses jovens reagissem ao modo como esse sistema está destruindo a si próprio e como consequência a todos nós. O autor afirma que se o movimento luta para democratizar o capitalismo será preciso rever a “moldura institucional democrática do Estado de direito (burguês).” (CARNEIRO, 2012 p 22)

Iniciados em setembro de 2011, o movimento de protestos *occupy* discute as possíveis alternativas aos regimes econômicos desiguais. O protesto nasce inspirado por outros movimentos como o 15 de Março (M12M), movimento dos indignados na Espanha. Diferentemente do movimento do Egito na Praça Tahrir, o movimento Wall Street tem como parte do cenário a democracia ocidental estabelecida, mas nem por isso podemos reduzi-lo em graus de importância.

Tais protestos são vistos ainda como as respostas, é preciso que sejam ao longo dos próximos anos elaboradas as perguntas para que possamos compreender esses movimentos e saber o que fazer com suas propostas. Já está clara a proposta de indignação dos 99% da população mundial fruto da desigualdade social e retrato da pobreza, contra os 1% que vivem baseados na riqueza e no poder. Mas quais serão os rumos e os impactos desses movimentos? Será que eles serão abafados pelo policiamento do Estado. O que é mais provável é que a força da reprodução e do compartilhamento das redes, juntamente com a insatisfação crescente das populações do mundo capitalista faça reverberar cada vez mais longínquo esses movimentos.

No Brasil a propagação dos movimentos surge, ainda que timidamente, mas reproduz outras lutas sociais: a marcha da maconha, os protestos dos alunos da USP

repreendidos pela tropa de choque da polícia e os movimentos de contestação sobre a tentativa higienista nas grandes capitais.

5.4 CASOS BRASILEIROS: TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO E O MARCO CIVIL

No cenário brasileiro, o Estado tenta atuar diante das questões de controle da Internet principalmente através da criação de projetos de leis sobre o assunto. Alguns desses projetos defendem conglomerados de mídia e empresas envolvidas em mercados que sofrem diretamente com as mudanças de consumo possibilitadas pela rede (como é o caso da pirataria versus a indústria fonográfica), outros projetos buscam a regulamentação da Internet de forma mais democrática, por meio da participação e colaboração cívica na construção e decisão da lei.

No Brasil, em 1995 foi criado o Comitê Gestor da Internet (CGI) que fornece a Cartilha de Segurança para a Internet e outras Recomendações. Esse limitado manual adverte os usuários da Internet para as formas de utilização segura da rede (são quatorze itens que aborda: spans, senhas, criptografia, privacidade e etc).

Surgiram desde então, as leis como a do software (Lei 9.609/98) que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no país, e coloca outras providências sem nada abordar a respeito da utilização e regulação da Internet. Tal como as leis americanas o estatuto é omissivo quanto à regulação da Internet.

Nos últimos anos diversos projetos de leis sobre a Internet foram criados com objetivos diversos. É possível citar o projeto sobre crimes na Internet defendido pelo Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado no Senado Federal e que tramitou na Câmara dos Deputados sob o nº 84 de 1999. As mudanças propostas pelo senador definiam como crimes procedimentos de acesso à rede antes mesmo de o Brasil ter estabelecido um marco regulatório civil sobre o tema. Apelidado de “AI-5 Digital” por grupos de ativistas da Internet, o texto determinava que provedores de acesso poderiam agir como centros de espionagem e delação, além de favorecer interesses privados de bancos, fabricantes de softwares e indústrias que sofrem com as transformações

advindas da rede, entre elas as gravadoras. O senador Azeredo e seu substitutivo foram alvo de abaixo-assinado virtuais com mais de 150 mil assinaturas¹⁷. Um dos pontos de discórdia é o artigo 22 do substitutivo, que obriga os servidores de Internet a manter “em ambiente controlado e de segurança”, pelo prazo de três anos, todos os dados de comunicação eletrônica, com origem, data e referência de conexão feita pela rede de computadores, a fim de fornecê-los à polícia, mediante requisição judicial. Mais ainda: os provedores serão também obrigados a informar, “de maneira sigilosa”, denúncias que tenham recebido com indícios de prática de cibercrime. No texto do substitutivo, o artigo 285-A prevê pena de um a três anos de cadeia para quem invadir uma rede de computadores protegida por “expressa restrição de acesso”. A medida, embora vise coibir uma atividade ilegal e resguardar a privacidade dos usuários da rede, parece expressar um exagero jurídico. Seria mais coerente invadir um domicílio de alguém já que a pena seria menor (1 a 3 meses de reclusão).

O projeto foi aprovado pela Câmara dos deputados em 2003, mas modificado pelo Senado Federal em 2008. Em virtude do substitutivo realizado pelo Senado o projeto teria que voltar a Câmara para aprovação o que foi realizado em 2012. O projeto foi aprovado juntamente com o projeto número 2793 de 2011 também sobre crimes digitais. Mas do original do AI5 digital somente seis dos seus 23 artigos foram mantidos.

O Ministério Público brasileiro também apresentou propostas sobre o controle da Internet. Há, por exemplo, uma parceria entre o Ministério Público e o site de relacionamento Orkut, na qualidade de “Custus Legis”¹⁸ a fim de regular, prevenir e punir crimes cibernéticos. No caso específico do Rio de Janeiro há o planejamento da criação de um site através do qual os promotores de justiça do estado poderão pedir diretamente aos administradores do site a remoção de conteúdo ou a preservação de informações relacionadas a atividades criminosas. Acrescido a isso, os Ministérios Públicos terão direito a uma conta no Orkut, objetivando a coibição de pornografia infantil e preconceitos previstos por lei.

¹⁷ Uma das referências foi o site de abaixo-assinado virtual Petiton online, <http://www.petitiononline.com/veto2008/petition.html>.

¹⁸ Custus Legis: aquilo que se apresenta como fiscal da lei. Apenas fiscaliza.

Outro projeto que podemos destacar é o debate sobre a regulamentação do uso da Internet com defesa da criação do Marco Civil.

Em 2009 iniciou-se o processo de criação de um *Marco Civil* da Internet brasileira. A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) em parceria com a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas desenvolvem o projeto aberto e colaborativo que irá definir as propostas de regulamentação da rede, delimitando direitos e deveres de usuários, Estado e empresas. Por meio do Portal da Cultura Digital do Ministério da Justiça (<http://culturadigital.br/marcocivil/>) os cidadãos podem acessar o anteprojeto e participar manifestando publicamente sua opinião sobre o *Marco Civil*.

Com foco em estabelecimento dos direitos a proposta do *Marco Civil* não pretende restringir a liberdade na rede. O que se pretende é a criação de uma legislação que preveja as questões jurídicas relacionadas ao tema da Internet.

Diferentemente das mais de 20 propostas que transitam no Congresso Nacional de regulamentação da Internet no Brasil, o *Marco Civil* apresenta-se como um projeto colaborativo, no qual a participação e a colaboração popular é fundamental.

O projeto aborda temas como responsabilidade civil de provedores e usuários, conteúdos postados na rede, bem como a proteção à liberdade de expressão e privacidade. Procura caminhos coerentes para que possam ser definidos pela lei o que seriam os cibercrimes (crimes que utilizam a Internet como suporte de comunicação).

No site do projeto, aberto aos internautas, estão as discussões e ações sobre o assunto. O diferencial da proposta está exatamente na defesa dos direitos humanos, na livre iniciativa, na neutralidade da rede, na promoção ao acesso à Internet e ao mesmo tempo na proteção da privacidade. Na questão da privacidade, hoje a rede se tornou um lugar de presas fáceis. O internauta está à merce de empresas que vendem e compram seus dados para utilização com fins mercadológicos. No artigo 9 do capítulo III do projeto há a defesa da proibição de monitorar, e fiscalizar o conteúdo dos pacotes de dados dos indivíduos. O que seria uma vitória civil na guerra contra a vigilância e controle na rede.

O projeto defende a que é preciso atentar para características de transnacionalidade, meio aberto, e de temporalidade assumidas pela Internet, bem como as possibilidades de liberdade de expressão, de colaboração e de direitos humanos que a rede permite. Sem o respeito a essas características as leis estabelecidas estariam comprometendo as funções políticas e sociais da rede.

Ao abordar a atuação do poder público o projeto prevê a criação de formas de governança transparentes, colaborativas e democráticas; a interoperabilidade tecnológica dos sistemas das diversas instâncias do governo para promover o livre intercâmbio de informações; a adoção preferencial de sistemas abertos e livres e a disseminação de dados públicos de maneira aberta. Ou seja, o Estado teria que fornecer informação de forma democrática e transparente, facilitando o fluxo dessas informações seja por meio das plataformas tecnológicas para o acesso, ou pela utilização dos softwares livres e gratuitos. Dispõe ainda sobre a obrigação do Estado de fomentar a cultura e a educação por meio da rede: promovendo inclusão digital, a capacitação dos cidadãos para o uso seguro e consciente da rede e incentivando a produção e circulação de conteúdos nacionais.

De acordo com o secretário de assuntos legislativos do Ministério da Justiça Pedro Abramovay, responsável pelo Marco Civil, essa é uma iniciativa nova no país que não deve ser analisada a partir da visão criminal e sim por meio da questão da privacidade que irá equilibrar e permear todo o debate.¹⁹

Contra a proposta há aqueles que alegam que a criação de uma legislação para a Internet seria uma forma de controlar a liberdade de expressão na rede e de acabar com o direito à privacidade. O Partido Pirata Brasileiro defende que a proposta não é capaz de garantir o acesso livre à informação e garantir o direito à liberdade. Porém, a Internet apresenta inegavelmente um potencial democrático, por isso, é preciso organizar e regular as possibilidades políticas, e econômicas e sociais que dela surgem.

¹⁹ Disponível em <http://www.cultura.gov.br>. (Acesso em 17/12/2012)

Consequentemente o funcionamento da Internet não é uma questão meramente privada; é questão pública e não sigilosa, é uma forma extrema de globalização, com efeitos políticos, econômicos e sociais, que envolvem a ordem pública e privada.

VI. O IMPÉRIO E O WIKILEAKS: UM EXEMPLO DE VAZAMENTO E CONTROLE

6.1 O CASO WIKILEAKS

Em 1987, o australiano Julian Assange, utilizando o codinome de Mendax (tirado de uma Ode de Horácio), associou-se a dois hackers e formou o grupo International Subversive, no qual o objetivo era invadir uma infinidade de computadores corporativos na Europa e na América, deixando sempre o mesmo recado: "Foi um prazer brincar com seu sistema. Não lhe causamos dano algum e até o livramos de alguns bugs. Por favor, não nos delate à polícia federal australiana". Mas, nem mesmo a polícia federal ou governos europeus e americanos estavam preparados para o movimento de ciberguerrilha que estava por surgir.

Alicerçado na ideia da Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁰, que defende a liberdade de expressão e que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito, surge em 2007, a organização sem fins lucrativos intitulada como *WikiLeaks*. O prefixo Wiki proveniente do vocábulo havaiano, no qual significa rápido ou ligeiro, assumiu na rede o papel de páginas de conteúdos diversos projetadas para que possam ser editadas por qualquer um que tenha acesso ao conteúdo. Por sua vez a palavra Leaks, originária do inglês, significa vazamento. Vazamento que pode ser compreendido como divulgação de informações secretas.

WikiLeaks, portanto se tornou o nome de uma organização que tem como princípio ser um meio, ou canal de vazamento de informações de importância pública. Essa organização defende a publicação de fatos ou de evidências sigilosas e que são ao mesmo tempo de interesse público, para propiciar o aumento da transparência na sociedade e conseqüentemente diminuir a corrupção e ampliar a democracia.

²⁰ Sobretudo o artigo número 19 trata dessas liberdades: Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; e esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber, transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

O grupo *WikiLeaks* apresenta-se como uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia²¹, mas que não possui um espaço físico definido; que publica, em sua página da Internet, informações, documentos e fotos confidenciais de fontes anônimas, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. Os assuntos sensíveis, na visão dos participantes do movimento são todas as informações pertinentes ao domínio público, mas na visão dos Estados, que por situações de segurança nacional e de controle não devem ser publicados.

Por conseguinte, o objetivo principal da organização prevê a divulgação de informações de Estados e a constante vigilância das ações e condutas éticas dos mesmos. A justificativa dos responsáveis por vazar informações perpassa pela necessidade atual de cada vez mais publicar os fatos que corroboram para a transparência dos Estados e suas ações, diminuindo desigualdades e permitindo que as sociedades caminhem em direção a uma era mais democrática.

Todavia, há que se analisar mais profundamente a questão das informações sigilosas. Como fora antes delineado neste trabalho, há situações e justificativas para que os Estados mantenham informações secretas em suas instituições. São dados sigilosos que deveriam estar guardados em prol do bem social. Esse é o primeiro ponto que o *WikiLeaks* tenta destituir. Para eles as informações sigilosas do Estado Norte Americano não passam de complôs e de espionagem política com fins econômicos e imperiais.

Voltamos para a questão da possibilidade de democratização por meio do ciberespaço. Utilizar a ferramenta que é a Internet para colocar informações pertinentes ao alcance de todos. Mas como eles e com os cidadãos podem avaliar essa pertinência?

O trabalho do *WikiLeaks* é baseado em colaboração principalmente na avaliação dos documentos que julgam importantes. *WikiLeaks* depende de seus colaboradores espalhados pelo mundo. São jornalistas e ativistas trabalhando para apurar e divulgar informações, e pessoas chaves ligadas aos Estados que se tornam fontes de vazamentos.

²¹ Embora o *WikiLeaks* tenha sua sede jurídica na Suécia, para aproveitar-se das flexíveis leis de imprensa do país, não existe uma sede oficial.

A colaboração acontece ainda por meio das alianças com outras empresas de mídia. Elas ajudam na divulgação dos fatos e das notícias. Ao contrário do jornalismo de divulgação essencialmente comercial, não se preconiza a busca pela exclusividade; neste processo quanto mais divulgado e viral for a informação maior será a repercussão da notícia. Sendo assim, a organização trabalha com a disponibilização livre dos documentos que recebe das fontes. Há uma cooperação com empresas da mídia que queiram ajudar na divulgação da notícia. Desta forma, o grupo acredita que seja possível ampliar a análise e os comentários dos meios de comunicação e possibilitar que a sociedade possa formar sua própria opinião com a liberdade defendida na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

De acordo com o site da organização (<http://wikileaks.org>), tecnicamente o grupo se preocupa com tecnologia de segurança: as estratégias perpassam pela criação de rotas de acesso não rastreáveis e constante ampliação do acesso ao banco de dados do *WikiLeaks*. Essas ações são concretizadas por meio de hospedagem pulverizada em diversos servidores espalhados ao redor do mundo. Desta forma, eles conseguem publicar seu conteúdo em países com diferentes legislações de imprensa e assim logram para que seu conteúdo permaneça online em algum local do mundo, mesmo quando houve restrições a ele em determinado país.

Ademais, o site funciona com a estrutura baseada no administrador de conteúdo *MediaWiki*. A partir de softwares livres como *Freene* e *PGP* se beneficia de redes de tráfego que permitem navegação anônima. O site trabalha ainda utilizando o roteador Tor. Tor é a sigla para *The Onion Router*, (O Roteador Cebola), um programa que promove uma multiplicidade de camadas de tráfego na web. O Tor é o motor do projeto Tor, uma rede de comunicação online dedicada ao tráfego anônimo de dados na Internet, ele reconstrói o caminho feito pela informação ao circular pela rede, nele os dados são ricocheteados pela arquitetura da web e não trafegam linearmente, passam numa lógica distinta pelos muitos nós da web embaralhando o caminho feito pela conexão o que irá atrapalhar o rastreamento dos pontos de entrada e saída dos que acessam o site do *WikiLeaks* e conseqüentemente a identificação do usuário.

Todo esse aparato tecnológico se resume na tentativa de manter a divulgação dos dados sem ser achado e sem ser bloqueado pelos diversos provedores em todo o mundo.

Neste caso, a tecnologia é utilizada em função não só da informação mas como proteção para quem a detém. A informação passa a ter um valor alto para os dois lados do processo: de um lado os Estados Unidos em busca de seus dados preciosos que foram vazados e de outro um grupo organizado em torno de um projeto político e social que aprendeu como usar as novas tecnologias de comunicação e informação para fugir das normas e atuar nas entrelinhas do sistema.

Na prática o *Wikileaks* funciona recebendo os dados que divulga. A máquina de vazamento de dados funciona por meio de fontes de informações ligadas aos governos, ou a movimentos ativistas, a informação chega e é encaminhada para a análise e verificação de jornalistas ligados à organização. Utilizando técnicas de investigação, passa-se para a fase de apuração da notícia. A organização alega que se compromete com a veracidade dos fatos, com as questões éticas ao divulgar a notícia, ressaltando como justificativa a necessidade de apurar detalhadamente os documentos recebidos. No próximo passo, os envolvidos escrevem uma notícia sobre o documento abordando a importância do mesmo para a sociedade. Posteriormente os documentos são encriptados. Só então se publica a notícia e o material original, para que o público leitor possa analisar a história sempre tendo ao lado o documento que comprovam os fatos.

Um detalhe é que as histórias publicadas seguem o formato de apresentação confortável de *Wikipedia*, para que o internauta tenha uma leitura fácil, embora não sigam completamente as características deste modelo de página, já que os leitores diferentemente das *Wikis* tradicionais não podem editar o conteúdo da notícia nem os documentos, visto que esses precisam ser a comprovação dos fatos divulgados.

O site do grupo ficou conhecido após a divulgação de milhares de documentos sobre a Guerra do Afeganistão e Iraque e, recentemente perturbou o governo dos EUA ao divulgar cerca de 250 mil correspondências diplomáticas Norte Americanas. Parte dos vazamentos é de responsabilidade de um analista de inteligência do Exército norte-americano, que já está preso. Em agosto de 2010, um mês depois da divulgação, pelo *WikiLeaks*, de documentos secretos, a Justiça da Suécia expediu dois mandados de prisão contra Assange, um deles por estupro e o outro, por agressão sexual. Assange estava então na Suécia para uma série de palestras, depois que o Partido Pirata local

aceitou acolher vários servidores do *Wikileaks*, diante da perseguição das autoridades dos Estados Unidos. Enquanto a polícia sueca procurava Assange, surgiam, na Internet, denúncias sobre uma possível conspiração contra ele. Pouco depois, a Justiça sueca anunciou a retirada da ordem de prisão. Mais tarde, dando continuidade as tentativas de calar Assange, a Amazon expulsou o site *wikileaks.org* de seus servidores. O próprio endereço do *Wikileaks* foi deletado pelo provedor estadunidense *everydns.com*. Mas, foi rapidamente transferido para um domínio registrado na Suíça, *wikileaks.ch*.

Inicia-se então uma perseguição para tentar controlar Assange e suas divulgações. De um lado o Estado americano,

No continuar dos acontecimentos, a Switch, provedor suíço do novo endereço, disse que não atenderia às pressões estadunidenses e francesas para deletá-lo, mas o sistema PayPal de pagamentos via Internet, uma subsidiária do eBay, cancelou a transferência de doações ao Wikileaks. A OVH saiu da rede e os arquivos passaram a ser hospedados pelo Partido Pirata Sueco que passou a sofrer ataques de hackers, mas centenas de “espelhos” do site se multiplicaram pelo mundo. O Wikileaks também distribuiu a todos os interessados uma cópia encriptada do arquivo completo, cuja chave será distribuída caso algo aconteça com o site ou seu fundador. A partir daí, nascia uma ciberguerrilha: de um lado ativistas defendendo o direito à informação e de outro os governos ocidentais tentando manter o controle da sociedade.

Assim como o rizoma de Deleuze o Wikileaks, nos remete a bifurcação e ao ineditismo. Há nessa comunidade movimentos em reação à cultura pós-moderna e a destruição dos limites da sociedade tradicional. É parte do hipermodernismo. O site representou parte de um estilo de rebelião próprio das comunidades virtuais, um estilo de vida que proporciona identidades, regras e ideologias. Assim como todos os grupos virtuais o Wikileaks se emancipa do Estado, extrapola esse espaço. Torna-se ingovernável pelas formas tradicionais.

O trabalho das comunidades virtuais relacionadas ao grupo, fundado em parcerias anônimas e produtivas foi capaz de mobilizar através de e-mails, blogs e microblogs milhões em todo o mundo em torno de um único tema, as informações sigilosas dos Eua, e mais ainda, com a perseguição a Assange, promoveu-se ainda o as

questões do Estado sobre a Internet, sobre o Estado e movimentos da rede, o Estado e as questões públicas, por fim o Estado e sua normatização no mundo pós-moderno.

A utilização desta nova ferramenta de comunicação que é a Internet possibilita a emissão de informação sem controle, produzida por vozes livre e independentes o que de acordo com Pierre Lévy e André Lemos (2010) permite uma reconfiguração da cultura política contemporânea:

O objetivo é utilizar o potencial das ferramentas comunicacionais digitais para expressão livre dos movimentos sociais e das articulações e reivindicações político-ativistas. O que está em jogo é o alcance planetário para questões locais; a livre expressão para publicação de informações; a colaboração e participação; a inclusão digital (LEMOS; LÉVY, 2010).

A ação do Wikileaks até certo ponto realiza essa ação de utilizar as ferramentas de comunicação e informação para o ativismo social, por meio da colaboração, da participação e da divulgação das informações. Nets caso, fica evidente a reconfiguração da cultura política, por meio dos novos comportamentos sociais, o que gera nos Estados temores, tentativas de regulamentar e controlar. Mas o que vemos no decorrer do caso *Wikileaks* e *Assange* são tentativas fracassadas do Estado de calar os protagonistas do movimento e de punir os atores envolvidos.

A perturbação inicial que o caso Wikileaks apresenta para o Estado é que as atividades de Julian Assange e do Wikileaks não são realmente ilegais. Eles divulgaram o que receberam, não foram eles que “roubaram informações”. Meios de comunicação de massa ainda vivem de divulgar informações e seus “furos” a diferença é que eles são controlados por aqueles que querem manter o controle juntamente com o Estado, e por isso não são punidos. Há na história, várias decisões jurídicas dos EUA, notadamente a decisão de 1971 que deu ao *New York Times* o direito de publicar os “Papéis do Pentágono”, nesta situação compreendeu-se que a liberdade de imprensa garantida pela Constituição se sobrepõe à reivindicação de segredo do Executivo. E porque não se tem a mesma sentença ao caso Wikileaks.

Como analisamos o Estado ao longo do século XX perdeu seu status de soberano, passando a servir como policia dos conglomerados transnacionais para manter a economia favorável e as populações controladas. O caso Wikileaks demonstra

claramente a fraqueza do Estado, não só a perda da sua soberania, mas no sentido de que com as novas tecnologias, em especial a Internet o Estado não pode e não consegue mais trabalhar baseado nas suas velhas políticas. É preciso refuncionalizar o Estado. Colocando-o como o Estado do Império que transita em meio à outra sociedade democrática, agora mais participativa, colaborativa e com poder de informação.

Finalizando a história o funcionário que vazou os arquivos oficiais pode, em princípio, ser processado, não a organização que aceitou o material e a publicou. *The New York Times*, *The Guardian*, *El País*, *Le Monde* e *Der Spiegel*, os cinco grandes veículos de comunicação de massa escolhidos pelo *WikiLeaks* para cúmplices e avalistas do Cablegate²², não circulam apenas na Internet, ainda saem de uma gráfica, no formato em que consolidaram sua respeitabilidade, entretanto, não foram punidos e não serão, pois ainda estão atrelados aos Estados modernos que sobrevivem dessas alianças.

6.2 WIKILEAKS E SEUS VAZAMENTOS DE INFORMAÇÕES

Contra a alianças dos Estados com os conglomerados das mídias tradicionais, a organização *WikiLeaks* se intitula não motivada pelo lucro, diferentemente ela justifica que trabalha em cooperação com outras organizações de mídia, ao invés de seguir o modelo de competitividade com as outras empresas do setor.

Outro ponto divergente é que não há acúmulo ou exclusividade das informações, os documentos originais são colocados à disposição juntamente com as histórias de notícias que foram escritas pela organização. Todos podem ter acesso e devem num movimento de rede passar a frente a informação.

O processo de captação e emissão de informações parece funcionar como o jornalismo tradicional Mas as técnicas utilizadas são as do jornalismo investigativo:

²² Em inglês, as comunicações entre instituições diplomáticas são conhecidas como “cables” (ou “cabos”), o que levou o fundador do site, o australiano Julian Assange, a denominar o vazamento de “Cablegate”. O nome também faz referência ao escândalo de espionagem Watergate, que culminou na renúncia do presidente Richard Nixon, em 1974.

Avaliamos todas as notícias e testamos sua veracidade. Enviamos um documento apresentado através de um exame muito detalhado de um procedimento. É real ? Quais os elementos que provam que é real ? Quem teria o motivo para falsificar um documento como e por quê ?

Nilson Lage afirma que o jornalismo investigativo está demarcado como um esforço político da categoria profissional dos jornalistas para evidenciar casos de corrupção e injustiças sociais, descrevendo esses acontecimentos em linguagem jornalística (Lage, 2004: 139). Desta forma, o foco é apurar e divulgar informações sobre atos desviantes que afetem o interesse público e que sejam prejudiciais à sociedade.

Segundo Waisbord (2000), o que caracteriza o jornalismo investigativo é a divulgação de informações, no gênero narrativo “reportagem”, sobre as ações das instituições governamentais ou de empresas privadas que sejam prejudiciais ao interesse público e afetem a sociedade. As reportagens resultam do trabalho de apuração das informações pelos repórteres, que não se limitam a reproduzir informações “vazadas” por fontes informativas para as redações dos jornais. Uma reportagem investigativa pode até ter início com denúncias, mas não deve se basear exclusivamente nelas: é indispensável uma sólida pesquisa por parte do jornalista, que vai buscar a informação de fontes primárias e não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias. Por desempenhar uma relevante função social devido às suas contribuições à governabilidade democrática, a imprensa vincula-se ao princípio da responsabilidade mútua nas sociedades democráticas e revitaliza o espaço público. Por isto, para a realização da reportagem investigativa, torna-se imprescindível o acesso às informações públicas.

O exemplo clássico é a série de reportagens publicadas pelos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein no jornal *Washington Post* sobre o caso *Watergate*, o que levou Elliott e Golding (1979) a nomearem a década de 1970 como “a era do repórter de investigação”.

Entretanto, de acordo com a pesquisadora em linguística Paula Tomaz (2010), esse movimento já não é mais de vazamento, neste momento de redes conectadas esse movimento torna-se de uma enxurrada.

A forma como *WikiLeaks* lida com esse aspecto é diferente, ele não vaza uma informação, ele vaza milhares. Então é o que eu disse brincando, já não é um vazamento, é uma enxurrada. Na Guerra Fria você tinha um, vamos dizer, agente que descobria um segredo e levava para o outro lado, esse segredo era revelado e não se falava em vazamento. Hoje em dia você tem vários segredos e eles não são revelados porque eles são usados como vazamentos. Então é uma mistura do que era segredo revelado e para o que é hoje em dia telegrama vazado e não é só um, são vários. (TOMAZ, 2010)

Trabalhando com temas que envolvem questões de guerra, assassinatos, tortura, detenção, governo e transparência, supressão da liberdade de expressão, imprensa livre, entre outros, o movimento desencadeado pelo *WikiLeaks* abre frente para outros grupos que surgem na web como o *Anonymus* e permite a discussão sobre temas até então controlados politicamente nas sociedades. Neste sentido, o caso do site *Wikileaks* coloca em cheque as seguintes questões: Como o Estado do Império consegue policiar nesta era? Como controlar o ciberativismo? Como reconfigurar a atuação do Estado na era da Internet?

De acordo com Evgeny Morozov (2011) a melhor maneira de censurar a Internet é libertando-a, é vigiando e não controlando. Segundo o autor devemos abandonar a dicotomia entre bloquear e não bloquear a rede. Hoje, mesmo os governos autoritários como a China, a Síria e o Irã já perceberam que podem usar a rede a seu favor, diminuindo o bloqueio e aumentando a vigilância e sua participação.

É mais negócio criar um exército de blogueiros pró-governo e contratar pessoas para entupir blogs e redes de microblogs com perfis falsos e comentários a favor do governo (50 Cent Party). Os efeitos são parecidos. E o objetivo é sufocar a oposição na web por meio de uma avalanche de conteúdo. Combater conteúdo com conteúdo e não com escassez de informações (MOROZOV, 2011).

O Governo Chinês, por exemplo, contrata seus comentaristas da rede, mais conhecidos como 50 Cent Party. São internautas intitulados como comentaristas, guias de opinião, blogueiros, e outros nomes que trabalham de forma para o governo Chinês com a finalidade de tecer comentários positivos na rede sobre suas políticas e ações. Os

cinquenta centavos representa o valor que eles recebem a cada comentário favorável às políticas partidárias e pelos comentários que influenciam a opinião pública.²³ O governo Iraquiano que usou o twitter em 2009 para propagar boatos que sobre o protesto em Teerã, que gerassem pânico na população e angariasse para si os apoios dos populares.

Por isso hoje, é preciso analisar qual o impacto que a informação causa à preservação de sigilo e confidencialidade na era digital. Se há limites a transparência do Estado. O que desnorteia o Estado é que como estamos em processo de transformação essa análise é realizada enquanto os fatos se desenrolam e por isso ainda não há respostas prontas para como ele deve atuar.

O que se vê no cenário atual é que a era digital abre a possibilidade jamais vista de armazenamento de documentos e do potencial de divulgação desses dados pela rede. Destarte, torna-se difícil manter o em segredo como os dados das comunicações diplomáticas armazenados eletronicamente e que podem ser enviados e recebidos pela rede.

Senhas e os múltiplos mecanismos de defesa, inclusive a encriptagem, voltados para preservar a intangibilidade de arquivos de computador, enfrentam diariamente tanto os riscos de manipulação clandestina por seus usuários autorizados (que foi a base dos vazamentos do WikiLeaks) quanto a competência dos hackers.²⁴

²³ Informação da revista New Statesman- 17 outubro de 2012. Acessado em 19 de dezembro de 2012.

²⁴ Vazamentos, sigilo, diplomacia, a propósito do significado do *Wikileaks*, p 12.

CONCLUSÃO

Diante das proposições colocadas nesse trabalho podemos concluir que as novas tecnologias de informação e comunicação traduzem uma nova era na qual o comportamento dos cidadãos muda em consideração ao tempo, ao espaço e as questões vinculadas a sociedade. Tempo e espaço, participação e colaboração passam a ser ferramentas de um novo cidadão, agora pertencente a um mundo planetarizado.

Os anseios, paixões, ideias, opiniões, narrações e contradições do indivíduo da sociedade contemporânea tendem a ficar cada vez mais conhecidos pela sociedade planetária, todos eles serão cartografados em tempo real e serão transparentes para qualquer um. Este mesmo processo de visibilidade e de vigilância também será aplicado às instituições, elas que buscam regular os indivíduos, também estarão expostas a vigilância e controle neste novo lugar. As funções colaborativas e interativas permitirão uma vigilância mais simétrica e bidirecional, num espaço virtual que transborda para transformar a governabilidade do espaço físico da sociedade mundial.

O Estado aparece como figura reguladora, que perde o controle, e que por essa razão precisa se organizar não mais somente em função dos grandes protagonistas da economia mundial, mas em razão da necessidade de acompanhar o cidadão planetarizado que compartilha e democratiza informação.

Ainda com suas visões modernas assistimos os Estados em suas tentativas de bloquear o fluxo de informações propiciado pela rede. O Estado, agindo desta forma tende ao fracasso, primeiro porque não consegue acompanhar a velocidade da disseminação das informações e depois porque as infraestruturas dos seu território físico não valem para o ciberespaço.

Para esses modelos de Estados imperialistas, assim como tentam fazer com Assange é mais fácil tentar sufocar vozes do que bloquear pessoas, páginas e conteúdos que se proliferam viralmente no mundo globalizado.

Hoje os Estados da era do Impérios já começam a compreender que a melhor forma de atuar diante das possibilidades do ciberespaço é participando desse novo espaço. Combater a avalanche de conteúdo com conteúdo, acompanhar os movimentos sem bloqueio e controle, atuar com vigilância sem violência, mostrar transparência,

diminuir os dados nem tão sigilosos e criar relações com esse novo cidadão para que o policiamento seja mais vigilância e normatização do que controle.

Na contemporânea, o controle da informação escapa as relações de poder. Mentiras e segredos sempre estiveram na dimensão do aceitável para resguardar os sigilos e segredos de Estado. A mentira aparece como uma das possíveis justificativas para não divulgação do segredo. Mas hoje, é difícil manter o segredo e a mentira descortina um Estado antidemocrático, que procura esconder de sua sociedade fatos relevantes e preocupantes. Que procura esconder suas associações com corporações mundiais que comandam a economia e com os grupos de mídia que comandavam até então a informação. A Internet, sendo uma ferramenta de comunicação mais democrática, permite que o que a democracia preconiza: que tenhamos cidadãos que interajam com seus Estados por meio de uma comunicação transparente, vai depender somente da atuação e do compartilhamentos dos cidadãos, no caso do *Wikileaks* isso se reverbera.

Nas novas tecnologias há uma tentativa de observar , vigiar e controlar o indivíduo e sua produção. Mas, a censura e o controle torna-se cada vez mais difícil, na medida em que as informações podem partir de inúmeras fontes e de caminhos desconhecidos, são teias de informações que se sobrepõem em diversos pontos ou nós. As funções de usuários e criadores se misturam. A rede assume características de espaço democrático, uma espécie de “àgora” eletrônica, onde todos podem compartilhar o mesmo espaço e sua ideia livremente.

No interior das práticas nascidas das novas tecnologias de informação e comunicação, há produções de subjetividades que escapam dos poderes e saberes de um determinado dispositivo (no caso tecnológico) para colocar-se nos “poderes e saberes de outro dispositivo, sob outras formas que estão ainda por vir, por nascer, por fazer-se”. O panóptico de Foucault que definia as relações de poder com a vida cotidiana das pessoas, já não impera mais. Entretanto os Estados continuam a tentar formas de controle. Assange, precisa ser calado e o material do Wikileaks não deve ser divulgado pelos meios de comunicação de massa tradicionais.

Os Estados imperiais começam a compreender qual a melhor forma de atuação perante as TIC's: vigiar e participar parecem ser as palavras chaves dos Estados contemporâneos.

A percepção que os Estados deverão compreender daqui para frente é a necessidade de legislar as ações e relações estabelecidas por esse espaço tomando cuidado para não ferir as relações econômicas dos conglomerados globais comerciais que lucram com a rede, mas também com as indústrias de produção capitalistas tradicionais como a indústria fonográfica e também com uma sociedade mais informada, participativa e ávida por mudanças sociais.

Não basta tentar calar Assange. Pois Assange hoje representa milhões de pessoas espalhadas pelo mundo com informações compartilhadas. Os corpos dóceis, já não são mais dóceis assim. As subjetividades se sobrepõem diante das possibilidades infinitas da rede.

O Wikileaks provavelmente não será o último a atravessa a fronteira que desestabiliza o poder de controle do Estado. Outros virão, outros movimentos locais e globais mais fortes ainda que irão modificar as relações do Estado com a sociedade.

O Estado ainda se enxerga no papel de, no caso Wikileaks tentar incriminar algum culpado em vistas de calar os não culpados. Entretanto ao Estado deveria caber a procura por soluções de convivalidade com as redes sociais e com as mudanças que elas proporcionam. Buscar uma nova posição para atuar. Regulamentar de forma participativa e democrática a rede. O Estado, já não é mais protagonista nem antagonista das relações de poder. É preciso que os Estados compreendam que a resistência só gera mais promoção para os movimentos virtuais, mais atenção para o objeto que defende democratização, informação e participação, como é o caso do movimento Wikileaks. E neste sentido, quem ganha ainda que despercebidamente é a sociedade, por conseguir brechas no sistema para lutar por acesso à informação e por democratização. Provavelmente, outros Assanges virão.

Sendo assim iniciamos um processo, no qual a maioria dos Estados mundiais ainda está longe de lograr até o final. Até mesmo porque as transformações advindas das tecnologias estão em curso, mais principalmente porque os Estados ainda buscam o caminho disciplinar e ainda tentam manter o pouco que resta da sua soberania fruto da era feudal. É muito provável que o novo Estado e o novo cidadão enunciados por Derrida faça parte um novo momento no qual as questões sobre a ciberdemocracia, as redes sociais, o compartilhamento de informação, as tecnologias de comunicação, entre outras mais sejam elementos naturais da àgora pública mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOUN, Henrique. (org.) 2008. **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro, Mauad.

_____. **O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura**, Cd Rom XIII Compós, UMESP, 2004.

_____. **Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Cibercultural. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, 2009.

BACELAR, Selma Reiche. *A Internet e seus Reflexos nos Institutos Jurídicos*. Revista Jurídica da Universidade Federal da Bahia, 1998, vol. 6, Salvador.

BAUMAN, Zigmunt – **O mal estar da pos modernidade**, 1996.

_____. **Globalização as consequências humanas**, 1999.

BOBBIO, Norberto, **Estado, Governo e Sociedade**. São Paulo. Paz e Terra, 2008.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento vol. 2. Editora: JORGE ZAHAR, 2012.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Occupy. Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo. Boitempo 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da Informação 2006.

_____. **A Galáxia da Internet. Reflexos sobre a Internet os negócios e a sociedade**.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Ed: Autêntica. São Paulo. 2009.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**, Editora: FGV, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro, 34 Letras. 1992.

DIZARD Jr., Wilson. **A nova mídia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.

DERRIDA, Jacques, **Papel-máquina**, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

ECO, Umberto - **Apocalípticos e integrados** - São Paulo, Perspectiva, 1998.

FARHI, Leon Neto. **Biopolíticas. As formulações de Foucault**, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 3a. Ed., 1982.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

_____. **Vigiar e Punir: A história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

CARNEIRO, Henrique Soares . **Occupy**. Editora: Boitempo, 2012.

CARDOSO, Gustavo. **Da comunicação em massa à comunicação em rede**. Porto Editora, 2009.

COCCO, Giuseppe; Graciela Hopstein. **As multidões e o Império**. Editora: DP&. 2002.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. Ed. Senac. São Paulo. 2010.

DERIDA, Jacques. **Papél máquina**. São Paulo, Estação liberdade, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **Economia da Comunicação**. Editora: Vozes2000.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

_____. ; LEMOS, André. **O futuro da Internet**. Editora Paulus, 2010.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro, Rose Marie Santini. **Produção colaborativa na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal**. Rio Grande do Sul: Sulina, 2004.

MATTERLART, Armand. **História das Teorias da comunicação**. São Paulo. Loyola 1999.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo, Cultrix, 1964.

NEGRI, Antonio. **Império**. Ed. Record. São Paulo. 7 Edição. 2005.

NETO, Leon Farhi. **Biopolíticas – As formulações de Foucault**, Cidade Futura. 2010.

PIERRE, Lévy & LEMOS, André. **O futuro da Internet**. Paulus. Rio de Janeiro, 2010.

RHEINGOLD, Howard. 2002. **Smart Mobs: The Next Social Revolution**. Cambridge, Perseus, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura e artes do pós-humano**. Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SLEVIN, James. **The Internet and the society**, Cambridge, Polity Press 2003.

SODRÉ, Muniz . **Antropológica do Espelho – 2 Ed.** Editora Vozes. 2006

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. 2004

TRIVINHO, Eugênio. **Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do cyberspace** . 2010.

VAZ, Paulo, **As esperanças democráticas e a evolução da Internet**, CD Rom XIII

ANEXO B – EXEMPLOS DO WIKILEAKS

CRIMES, MENTIRAS E TELEGRAMAS

(INTEGRA RETIRADO DO SITE <http://www.apublica.org/>) /

Cumplicidade de Pinochet e americanos nas violações de direitos humanos no Chile expressa-se em telegramas cínicos e cheios de gentilezas; Pinochet sugeriu ao embaixador canalizar recursos através do Brasil

Ele liderou o bombardeio do Palácio de La Moneda por aviões da força aérea, derrubou o governo Allende e assumiu o poder no Chile durante 17 anos. Em 1977, quatro anos depois do golpe que levou o presidente eleito, Salvador Allende, ao suicídio, e instituiu a ditadura militar no Chile, seu governo foi condenado pela ONU pela crueldade – comprovada – exercida contra presos políticos. Foram 40.018 vítimas da ditadura militar – mortos, torturados e presos políticos – de acordo com a contabilidade oficial do governo do Chile, divulgada em 2011. Em 2012, quase seis anos após sua morte, uma investigação judicial no país determinou a abertura de seu testamento, revelando uma fortuna de US\$ 26 milhões, dos quais somente US\$ 2 milhões possuíam justificativa contábil.

Com essas credenciais, parecem no mínimo inadequados os adjetivos escolhidos pelo embaixador americano no Chile, Nathaniel Davis, para descrever o comportamento de Augusto Pinochet em telegrama secreto enviado em 12 de outubro de 1973, um mês depois do golpe, quando dois jornalistas americanos – Frank Teruggi, 24 anos, e Charles Horman, 31 anos, estavam oficialmente “desaparecidos”.

“Pinochet foi gracioso e eloquente ao expressar seu desapontamento com minha transferência”, descreveu Davis, que deixou o comando da embaixada três semanas depois e foi definitivamente substituído em fevereiro de 1974, referindo-se a uma reunião marcada a pedido do então chefe da Junta Militar no poder, que queria “um momento de tranquilidade para conversar” com o embaixador.

“Ele disse que o Chile precisava enormemente de nossa ajuda, tanto econômica quanto militar, acrescentando que se o governo da Junta fracassar, a tragédia do Chile será permanente”, escreve Davis. “Aproveitei para lhe falar sobre nossos problemas políticos no momento: o debate sobre a Emenda Kennedy, e o problema de direitos humanos levantado pelos casos Teruggi e Horman”.

Ele prossegue justificando mais um pedido de ajuda militar do ditador: “Pinochet argumentou que o governo chileno compartilha de nossas preocupações com os direitos humanos e que está fazendo o melhor possível para prevenir violações, acrescentando que não é fácil porque os extremistas de esquerda continuam a atacar oficiais e soldados e praticar atos de sabotagem. Os extremistas ainda têm metade de seu arsenal, disse Pinochet, e as fábricas de bazucas e outras armas ilícitas continuam clandestinas. Se o

exército deixasse o problema escapar de controle, o resultado seria um banho de sangue bem maior do que o atual”.

À luz do que se sabe hoje, o relato de Davis pode ser classificado de francamente cínico e mentiroso – e com a cumplicidade do destinatário. Não há registro da resposta de Kissinger ao telegrama de Davis. Mas a referida Emenda Kennedy tinha sido proposta pelo senador democrata Ted Kennedy, que se opunha ao governo Nixon e a seu secretário de Estado, Henry Kissinger, a quem se destinava o telegrama do embaixador. Aprovada no ano seguinte, essa emenda proibia a venda de armas e/ou ajuda militar americana a governos com denúncias de violação dos direitos humanos, e foi evocada diversas vezes pelos senadores americanos para suspender o suprimento militar ao Chile, embora o secretário de Estado, Henry Kissinger, defendesse que apoio militar e direitos humanos eram “assuntos diferentes”.

Desde 1975, com a conclusão do Church Report, o relatório do senador americano Frank Church, a participação ativa dos Estados Unidos no golpe do Chile era conhecida. Quanto aos casos dos jornalistas desaparecidos dias depois da derrubada de Allende, a explicação é mais complexa – e bem mais comprometedora para o embaixador, principalmente depois que o caso Horman se tornou mundialmente conhecido através do filme “Desaparecido” (“Missing”) de Costa Gravas, lançado em 1982.

Nele, o cineasta retrata a busca desesperada do pai e da mulher de Horman e as fortes suspeitas de envolvimento da embaixada americana no desaparecimento do jornalista logo depois do golpe militar no Chile. O autor dos telegramas publicados aqui, o embaixador Nathaniel Davis, vestiu a carapuça e entrou com um processo de 150 milhões de dólares contra Costa Gravas. O filme foi proibido de ser exibido durante a disputa judicial, que terminou com a vitória do cineasta. O capitão americano Ray E. Davis, adido militar da embaixada, foi acusado de cumplicidade no assassinato de Horman e teve sua extradição dos Estados Unidos pedida em dezembro de 2011 por um juiz chileno durante investigação sobre os crimes da ditadura.

A embaixada oculta os assassinatos dos jornalistas

Dois meses antes do golpe, com a ajuda do jovem Teruggi, o jornalista investigativo Charles Horman havia publicado no jornal alternativo FIN uma história sobre o envolvimento da CIA na desestabilização do governo Allende. Casualmente acabou descobrindo mais detalhes em uma viagem de turismo realizada a pedido de uma amiga americana, na véspera do golpe, ao litoral chileno, onde estavam as forças de apoio da Marinha. Horman e a amiga ficaram retidos em Viña Del Mar – as estradas haviam sido bloqueadas pelos golpistas -, e voltaram à capital chilena no dia 15 de setembro de 1973, de carona com o chefe da missão militar americana, o capitão Ray E. Davis, que lhes relatou milhares de prisões e centenas de mortes na Santiago pós-golpe.

Dois dias depois, Charles Horman foi preso dentro de sua casa, na frente de sua mulher – e nunca mais foi visto vivo. Documentos liberados a partir de 1999 pelo governo americano incriminaram o capitão Davis e apontaram a cumplicidade da embaixada dos Estados Unidos em Santiago na ocultação do crime. No dia 9 de outubro, três dias antes do cínico telegrama de Davis – que sabia do real destino dos jornalistas – a embaixada publicou um anúncio do desaparecimento de Horman, por pressão de seu pai, que só

deixou Santiago depois que o corpo do filho e de Teruggi foram “encontrados” nas ruas de Santiago com marcas de execução, no dia 18 de outubro de 1973.

No dia anterior, Edmund Horman, o pai do jornalista, havia visitado a Fundação Ford em Santiago e ouvido de um consultor de programas da fundação que uma fonte confiável havia lhe dito que o seu filho havia sido executado no Estádio Nacional, o centro de interrogatórios, torturas e execuções do governo chileno.

Só então o governo americano – que chegou a declarar que os jornalistas haviam retornado aos Estados Unidos – reconheceu a morte e emitiu a certidão de óbito de Charles Horman, cuja autópsia, assinada por um médico do necrotério do Chile, coloca como causa da morte “múltiplos ferimentos por bala”. O corpo de Teruggi, preso quatro ou cinco dias depois de Harmon, foi encontrado no mesmo dia e nas mesmas condições.

O embaixador se entende com Pinochet: canalizando recursos pelo Brasil

No mesmo 18 de outubro de 1973, dia em que o governo americano finalmente reconheceu o assassinato do jornalista, o embaixador Davis enviou um telegrama o Departamento de Estado de Kissinger com o seguinte sumário no alto da página:

“Convoquei o presidente da Junta, Pinochet, dia 17 de outubro. A conversa revelou a preocupação com o governo do Chile com sua imagem nos Estados Unidos. E sensibilidade para a necessidade de cautela para ambos os governos, americano e chileno, em relação ao estreitamento excessivo da identificação pública [entre os dois governos] (...). O presidente do PDC [Partido Demócrata Cristão] Aylwin e o Cardeal Silva planejam visitar os Estados Unidos para tentar ajudar no problema da imagem pública do Chile”.

No corpo do longo telegrama secreto enviado a Kissinger, o embaixador – que não diz uma palavra sobre o reconhecimento da morte de Horman que se deu naquele mesmo dia – muda de tom. Explica que seguiu a “rotina diplomática, pedindo o encontro protocolarmente há duas semanas” e que na mesma tarde, Pinochet, que estava “relaxado e amigável”, também recebeu “outros embaixadores”.

Ao tratar da questão econômica no Chile e da cooperação financeira dos EUA, o embaixador conta que Pinochet falou rapidamente com o ministro de Relações Exteriores chileno, Ismael Huerta Díaz, em visita aos Estados Unidos, e que ficou com a impressão que o resultado da viagem seria positivo. “Ele sorriu e disse que entende que nós gostaríamos de ser prestativos, mas em alguns casos a ajuda deveria canalizada em breve através do Brasil ou de terceiros”, acrescentou o embaixador.

De fato, como revelaram os jornalistas Rubens Valente e João Carlos Magalhães, da Folha de S Paulo, em novembro daquele ano o Brasil governado pelo general Emilio Médici liberou US\$ 50 milhões ao Banco Central chileno para estimular exportações do Chile. O Brasil também abriu linhas de financiamento na Carteira de Crédito para Exportação do Banco do Brasil para empresários brasileiros interessados em vender para o Chile e em adquirir cobre das jazidas chilenas.

Na conversa com Pinochet, o embaixador Davis prosseguiu: “Mencionando o fato que o governo americano tinha levado uma quantidade considerável de suprimentos médicos

para o Chile, eu disse que seria útil divulgar essa ajuda em uma materinha na imprensa. E acrescentei que nós ficaríamos felizes em seguir qualquer preferência ou orientação de Pinochet a esse respeito. Disse que achava que seria útil naquele momento exibir nosso interesse e apoio no campo humanitário. Pinochet disse que achava uma boa ideia. Seu comentário foi o de que a publicidade deveria se restringir a coisas humanitárias e que deveríamos ficar bem quietos a respeito de nossa cooperação em outros campos”. Entre parêntesis, o embaixador acrescentou: “Comentário: Tanto em relação à canalização da ajuda através de outro país como sobre a publicidade, Pinochet está mostrando uma compreensão considerável e ao menos alguma sensibilidade aos problemas que nossos países enfrentam”.

Ainda sobre o assunto, o embaixador relata: “Pinochet me disse que o Cardeal Silva lhe prometeu que tentaria ajudar com o problema da imagem do Chile no exterior. Pinochet acha que talvez o cardeal possa viajar para Washington e falar com o senador Kennedy e outros políticos e religiosos dentro de uma ou duas semanas. Eu comentei que o cardeal era muito respeitado como uma liderança progressista na Igreja que ele teria uma influência considerável”. Novamente entre parêntesis, o embaixador comenta que o presidente do PDC tinha ligado pra ele na manhã daquele dia e que também estava pensando em viajar ao exterior: “Aylwin espera convencer Kennedy e outros líderes democratas de que o Chile precisa da ajuda econômica americana porque uma rápida recuperação do país permitiria que ele voltasse à democracia institucional. Mas expressou alguns escrúpulos morais sobre envolver seu partido profundamente com a Junta, principalmente porque ele teme que a Ley de Fuga esteja sendo usada para eliminar oponentes extremistas”.

A vitória de Pinochet e seus aliados no governo americano

Um telegrama de 3 de abril de 1974, às vésperas de Pinochet ser nomeado definitivamente presidente da República pela Junta Militar, mostra que a estratégia de Davis – a essa altura substituído por David Popper à frente da embaixada – e o general foi bem sucedida. Em uma reunião cordial de 40 minutos com o secretário americano do Tesouro, George Schultz, Pinochet agradece a “ajuda indireta” dos EUA, “sem especificar o tipo”, ressalta o embaixador que aproveita para transmitir os cumprimentos do presidente Nixon, ao que Pinochet agradece, “referindo-se calorosamente à carta que Mrs. Nixon lhe entregou em Brasília”.

Pinochet também promete compensar financeiramente os Estados Unidos através das minas de cobre e quando questionado por Schultz sobre direitos humanos, responde, segundo Popper que “depois dos eventos de setembro de 1973 [quando houve o golpe militar], não havia outra maneira de impedir a infiltração da esquerda”, mas que “a autoridade de seu governo sempre seria exercida dentro dos limites de respeito pelo indivíduo como ser humano”.

Como prova da liberdade no Chile, dá o seguinte exemplo: “Como o secretário podia ver, se a situação retratada por líderes da oposição chilena no exterior perdurasse, não haveria crianças chilenas nas ruas nem mulheres dirigindo carros”. E “ênfatizou a importância que representou para todo o hemisfério livrar o Chile do atraso comunista”.

Em outro momento, Pinochet diz a Popper: “O governo do Chile é um governo cristão que, diferente dos regimes comunistas, tem respeito autêntico pela pessoa humana”.

Reconhecendo que “incidentes isolados de abusos ainda ocorrem porque as pessoas ‘não são perfeitas’”, o ditador adverte que os que denunciam as violações de direitos humanos “não são anjos”, e que teriam seus próprios motivos para fazer tais denúncias.

Passado quase um ano do encontro com o Secretário, em janeiro de 1975, quando o Senado americano cobrava a investigação dos crimes contra dos direitos humanos cometidos no Chile e a participação americana nos delitos, Pinochet concluiria uma conversa por telefone com o embaixador Popper falando sobre “amizade”: “Um dia os Estados Unidos entenderão que o Chile é um verdadeiro amigo – provavelmente o melhor – e talvez o único verdadeiro amigo no hemisfério. No nosso caso, isso sempre foi verdade, e agora é muito tarde para mudar”.

(FONTE: <http://www.apublica.org/2013/04/crimes-mentiras-telegramas/#sthash.9s0gpboW.dpuf>)

LIGAÇÕES PERIGOSAS: A DEA E AS OPERAÇÕES ILEGAIS DA PF
BRASILEIRA
(INTEGRA RETIRADO DO SITE <http://www.apublica.org/>) /

Documentos mostram que o ex-diretor da PF, general Canepa, tido como um dos primeiros líderes da Condor, efetuou prisões e extradições ilegais a pedido do departamento anti-drogas americano

No dia 17 de outubro de 1973, o embaixador americano no Brasil, John Crimmins, escreveu um telegrama confidencial urgente ao Departamento de Estado chefiado por Henry Kissinger. A aflição do embaixador é evidente ao se referir à inesperada chegada ao país de uma equipe de inspeção do GAO (US Government Accountability Office) – agência ligada ao Congresso americano, criada em 1921 e ainda em atividade – com a missão de investigar a adequação e legalidade das atividades das agências federais financiadas pelo contribuinte americano. Inicialmente marcada para o dia 3 de novembro, a antecipação da visita – que desembarcaria na noite do mesmo dia 17 no Brasil – deixou o embaixador em polvorosa. O objetivo da missão era auditar o programa anti-drogas desenvolvido pela DEA – Drug Enforcement Administration – no país.

Criada pelo presidente Richard Nixon em julho de 1973, com 1.470 agentes e orçamento de 75 milhões de dólares, para unificar o combate internacional anti-drogas, hoje a DEA tem 5 mil agentes e um orçamento anual de 2 bilhões de dólares. Embora mantivesse escritórios em nove países e representantes nas missões diplomáticas americanas ao redor do mundo (ainda hoje a DEA tem escritórios na embaixada em Brasília e no consulado de São Paulo), desde 1969, quando ainda atendia pelo nome de BNDD (Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs), a missão da DEA sempre foi “lidar com o problema das drogas, em ascensão, nos Estados Unidos”. Sua relação com os outros países, ao menos oficialmente, não previa o combate às drogas em cada um deles; o objetivo era impedi-las de chegar à população americana.

Por que então Crimmins estava tão preocupado com a chegada inesperada da equipe de auditoria ao Brasil? Ele explica no mesmo telegrama a Henry Kissinger: “Os oficiais da embaixada pedem instruções sobre quais os documentos dos arquivos da DEA e do Departamento do Estado, relativos a drogas, devem ser liberados para a equipe do GAO”, escreveu. “Especificamente pedimos orientação sobre os seguintes assuntos: a) os planos de ação anti-drogas, levando em conta que nem toda a estratégia sugerida nesses documentos foi aprovada pelo Comitê Interagências (Interagency Committee) em Washington; b) tortura e abuso durante o interrogatório de prisioneiros; c) o centro de inteligência da Polícia Federal; d) os arquivos de informantes, incluindo os registros de pagamentos; e) operações confidenciais e telegramas de inteligência; f) operações clandestinas, incluindo a transferência de Toscanino do Uruguai ao Brasil; g) documentos de planejamento das alfândegas brasileiras e do departamento de polícia federal”, detalha.

A resposta de Kissinger não consta da base de dados do National Archives (NARA) reunidos na Biblioteca de Documentos Diplomáticos do WikiLeaks, mas a julgar por outros documentos, havia sim motivos para se preocupar. Pelo menos em relação ao único caso específico ali referido: a transferência de Toscanino do Uruguai para o Brasil.

Quatro meses antes da chegada dos auditores do GAO ao Brasil, Francisco Toscanino, cidadão italiano, foi condenado junto com mais cinco réus pelo tribunal de júri de Nova York, em junho de 1973, por “conspiração para tráfico de drogas”. De acordo com uma testemunha presa, que estava colaborando com a polícia em sistema de delação premiada, Toscanino, que morava no Uruguai, estava indicando compradores, em solo americano, para uma carga de heroína enviada de navio e parcialmente flagrada por agentes infiltrados da DEA nos Estados Unidos.

Sequestrado no Uruguai, torturado no Brasil, extraditado aos EUA

Em maio de 1974, porém, Toscanino entrou com recurso na Segunda Instância da Corte de Apelação dos Estados Unidos, alegando que sua prisão havia sido ilegal, de acordo com a legislação americana, por ter se baseado em monitoramento eletrônico irregular no Uruguai. Mais do que isso: ele foi sequestrado no Uruguai e torturado no Brasil antes de ser extraditado aos EUA sem comunicação prévia a autoridades italianas.

Os detalhes estarrecedores dessa história, reproduzidos no documento da corte parecerão estranhamente familiares aos que conhecem as ações da Operação Condor – a articulação da repressão política nesse mesmo período entre ditaduras militares na América Latina. Com exceção, talvez, da preocupação em não deixar marcas de tortura.

“No dia 6 de janeiro de 1973, Toscanino foi tirado de sua casa em Montevideú por um telefonema, que partiu dos arredores ou do endereço de Hugo Campos Hermedia [na verdade, Hugo Campos Hermida]. Hermedia era – e ainda é – membro da polícia em Montevideú. Mas, segundo a alegação de Toscanino, Hermedia estava atuando *ultra vires* [encoberto] como agente pago do governo americano. A chamada telefônica levou Toscanino e sua mulher, grávida de 7 meses, a uma área próxima de um boliche abandonado em Montevideú. Quando chegaram lá, Hermedia e seis assistentes sequestraram Toscanino na frente da mulher aterrorizada, deixando-o inconsciente com uma coronhada e o jogando na traseira do carro. Depois, Toscanino – vendado e amarrado – foi levado à fronteira do Brasil por uma rota tortuosa”.

Segue o documento: “Em um certo momento durante a longa viagem até a fronteira brasileira houve uma discussão entre os captores de Toscanino sobre a necessidade de trocar as placas do carro para evitar sua descoberta pelas autoridades uruguaias. Em outro ponto, o carro estancou subitamente e ordenaram que Toscanino saísse. Ele foi levado para um lugar isolado, onde o mandaram deitar sem se mexer ou atirariam nele. Embora a venda o impedisse de ver, Toscanino conseguia sentir a pressão do revólver em sua cabeça e ouvir os ruídos do que parecia ser um comboio militar uruguaio. Quando o barulho se afastou, Toscanino foi colocado em outro carro e levado à fronteira. Houve combinações e, mais uma vez, com a conivência dos Estados Unidos, o carro foi tomado por um grupo de brasileiros que levaram Francisco Toscanino (...).”

“Sob custódia dos brasileiros, Toscanino foi conduzido a Porto Alegre onde permaneceu incomunicável por 11 horas. Seus pedidos de comunicação com o consulado italiano e com a família foram negados. Também não lhe deram comida nem água. Mais tarde, no mesmo dia, Toscanino foi levado à Brasília, onde por 17 dias foi incessantemente torturado e interrogado. Durante todo esse tempo, o governo dos Estados Unidos e a promotoria de Nova York, responsável pelo processo, tinham ciência – e inclusive recebiam relatórios – do desenrolar da investigação. Além disso, durante o período de tortura e interrogatório um membro do Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, estava presente em um ou mais intervalos e, na verdade, chegou a participar de partes do interrogatório. Os captores de Toscanino o privaram de sono e de qualquer forma de alimentação durante dias. A nutrição se dava por via intravenosa apenas para mantê-lo vivo. Assim como relatam nossos soldados que voltaram da Coreia e da China, Toscanino era forçado a andar para baixo e para cima por sete ou oito horas ininterruptas. Quando ele não conseguia mais ficar em pé, era chutado e espancado de forma a não deixar marcas. Se não respondia às perguntas, seus dedos eram esmagados com grampos de metal. Jogavam álcool em seus olhos e nariz, e outros fluidos eram introduzidos em seu ânus. Inacreditavelmente, os agentes do governo americano prenderam eletrodos nos lóbulos de suas orelhas, dedos e genitais e deram choques elétricos o deixando inconsciente por períodos que não consegue precisar mas, novamente, sem deixar marcas.”

“Finalmente, no dia 25 de janeiro de 1973, Toscanino foi levado ao Rio de Janeiro onde foi drogado por agentes brasileiros e americanos e colocado no vôo 202 da Pan American Airways (...). Acordou nos Estados Unidos no dia 26 de janeiro, quando foi oficialmente preso dentro do avião e levado imediatamente a Thomas Puccio, assistente do procurador geral dos Estados Unidos. Em nenhum momento durante a captura de Toscanino o governo americano sequer tentou a via legal. Agiu do início ao fim de maneira ilegal, embarcando deliberadamente em um esquema criminoso de violação de leis de três países diferentes”.

Hermida, o Fleury do Uruguai, e o nosso General Canepa

Hugo Campos Hermida era uma espécie de Fleury uruguaio. Embora a ditadura naquele país só tenha se instalado em junho de 1973, portanto quando Toscanino já havia sido condenado nos EUA, Hermida era o chefe da chamada Brigada Gamma, um esquadrão da morte uruguaio que matava desde traficantes até tupamaros – os guerrilheiros de esquerda que atuavam antes do golpe final. Hermida também foi treinado nos Estados Unidos – inclusive pela DEA, como mostram outros documentos do projeto PlusD. Oficialmente, era chefe da Brigada de Narcóticos da Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII), organismo criado em colaboração com os Estados Unidos no Uruguai. O jornal La República, do Uruguai, levantou documentos no Arquivo do Terror, no Paraguai, que comprovaram a participação de Hermida no “ninho da Condor”, a Automotores Orletti, em Buenos Aires, um centro de tortura que tinha como fachada uma oficina mecânica.

Do lado brasileiro, o diretor do Departamento de Polícia Federal – também montada e armada pelos americanos desde os primórdios – era o general Nilo Canepa Silva, mais conhecido por suas assinaturas na censura de jornais, peças de teatro e filmes – já que essa também era uma atribuição oficial do órgão na ditadura, assim como o combate ao tráfico de drogas nas fronteiras. O coronel Canepa foi promovido a general assim que a

ditadura militar se instalou, e a general-de-brigada em 1971, no governo Médici, mesmo ano em que passou a chefiar o DPF em Brasília.

A operação de sequestro no Uruguai e tortura no Brasil do traficante Toscanino não aparece nos telegramas diplomáticos até maio de 1974, quando o italiano entrou com recurso na corte de apelações americana. A partir daí, há um troca frenética de telegramas entre as embaixadas do Brasil e de Buenos Aires com o Departamento do Estado porque a Justiça americana havia requisitado toda a documentação envolvendo o caso Toscanino em virtude da apelação – embora boa parte dela tenha continuado escondida, como comprovam os telegramas desse período constantes no PlusD. O general Nilo Canepa, porém, era considerado peça-chave pelos Estados Unidos, como mostra um telegrama de 25 de abril de 1973.

“O tempo do general Canepa como diretor do Departamento de Polícia Federal encerra-se no meio de maio. Para assegurar a conclusão dos ótimos resultados obtidos pela equipe americana de analistas designados para trabalhar com a polícia federal brasileira no desenho do Centro de Inteligência de Narcóticos, pedimos que essa equipe venha ao Brasil antes de maio”, diz o relato assinado pelo antecessor de Crimmins, William Rountree. O mesmo embaixador já havia demonstrado seu apreço por Canepa que dele “se aproximou pessoalmente para requisitar material audio-visual em português para os cursos de treinamento permanentes do BNDD (antecessor da DEA) em São Paulo”, segundo outro telegrama do PlusD, esse de 8 de maio de 1973, que recomendou: “Tendo em vista a cooperação do DPF em expulsar traficantes internacionais para os Estados Unidos em casos passados, e o mandato constitucional da DPF para dirigir os esforços para suprimir os traficantes de drogas, e as necessidades de treinamento dos brasileiros, a embaixada recomenda que o BNDD envie os filmes e slides para uso do escritório do BNDD em Brasília, que vai distribuir para as agências brasileiras. Esse gesto, além de ser um investimento útil de dinheiro e material, vai ajudar a estreitar ainda mais os laços entre o DPF e o BNDD”.

Bandeira, um general mais “tático”

No relatório confidencial sobre a temida visita dos auditores do GAO, porém, enviado pelo embaixador Crimmins ao Departamento de Estado americano em 13 de dezembro de 1973, o entusiasmo dos americanos havia arrefecido com a substituição de Canepa por um general considerado mais “tático” (“operations-minded”) – o general Antonio Bandeira, tristemente famoso pelas primeiras operações de repressão na guerrilha do Araguaia tanto pelo lado dos guerrilheiros – que passaram a ser torturados também em Brasília depois que ele assumiu a Polícia Federal – como dos militares, pelo fracasso em vencer os 70 jovens do PC do B nas matas do Pará.

Ainda assim, os americanos ressaltam sua gratidão por operações realizadas pela DPF chefiada por Canepa nesse mesmo telegrama, que também relembra a temida visita do GAO dois meses antes. Segundo o telegrama, os auditores haviam feito apenas uma “investigação difusa” sobre as atividades da DEA no país: “Embora GAO não tenha problemas com a premissa do programa anti-drogas de desenvolver a competência brasileira no combate aos narcóticos, a curto prazo eles estão mais interessados em impedir o fluxo de drogas para os Estados Unidos. O coordenador do programa de narcóticos ressaltou, então, o sucesso da cooperação EUA-Brasil na Operação

Springboard [nos portos, em conjunto com a Marinha Americana] e na apreensão no Mormac-Altair”.

Como relatam os jornais da época, o Mormac-Altair era um navio americano onde, em operação conjunta dos americanos e brasileiros, foi capturada uma carga de 60 quilos de heroína em outubro de 1972. Traficantes franceses que moravam no Paraguai e no Brasil foram então extraditados para os Estados Unidos pela Polícia Federal brasileira, sem avisar as autoridades francesas, como aconteceu no caso Toscanino, sempre com o general Caneppla à frente das operações.

Segue o telegrama de Crimmins a Kissinger: “GAO estava interessado na possibilidade do Brasil assumir a liderança entre as nações latino-americanas no hemisfério Sul. O coordenador explicou que o Brasil se esforçava para melhorar a cooperação e a coordenação entre os órgãos policiais em outras nações latino-americanas. No entanto, as diferenças entre os sistemas hispânicos e lusitano, e a intensa rivalidade com a Argentina tornava difícil essa liderança”.

“A GAO também levantou a questão – baseada na investigação dos arquivos sobre as trocas de informação entre as agências de Washington durante a Operação Springboard, quando a embaixada relatava preocupações e queixas sobre o antigo chefe da Polícia Federal, General Caneppla [não se sabe a que se referem essas queixas, que teriam sido feitas por Rountree, uma vez que a atuação da PF sob Caneppla foi elogiada no parágrafo anterior e no telegrama enviado por Rountree transcrito acima, mas os militares brasileiros consideravam Caneppla “mole”, enquanto Bandeira era da “linha dura”]. O coordenador explicou que não há mais problemas similares com o atual chefe, o general Bandeira. Bandeira é mais *operations-minded* e parece satisfeito com o nível de troca de informações embora, sem dúvida, um aprimoramento possa ser feito nesse campo. A equipe do GAO fez diversas perguntas sobre extradição e expulsão de traficantes e pareceu satisfeita com nossas explicações de que não há problemas do gênero no Brasil. O coordenador teve a impressão de que essa era a mais alta prioridade da equipe do GAO.

“A ideia do Centro de Inteligência de Drogas veio à tona também nessa visita, baseada no material que eles já tinham recebido. O conteúdo politicamente sensível desse assunto foi então explicado à equipe do GAO (...)” Quando o telegrama foi enviado, Juan Perón havia reassumido o poder na Argentina depois de um período de 18 anos de exílio, interrompendo a colaboração entre as polícias do Cone Sul. Os americanos – assim como a ditadura brasileira – nunca confiaram em Perón; depois que ele morreu, em 1974, e foi substituído pela mulher, Isabelita, os militares instituíram a “guerra suja” que matou mais de 30 mil pessoas, incluindo peronistas.

Ao final do telegrama, Crimmins revela que, embora não conste da documentação do NARA, havia recebido – e cumprido – as instruções de Kissinger depois do telegrama enviado na chegada inesperada da missão da GAO: “Nenhuma cópia de outros documentos além dos definidos por Washington foram disponibilizados para a equipe do GAO”.

Os generais “coniventes” e a Operação Condor

Tanto Bandeira como Canepa aparecem nas listas de torturadores da ditadura, feitas a partir de documentos e denúncias de presos políticos, como “coniventes”, pelo fato de terem comandado operações que resultaram em tortura e desaparecimento de presos sem, no entanto, ter sido flagrados com “a mão na massa”, para usar uma expressão suave.

Suas ligações com as operações do DEA no Cone Sul, como demonstra o telegrama acima, porém, podem implicá-los – e aos Estados Unidos – em crimes internacionais em investigações posteriores, como já aconteceu no caso do general Canepa, e não apenas nos casos Mormac-Altair e Toscanino.

No final do ano passado, o repórter Wagner William publicou na revista Brasileiros a reportagem “O primeiro vôo do Condor”, relatando aquela que seria a primeira ação da operação clandestina que uniu as ditaduras militares do Cone Sul: o sequestro do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, opositor da ditadura, em Buenos Aires e sua extradição para um centro de torturas no Rio de Janeiro, descrita no Informe 338, de 19 de dezembro de 1970, pelo adido militar na Embaixada do Brasil: o então coronel Nilo Canepa.

O documento, obtido pelo jornal Página 12, é considerado pelo presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o gaúcho Jair Krischke, um dos maiores investigadores da Operação Condor, como o primeiro documento da articulação clandestina e a prova de que foi o Brasil que liderou ao menos a sua formação. O repórter Wagner William teve acesso aos diários do coronel Jefferson e contou em detalhes como o coronel, seu filho e sobrinho foram interceptados em dezembro de 1970 quando viajavam do Uruguai, onde se exilaram depois do golpe, ao Chile, onde o coronel assumiria o cargo de assessor militar para a Associação Latino-Americana de Livre Comércio a convite do então presidente do Chile, Salvador Allende. Allende se suicidaria depois do golpe liderado pelo general Pinochet e articulado pelos Estados Unidos em 1973.

Para evitar a perseguição policial – os homens de Hermida o seguiam todo o tempo no exílio, como faziam com todos os brasileiros inimigos da ditadura, como relatou em 2003, depois de ser preso no Rio Grande do Sul por assalto a banco e tráfico de armas, o ex-policia! Mario Neira Barreto, codinome Tenente Tamuz, que também pertencia à Brigada Gamma –, Jefferson planejava ir de Montevidéo a Colônia do Sacramento de carro, atravessar o rio da Prata pela balsa até Buenos Aires, de onde seguiria para Mendoza e cruzaria os Andes para o Chile.

Avisado pelos uruguaios, porém, o adido militar brasileiro na Argentina – Canepa – pediu a cooperação da Direção da Coordenação Federal, o órgão de inteligência da Polícia Federal Argentina, para prender os três brasileiros, descrevendo sua aparência em detalhes. Escondido no porto, Canepa assistiu quando o carro de Jefferson foi interceptado por dois agentes armados que saltaram de um carro preto com chapa do governo argentino anunciando: “É uma operação de rotina. Houve uma denúncia de transporte de drogas”.

Embora não houvesse nada no carro além de uma arma do coronel Jefferson, que apresentou seus documentos de identificação militar, os três foram levados para a coordenação da Polícia Federal argentina, encapuzados, algemados e presos no porão

enquanto o subcomissário anunciava ao adido militar brasileiro o sucesso da operação. Caneppa vai pessoalmente ao prédio, acompanhado de outro militar brasileiro, adido da Aeronáutica na embaixada, onde Jefferson, seu filho e o sobrinho foram interrogados sobre o sequestro do cônsul brasileiro, Aloysio Gomide, pelos tupamaros uruguaios e sobre sua ligação com líderes peronistas argentinos.

Os três foram torturados – o coronel Jefferson com choques elétricos nos pés, nas pernas e nos genitais e cera de vela quente no ânus. Caneppa e o outro militar brasileiro, na sala ao lado, examinavam o material apreendido no carro de Jefferson – livros, cartas e documentos de identidade – quando um tenente-coronel do Exército argentino se apresentou e pediu desculpas pela ausência do coronel Cáceres, diretor da PF argentina, perguntando em seguida o que deveria fazer com os detidos. Caneppa queria que fossem enviados ao Brasil, e em 26 horas o presidente argentino, fantoche dos militares, assinou um decreto de extradição. De lá foram transportados discretamente por uma aeronave militar para o Centro de Informação e Segurança (CISA) no Rio de Janeiro.

O coronel Jefferson foi torturado dias a fio e ficou preso por seis anos. Ao sair da cadeia, em 1977, continuou a ser perseguido até 1979 quando foi beneficiado pela lei da anistia. Os militares, porém, em um ato excepcional, anularam sua anistia e ele teve que partir para o exílio, primeiro na Venezuela, depois na França, de onde só retornou em 1985, com o fim da ditadura militar.

Vítima da primeira ação da famigerada Operação Condor, o coronel Jefferson foi preso sob a acusação de tráfico de drogas pela Polícia Federal argentina sob as ordens do general Caneppa. O mesmo que dirigia a Polícia Federal brasileira quando o traficante Toscanino foi sequestrado por Hermida no Uruguai e entregue para ser torturado em Brasília de onde foi extraditado, em uma operação inteiramente coordenada pela DEA.

O coronel Caneppa foi promovido a general e assumiu a direção da Polícia Federal meses depois. Em 1972, recebeu a Medalha do Pacificador – a maior honraria do Exército, destinada aos “revolucionários” de 1964. O general Bandeira mereceu a mesma honraria. Até hoje a DEA mantém escritórios no Brasil, dentro da embaixada brasileira e dos consulados. Procurada pela Pública para saber sobre suas atividades atuais no país, a DEA encaminhou a reportagem à assessoria de imprensa da embaixada americana, que não respondeu aos pedidos de informação até a publicação dessa reportagem.

(FONTE: www.apublica.org/2013/04/dea-caneppa-policia-federal-operacao-condo/#sthash.7ZLqHOUw.dpuf)